



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MUSEU NACIONAL

**LUCIA ZANATTA BRITO**

ESPAÇO, GÊNERO E CONTROLE SOCIAL: O RECOLHIMENTO FEMININO DE  
SANTA TEREZA DE ITAIPU, NITERÓI-RJ (1764-1815)

RIO DE JANEIRO

2024

Lucia Zanatta Brito

ESPAÇO, GÊNERO E CONTROLE SOCIAL: O Recolhimento feminino de Santa Tereza De  
Itaipu, Niterói-RJ (1764-1815)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Linha de pesquisa: Estudos de Cultura Material

Orientador: Prof. Dr. Marcos André Torres De Souza

Rio de janeiro

2024

### CIP - Catalogação na Publicação

B862e Brito, Lucia Zanatta  
Espaço, gênero e controle social: o Recolhimento  
feminino de Santa Tereza de Itaipu, Niterói-RJ (1764  
1815) / Lucia Zanatta Brito. -- Rio de Janeiro,  
2024.  
147 f.

Orientador: Marcos André Torres de Souza.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós  
Graduação em Arqueologia, 2024.

1. Arqueologia. 2. Gênero. 3. Recolhimento. 4.  
Niterói. 5. Feminismo. I. Torres de Souza, Marcos  
André, orient. II. Título.

Lucia Zanatta Brito

ESPAÇO, GÊNERO E CONTROLE SOCIAL: O Recolhimento feminino de Santa Tereza de  
Itaipu, Niterói-RJ (1764-1815)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Linha de Pesquisa: Estudos de Cultura Material

Aprovada em 21 de maio de 2024:

---

Prof. Dr. Marcos André Torres de Souza

Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Tania Andrade Lima

Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Ana Cristina Pereira Lage

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

**DEDICATÓRIA**

*A todas as mulheres que, assim como eu,  
lutam todos os dias contra o patriarcado e a  
misoginia*

## **AGRADECIMENTOS**

Fazer arqueologia no Brasil é um grande desafio! Fazer ciência nos anos de 2020 foi uma grande prova de resistência! Fazer arqueologia feminista, trabalhar com as mulheres no foco do holofote é um ato de resistência! Eu construí essa pesquisa levando em conta tudo que eu acredito e que eu esperava que a ciência arqueológica pudesse atingir dentro do campo dos estudos das mulheres. Como uma mulher feminista esse trabalho representa o que eu acredito que fazer ciência representa. O olhar arqueológico, o estudo do passado precisa sim ser vinculado ao nosso presente, tudo que somos hoje é um reflexo do que fomos no passado, e somente revisitando e problematizando conseguiremos melhorar o nosso futuro!

Gostaria de agradecer a minha família, meus amigos, meu orientador e meu companheiro, que mesmo nos momentos mais difíceis não permitiram que eu desanimasse e descreditasse no meu potencial! Meus agradecimentos também as instituições públicas que fizeram parte da minha jornada, tornando essa pesquisa viável através do apoio, subsídio, estrutura e aporte acadêmico. Principalmente ao PPGArq, que me acolheu e forneceu todo os aparatos necessários para a elaboração da minha dissertação e ao CAPES. Um agradecimento especial aos moradores do canto Sul de Itaipu e ao MAI, que me receberam de braços abertos e me deram todo apoio necessário! Muito obrigada!!

## **RESUMO**

A pesquisa em questão tem como foco entender as relações de gênero machistas e patriarcais existentes nos séculos XVIII e XIX a partir da criação de instituições de punição feminina. Com o aporte da arqueologia de Paisagem, arqueologia de gênero e das correntes teóricas feministas, foram analisados os mecanismos de repressão às mulheres a partir do estudo específico do antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu, em Niterói/RJ (1764-1815). Nesse sentido serão debatidas as inter-relações entre as práticas sociais de gênero da época, a interferência da religião cristã, instituições de cárcere femininas a partir da ótica arqueológica. A análise da arquitetura do antigo Recolhimento, da paisagem regional e dos materiais arqueológicos históricos provenientes da área interna do sítio arqueológico, permitiu revelar as complexidades das relações entre repressão e resistência das antigas casas de recolhimento feminino.

Palavras-chave: Recolhimentos femininos; arqueologia de gênero; arqueologia da Paisagem; repressão patriarcal;

## **ABSTRACT**

The research in question focuses on understanding the sexist and patriarchal gender relations that existed in the 18th and 19th centuries based on the creation of institutions of female punishment. With the contribution of Landscape archeology, gender archeology and feminist theoretical currents, the mechanisms of repression against women were analyzed based on the specific study of the old Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu, in Niterói/RJ (1764-1815). In this sense, the interrelationships between social gender practices of the time, the interference of the Christian religion, and female prison institutions will be debated from an archaeological perspective. The analysis of the architecture of the old Recolhimento, the regional landscape and historical archaeological materials from the internal area of the archaeological site, revealed the complexities of the relationships between repression and resistance in the old women's reclusion houses.

Keywords: women's reclusion houses; gender archeology; landscape archeology; patriarchal repression;

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I: ENCLAUSURAR: VERBO FEMININO.....</b>	<b>18</b>
1.1 O DESENVOLVER DA CLAUSURA NA EUROPA ATÉ A ENTRADA DA IDADE MODERNA.....	18
1.2 A MORAL CRISTÃ E SUA RELAÇÃO COM OS ESPAÇOS DE EMPAREDAMENTO.....	25
1.2.1 Escritos bíblicos em relação ao <i>modus operandi</i> feminino.....	27
1.3 A CRIAÇÃO DOS RECOLHIMENTOS LEIGOS .....	30
1.3.1. Os recolhimentos no Brasil colonial e imperial.....	32
1.3.2. O paradoxo dos recolhimentos leigos.....	36
<b>Capítulo II: ISOLAR-PUNIR-RESISTIR.....</b>	<b>41</b>
2.1 OS RECOLHIMENTOS LEIGOS FLUMINENSES.....	41
2.1.1 Recolhimento de Santa Casa de Misericórdia.....	42
2.1.2 Recolhimento de Nossa Senhora do Parto.....	44
2.1.3 Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu.....	47
2.1.4 O papel de cada recolhimento na opressão feminina fluminense.....	49
2.2 O CAMINHO ATÉ ITAIPU.....	51
2.3 ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO PATRIARCAL.....	57
2.3.1 Implantação geográfica e a escolha do lugar como estratégia repressiva.....	59
2.3.2 Itaipu como uma paisagem de repressão e resistência.....	65
<b>Capítulo III: POR DENTRO DOS MUROS, POR BAIXO DA TERRA.....</b>	<b>68</b>
3.1 ARQUITETURA DO RECOLHIMENTO DE SANTA TEREZA DE ITAIPU.....	68
3.2 ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA INTRAMUROS.....	77
3.3 O RECOLHIMENTO DE SANTA TEREZA DE ITAIPU E A DIALÉTICA DO DENTRO E FORA.....	90
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>94</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>98</b>
--	-----------

<b>ANEXO 1- POR DENTRO DOS MUROS DO RECOLHIMENTO.....</b>	<b>104</b>
---	------------

<i>Cômodo C1.....</i>	<i>110</i>
-----------------------	------------

<i>Cômodo C2 .....</i>	<i>110</i>
------------------------	------------

<i>Cômodo C3 .....</i>	<i>112</i>
------------------------	------------

<i>Cômodo C4 .....</i>	<i>114</i>
------------------------	------------

<i>Cômodo C5 .....</i>	<i>116</i>
------------------------	------------

<i>Cômodo C6 .....</i>	<i>119</i>
------------------------	------------

<i>Cômodo C7.....</i>	<i>132</i>
-----------------------	------------

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa da região da Baía de Guanabara, destaque para o Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu no canto direito.....	p.2
Figura 02: Imagem em perspectiva do canto sul de Itaipu.....	p.8
Figura 03: Ruínas do antigo Recolhimento de Itaipu em meados de 1960.....	p.11
Figura 04: Crianças – filhos de pescadores locais – brincando na parte interna das ruínas, meados do século XX.....	p.12
Figura 05: Pescadores na área interna das ruínas tingindo redes de pesca na década de 1950.....	p.13
Figura 06: Casa construída na área intramuros do antigo Recolhimento, demolida após o processo de tombamento das ruínas.....	p.13
Figura 07: Matéria jornalística sobre a exposição permanente do Museu de Arqueologia de Itaipu, Jornal Veplan-Residência Informativo, 1979.....	p.15
Figura 08: Vista do conjunto arquitetônico da Santa Casa de Misericórdia.....	p.42
Figura 09: Incêndio do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto.....	p.46
Figura 10: Reedificação do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto.....	p.46
Figura 11: Plano da Bahia de Guanabara, 1751.....	p.53
Figura 12: Mapa do Rio de Janeiro, com os três recolhimentos fluminenses plotados e os caminhos entre a praça XV de Novembro e Itaipu.....	p.54
Figura 13: Mapa da possível travessia do centro do Rio de Janeiro para antiga Freguesia de São João Batista de Carahy (em amarelo), e o trajeto terrestre até a Freguesia de São Sebastião de Itaipu (Lilás) .....	p.56
Figura 14: Vue générale de la ville, du côté de la mer. Debret, Jean-Baptiste; Thierry Frères, 1839 .....	p.56
Figura 15: Vista de cima do Canto Sul de Itaipu.....	p.59
Figura 16: Vista da chegada do Centro de Itaipu.....	p.60

Figura 17: Vista da fachada do antigo Recolhimento com o Morro das Andorinhas ao fundo.....	p.61
Figura 18: Vista da fachada em direção Leste do antigo Recolhimento.....	p.61
Figura 19: Vista em perspectiva do morro das Andorinhas.....	p.62
Figura 20: Vista da porção Sul do Recolhimento com morro das Andorinhas em perspectiva.....	p.62
Figura 21: Vista da fachada do antigo Recolhimento em direção à praia de Itaipu (Oeste).....	p.63
Figura 22: Vista noturna da praia de Itaipu em direção à cidade do Rio de Janeiro.....	p.64
Figura 23: Planta baixa da atual estrutura do antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu com as siglas utilizadas para nomeação de cada pátio.....	p.69
Figura 24: Planta baixa utilizada na obra realizada 1958 no antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu, em vermelho estão indicadas as construções irregulares dos pescadores.....	p.70
Figura 25: Planta baixa utilizada na obra de drenagem do solo realizada em 1990, as linhas pontilhadas indicam aonde ocorreram as intervenções no substrato.....	p.70
Figura 26: Planta baixa desenvolvida no programa Autocad com o cruzamento dos dados documentais.....	p.71
Figura 27: Planta das paredes Norte, Oeste e Sul do antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu.....	p.72
Figura 28: Imagem indicando a real distância entre o Museu de arqueologia de Itaipu e a Igreja de São Sebastião de Itaipu, antiga Matriz.....	p.73
Figura 29: Óculo do antigo Recolhimento nos dias atuais.....	p.74
Figura 30: Parte da parede Norte coberta por cimento recente.....	p.74
Figura 31: Parede Sul. Em destaque em vermelho os arcos conventuais.....	p.75
Figura 32: Sondagem 1 do Cômodo 2. Destaque para a camada de pedras britas em associação a uma camada de cimento de ancoramento das ruínas.....	p.78

Figura 33: Sondagens S4 do cômodo 2 e s11 do cômodo 6, respectivamente.....	p.79
Figura 34: Chão de terra batido encontrada ao final da ocupação dos pescadores, século XX. Sondagem S3A e S3B, cômodo 5.....	p.80
Figura 35: Materiais arqueológicos relacionados à camada de ocupação do século XX.....	p.80
Figura 36: Imagem do cômodo 7 em direção Leste, nos anos 1958.....	p.81
Figura 37: Pescadores tingindo redes de pesca em um caldeirão e socializando no espaço da parede norte do atual cômodo 5.....	p.82
Figura 38: Materiais arqueológicos relacionados à camada arqueológica do século XIX.....	p.83
Figura 39: Piso de rochas organizado encontrado a 20 cm de profundidade junto a parede Norte do cômodo 6.....	p.84
Figura 40: Sondagem C6/4B, destaque e vermelho para a área nordeste da sondagem com acúmulo de materiais arqueológicos históricos.....	p.85
Figura 41: Cachimbo nº 1529, encontrado no Comodo C6, decorado com linhas incisas.....	p.86
Figura 42: Materiais arqueológicos referentes à primeira ocupação do espaço do Recolhimento. Cerâmica corrugada; osso de peixe; materiais líticos; fragmento de faiança portuguesa linear azul.....	p.87
Figura 43: Possível enterramento encontrado na sondagem 3B do cômodo 5. Rádio, ulna e falanges proximais articuladas.....	p.88
Figura 44: Peça 568, associada a uma decoração de "contato".....	p.89
Figura 45: Peça 569, associada a uma decoração de "contato".....	p.89
Figura 46: Planta baixa com as marcações das sondagens escavadas (em preto) e dos furos de boca de lobo realizadas (amarelo) na área interna do antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu.....	p.90
Figura 47: Mapeamento arqueológicos das ruínas do antigo Recolhimento.....	p.104
Figura 48: Planta baixa RSTI feita pelo software Autocad.....	p.104
Figura 49: Paredes dos cômodos do antigo Recolhimento desenhadas a partir da medição sistemática, desenvolvidas a partir do software Autocad.....	p.105

Figura 50: Planta baixa RSTI com as informações cruzadas dos documentos históricos. Em amarelo: locais onde haviam construções irregulares dos pescadores no século XX.....	p.105
Figura 51: Planta baixa RSTI com malha de 1X1 metros.....	p.106
Figura 52: Atividade de educação patrimonial realizada com alunos do Ensino fundamental.....	p.107
Figura 53: Evento realizado pelo MAI sobre danças populares em concomitância com a escavação arqueológica.....	p.107
Figura 54: Atividade de curadoria do material arqueológico proveniente do sítio RSTI no LAH.....	p.108
Figura 55: Pesquisadora Lucia Brito realizando a análise das faianças finas e portuguesas.....	p.109
Figura 56: Pesquisadora Karla Moreira e Prof. Dr. Marcos André Torres de Souza, respectivamente, analisando os materiais cerâmicos provenientes do RSTI.....	p.109
Figura 57: Visão do Comodo 1 com a escavação da Sondagem 1.....	p.110
Figura 58: Vista de frente da porta do cômodo 2.....	p.111
Figura 59: Materiais arqueológicos encontrados na camada única da Sondagem 1 do cômodo C2.....	p.112
Figura 60: Foto da entrada do cômodo 3 a partir do cômodo 7, ao fundo a porta que dá acesso ao cômodo C6.....	p.112
Figura 61: Sondagem 2, destaque para a camada de cimento de contenção das ruínas encontrada logo a baixo da grama.....	p.113
Figura 62: Vista do cômodo 4 a partir do cômodo 3. A esquerda uma entrada para o cômodo C5.....	p.114
Figura 63: Parede Norte C4/S1 chegando a 75cm de profundidade.....	p.115
Figura 64: Imagem do cômodo 4 a partir do lado de fora do Recolhimento, ainda telhado no período de ocupação desse cômodo por uma família.....	p.115
Figura 65: Destaque para a parede externa Oeste com a areia chegando até as ruínas.....	p.116
Figura 66: Cômodo 5, vista em direção Leste.....	p.116
Figura 67: Comodo 5, vista em direção Oeste, destaque para o galpão em branco.....	p.117
Figura 68: Sondagem 1 na camada estéril. Ao Norte da sondagem a contenção das ruínas em cimento e pedras brita.....	p.117
Figura 69: Camada de pedras brita e tubulação de drenagem do solo em aproximadamente 75 cm de profundidade, S5.....	p.118
Figura 70: C5/S3A e B, profundidade de cerca de 90 cm.....	p.119

Figura 71: Possível enterramento sondagem 3B.....	p.119
Figura 72: Pesquisadora Lucia Brito realizando a cobertura dos ossos humanos seguindo as orientações dos profissionais em antropologia biológica.....	p.120
Figura 73: Vista do cômodo 6 em direção Leste.....	p.121
Figura 74: C6/S4A, destaque para a porção noroeste da quadrícula com uma concentração de faianças finas e um solo alaranjado.....	p.122
Figura 75: Faianças finas, faianças portuguesas e porcelanas analisadas provenientes da área 1, cômodo 6.....	p.124
Figura 76: Ossos de animais provenientes da área 1, cômodo C6.....	p.126
Figura 77: cerâmicas analisadas provenientes da área 1, cômodo C6.....	p.126
Figura 78: Vidros analisados provenientes da área 1, cômodo C6.....	p.127
Figura 79: Piso encontrado na parede Norte de C6.....	p.129
Figura 80: Cachimbos cerâmicos recuperados na escavação da parte interna do antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu.....	p.130
Figura 81: Botões de roupa recuperados durante a escavação arqueológica do antigo Recolhimento de Santa Tereza.....	p.130
Figura 82: Trincheira 2 com estrutura em pedra.....	p.132
Figura 83: Cômodo 7, vista e direção Oeste e em direção noroeste com o portão principal em verde, respectivamente.....	p.133

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 Gráfico dos tipos de decoração encontradas nas faianças finas de área 1.....	p.121
Tabela 2: Tabela das datações relativas médias por número de peças.....	p.122
Tabela 3: Tipos de forma dos vidros encontrados na área 1.....	p.123
Tabela 4: Tipos de função dos objetos em vidro da área 1 em percentagem.....	p.125

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

LAH – Laboratório de Arqueologia Histórica do Museu Nacional

MAI – Museu de Arqueologia de Itaipu

RSTI – Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu

## INTRODUÇÃO

Brasil, uma ex-colônia portuguesa, que foi construído através de uma visão de mundo cristã, moldada na moral judaica/cristã, mas que compõe parte do Sul global. Como as mulheres são vistas dentro desse contexto notavelmente patriarcal<sup>1</sup> que tem origem na época colonial, mas que se perpetua até hoje? Precisamos ter consciência de que a ideia de mulher é concebida na sociedade de acordo com o tempo, mas perpetuada como ferramenta, através das ciências, para a manutenção de visões de mundo. Como dito por Veiga (2021), a mulher – categoria social construída tendo a mulher branca, casada e mãe como o modelo perfeito<sup>2</sup>– foi pensada historicamente e construída inessencialmente, corroborando narrativas hegemônicas que colocam o homem cis, hétero, branco como o centro da sociedade. Mas então como não nos tornarmos prisioneiras das visões masculinistas sobre as mulheres ou nos descondicionarmos a enxergar o mundo por esse ponto de vista dominante?

A minha proposta nesta pesquisa é analisar o Recolhimento feminino de Santa Tereza de Itaipu (Figura 1), que funcionou aproximadamente entre os anos de 1764 e 1815, na antiga freguesia de São Sebastião de Itaipu, atual bairro de Itaipu, na cidade de Niterói, sob o olhar e sensibilidade das teorias feministas de gênero e das teorias da paisagem. O uso das teorias de gênero atreladas ao feminismo se apresentará em todo o trabalho de forma transversal. Como dito por Françoise Verges (2020), seguida ao longo da minha pesquisa, uma feminista questiona-se sobre aspectos que não são visíveis e tenta desconstruir qualquer teoria e método excludente. O feminismo oferece ferramentas para sempre incluir todas as mulheres nas discussões da pesquisa, sejam elas do passado ou do presente, “cis” ou “trans”, ou de qualquer sexualidade.

---

<sup>1</sup> Onde as mulheres estariam subordinadas aos homens pelo direito patriarcal, legitimado pelo Contrato Sexual. Patriarcado é o único conceito que “se refere especificamente à sujeição da mulher e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens” (Pateman, 2020, p. 37)

<sup>2</sup> Essa categoria social, mulher, contribui para a heterossexualidade compulsória e precisa ser problematizada.



Figura 1: Mapa da região da Baía de Guanabara, destaque para o Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu no canto direito. 1- Cidade do Rio de Janeiro; 2- Cidade de Niterói. Google Earth, 27 de fevereiro de 2023

Desde a década de 1980 o campo de estudo da História das mulheres começou a ser desenvolvido no Brasil com o suporte de pesquisadoras feministas do Norte Global como Michelle Perrot (2019) e Joan Scott (1988). Bastante focados no período colonial e imperial, esses trabalhos colocaram as mulheres como agentes na história e as retiraram da posição submissa, “santa-mãe” e pertencedora somente aos ambientes privados. Esse estudo das mulheres possibilitou a ampliação de trabalhos relacionados a encadeamentos de poder e, até mesmo, à inserção feminina dentro dos ambientes acadêmicos. Porém, na arqueologia, a influência dos estudos sobre mulheres não foi tão marcante, mesmo a disciplina muitas vezes sendo vinculada às ciências sociais e à história, áreas em que as críticas feministas mais apareciam.

Enquanto outras áreas das ciências humanas já criticavam e debatiam o feminismo, a disciplina arqueológica ainda estava se instalando nas universidades brasileiras nos anos 1980. O debate sistemático sobre gênero e feminismo na disciplina arqueológica ocorreu somente nos anos de 1990, quando os primeiros trabalhos tratavam de questões referentes ao dimorfismo sexual em sítios pré-coloniais. Foi no final dos anos 1990, que, no âmbito da arqueologia histórica, os primeiros trabalhos que discutiam gênero, a partir da análise da materialidade, apareceram (Lima 1995; 1997). Entretanto, trabalhos de gênero e interesses feministas aparecem de forma expressiva somente a partir dos anos 2000 (Lima, 2003), porém poucas pesquisas se vincularam nominalmente ao termo ‘feminismo’ (Ribeiro *et al.*, 2017).

A desvinculação do gênero com o feminismo é uma tentativa de apartar dos trabalhos uma intenção política vinda das correntes feministas (Fraga, 2020, p.52). Assim,

como Wylie (1997), Pagnossi (2017), Fraga (2020), considero impossível dissociar arqueologia de gênero da arqueologia feminista “justamente por não se considerar que o feminismo trate meramente das mulheres, da pré-história ou história destas” (Pagnossi, 2017, p.5). A única diferenciação compreende questões metodológicas, indicando, segundo Wylie (2014), um feminismo ‘clandestino’ nas pesquisas que desvinculam o gênero do feminismo.

Como apontado por Ribeiro *et al.* (2017), a produção bibliográfica relacionada ao gênero e aos debates feministas no Brasil é mínima e ligada a este milênio, mas “...como entender esse desinteresse da arqueologia pela crítica feminista em um país onde a disciplina sempre teve grandes nomes femininos” (2017, p.1094)? É preciso refletir sobre as condições estruturantes da arqueologia brasileira, baseadas na assimetria de gênero. Além disso, a arqueologia feminista baseia-se na ambiguidade e em reflexões sobre a própria produção de conhecimento, nas quais um dos pontos chave é o questionamento da autoridade da ciência e de estruturas epistemológicas universalizantes. É preciso também levar em conta que a disciplina arqueológica ainda mantém um cunho cientificista, perseguindo conhecimentos objetivos, e os questionamentos da autoridade da ciência e a reflexão sobre a situação de produção de conhecimento, que a arqueologia de gênero implica, não encaixam nesse padrão.

A maior contribuição que a crítica feminista pode oferecer às ciências não é a de produzir conhecimentos sobre determinados sujeitos, mas “articular um projeto epistemológico através de uma prática discursiva intervencionista que produza reflexões sobre os sentidos da dominação e as práticas domésticas de colonização, inclusive a intelectual” (Ribeiro *et al.*, 2017). Nesse mérito, é de extrema relevância a produção de uma pesquisa feminista, ligada às teorias de gênero, relacionadas às questões políticas atuais e ao cotidiano das mulheres na disciplina arqueológica. A consciência entre militância e teoria apresenta reflexões críticas sobre nossa forma de fazer arqueologia e nossa vivência na sociedade atual. As pesquisas arqueológicas sobre o passado, nesse caso entre meados do século XVIII e início do século XIX, estimulam-nos a pensar as raízes do patriarcado moderno, e porque/como práticas machistas e misóginas de 200 anos atrás ainda estão inseridas no nosso cotidiano como mulheres e como cientistas.

Para ajudar a interpretar o caso particular do Recolhimento de Itaipu, além das evidências documentais, será utilizada a teoria da agência, que nos ajudará a pensar as questões relacionadas à estrutura social e à intencionalidade feminina. Sobre essa teoria,

destaca-se a percepção de que pessoas não são uniformes e/ou autônomas, somente reagindo às mudanças externas do mundo, mas sim participam da formação das realidades sociais nas quais se envolvem. Essa teoria observa tanto o impacto do sistema nas práticas, quanto o impacto das práticas no sistema (Dornan, 2002, p.304).

Nesse contexto, Pierre Bourdieu e Anthony Giddens podem ser considerados os mais influentes teóricos da agência, os quais demonstraram, a partir da teoria da prática e da teoria da estruturação, respectivamente, a relação dialética entre o agente e a estrutura (Dornan, 2002). Mesmo com críticas e ressalvas— associadas a essas duas vertentes por pesquisadores da agência posteriores—, conceitos como *habitus*<sup>3</sup>, de Bourdieu, e consciência prática, de Giddens, foram capazes de expandir as habilidades analíticas da arqueologia a partir dos anos 1980, englobando conceitos antes ignorados. Michael Shanks e Christopher Tilley foram dois dos primeiros arqueólogos a elaborar uma abordagem arqueológica de agência, entendendo que “indivíduos são competentes e conscientes enquanto que, ao mesmo tempo, suas ações estão situadas em condições inconscientes e possuem consequências não intencionais” (Shanks e Tilley, 1987, p.116). Assim, a estrutura e o *habitus* começaram a ser entendidos como orientadores da conduta social, porém com o sujeito sendo sempre ativo e consciente (Johnson, 2010, p.152).

As interpretações de acordo com gênero, classe, etnicidade, etc. são diferentes, por isso esses recortes e entendimentos dos agentes sociais ativos são tão importantes em análises de instituições repressivas como recolhimentos, onde o ator social, nesse caso, as mulheres recolhidas, conduzem estratégias de resistência e poder a partir do *habitus* patriarcal existente. Para entender a agência feminina, temos de observar o contexto histórico e a estrutura social da época já que agência e estrutura estão entremeadas, como discorrido por Johnson (2010, p.167):

Talvez a conclusão central que pode ser delineada é que o estudo da agência não pode ser separado do estudo da estrutura: de que a agência é uma manipulação de uma estrutura existente, uma estrutura externa ao indivíduo no sentido durkheimiano e que se apresenta ao agente como um construto sincrônico, como algo a ser delineado a partir dele.

Essa agência feminina que buscamos encontrar na análise do Recolhimento feminino de Santa Tereza de Itaipu só será possível a partir de uma pesquisa inclusiva e

---

<sup>3</sup> Segundo Bourdieu (1983, p.65) *habitus* seria [...] “um sistema de disposições duráveis e transferíveis que integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados”

abrangente do contexto arqueológico, na qual intenções e ideologias são buscadas transversalmente dentro dessa estrutura maior, de que essas instituições de cárcere fazem parte. A agência— um importante tema nos estudos relacionados ao gênero — é uma ferramenta analítica que nos permite reinterpretar os dados arqueológicos em uma nova perspectiva (Dornan, 2002, p.314). Nessa abordagem da arqueologia de gênero, buscar-se-á teorizar as relações entre as materialidades e as construções de gênero relacionadas ao espaço-tempo do Recolhimento, em seus mais diversos processos sociais e subjetivos, nos ajudando, com isso, a encontrar a agência feminina muitas vezes silenciada ou estereotipada pela estrutura patriarcal setecentista e oitocentista e/ou pelo androcentrismo da própria ciência arqueológica, seguindo o que chamou a atenção Wylie (1997, p.83).

O gênero é aqui entendido como uma construção social, assim como o sexo biológico, relacionado a questões de performance, discursos e hierarquias opressoras (Pagnossi, 2017, p.3). Esse conceito guarda-chuva, que pode se relacionar à mulher, ao masculino, ao feminino, à sexualidade, ao feminismo etc., é um campo que estuda as “minorias generificadas” e as raízes das opressões que elas sofrem (Fraga, 2020, p.50). Por isso considero, como Pagnossi (2017, p.3), que

As categorias de gênero não estão isoladas no espaço e tempo, elas possuem um contexto histórico-social, e variam conforme a realidade na qual se inserem. O gênero é algo existente em todas as sociedades humanas, assim, deve ser levado em consideração da mesma maneira que, por exemplo, a produção de alimentos e de artefatos, pois faz parte das relações sociais que os seres humanos estabelecem, e sua maneira de ver e existir no mundo.

Dentro desse eixo transversal ligado à arqueologia das mulheres, a arqueologia da paisagem será utilizada como forma de se entender como o espaço pode ser utilizado para manter e exprimir políticas patriarcais repressivas. Os caminhos e o espaço físico onde o antigo Recolhimento se estabeleceu demonstram mais sobre a política opressiva desse tipo de instituição do que parece, mesmo que, muitas vezes, essas opressões pudessem ser ludibriadas pela ação das mulheres encarceradas. As mulheres de Itaipu são as protagonistas do Recolhimento, e suas possibilidades de performance serão levadas em conta a todo o momento, retirando-as da posição de oprimidas e silenciadas. Além de todo o potencial arqueológico de identificar a agência feminina no Recolhimento, pretendo dar visibilidade ao fenômeno e à estrutura do patriarcado por novos prismas, problematizando a construção de gênero e chegando a questões que as fontes documentais não atingem de imediato.

O termo “paisagem” deriva do latim *pagus* que significa ‘região’, ‘país’ ou ‘terra’. Ele aparece no século XV, relacionado às pinturas modernas, e apresentava um duplo significado: pedaço de terra ou representação imagética do pedaço de terra. Esse conceito ambíguo sugere desde o início que a paisagem é um arranjo do ambiente a partir do olhar humano (Lemaire, 1997, p.5). Um conceito instável, que se move entre o natural e o cultural (Knapp e Ashmore, 1999, p.6) e, portanto, uma construção dinâmica na qual cada indivíduo repousa sua bagagem cognitiva, interconectando morfologia, arranjos e significados (Anschuetz *et al.*, 2001, p.161).

O conceito de paisagem foi adicionado de forma “explícita e sistêmica” (Strauss, 2021, p.3) na arqueologia a partir do desenvolvimento do Processualismo, porém, a ampliação de seus significados e possibilidades ocorreu no seu uso pelas perspectivas teóricas pós-processuais, “que buscavam um distanciamento da compreensão do ambiente externo como mero repositório de recursos necessários à subsistência” (Strauss, 2021, p.3). Essas perspectivas foram inspiradas na emergência da geografia cultural, que olhava para a paisagem como um fenômeno cultural e não como uma ciência meramente espacial (Thomas, 2001).

Em 1994, Christopher Tilley começou a criticar o conceito de paisagem nas abordagens arqueológicas, já que esse seria referente a um observador que estaria externo e distante do lugar, relacionando o uso do termo aos pintores setecentistas que se apropriavam da paisagem em suas obras. Assim, o autor começou a demonstrar que era necessário ultrapassar alguns limites das evidências materiais e realizar interpretações fenomenológicas “sensuais, românticas e texturais” (Tilley, 1994 apud Strauss, 2021), abrindo novas possibilidades para a análise paisagística dentro do campo arqueológico, no qual as sensações e os sentimentos deveriam ser considerados nas análises, fazendo parte das construções culturais e sociais.

Indo por esse caminho sensorial da paisagem, no início deste século, Pellini (2011) discorreu sobre a necessidade de se viver o lugar e experienciá-lo como uma alternativa para se entender o passado, focando em aspectos constantes como geologia, distância, movimento e topografia. As paisagens, assim, seriam “contextualizadas, sentidas, cheiradas, tocadas, utilizadas nos termos da identidade individual e coletiva a partir de um conhecimento cognitivo” (Pellini, 2011, p.21), tendo de ser levada em conta pelos arqueólogos também a partir dessas sensações.

Desse modo, nesta pesquisa, entendo que a “Arqueologia da paisagem é um contexto para modelar as formas que as pessoas no passado conceituavam, organizavam e manipulavam seus meios e as formas com que esses lugares moldavam os comportamentos e identidades de seus ocupantes” (Branton, 2009, p.51). Dentro dessa abordagem, muitos pesquisadores dividem as paisagens em temas maiores, relacionando-as com memória, identidade, palimpsesto, poder etc. Por mais que essas divisões ajudem a entender esse conceito tão amplo e divergente, na prática esses temas acabam se multiplicando e se sobrepondo. Como descrito por Branton (2009, p. 54) “paisagem é muita coisa para muitos pesquisadores”.

Para definir paisagem, pesquisadores também utilizam equivalências binárias como dentro/fora, visível/escondido, lugar/espço, perto/longe. Esses conceitos não conseguem sozinhos ou em conjunto definir a paisagem já que as suas relações e relevâncias sobre o ambiente são variáveis de acordo com o tempo histórico e contexto cultural (Knapp e Ashmore, 1999, p.6), mas ajudam a guiar as interpretações e análises com maior clareza, permitindo aos arqueólogos acessar questões sobre comportamentos variáveis, significados e esquecimentos se considerarmos o humano, o social e a natureza presentes na paisagem.

Os conceitos de lugar e espaço, como discorrido por Branton (2009, p.52) são norteadores na construção das teorias da paisagem. Mesmo sendo difícil de definir, lugar, se referiria à “tendência humana comum de anexar significado cultural (geralmente conectado à memória individual ou grupal) a locais específicos”. Esses lugares modelam as atividades humanas a partir de suas construções físicas, mas também têm sua estrutura física alterada pelas ações humanas. A ocupação, assim, “transcende a localização dos vestígios materiais e passa a incluir toda a paisagem de entorno” (Pellini, 2011, p.30). No caso do espaço, esse termo é geralmente utilizado para descrever áreas vazias entre lugares, ou para representar a totalidade do local. Vale ressaltar que esses termos e conceitos, como lugar e espaço, precisam sempre ser explicados por meio de exemplos, já que não existem definições gerais para eles.

No âmbito da arqueologia da paisagem, alguns temas centrais podem ajudar-nos a compreender a utilização do espaço do Recolhimento como ferramenta da estrutura patriarcal. Um desses eixos é a criação de lugares de poder, onde a manipulação do espaço pelas mulheres (nesse caso consideradas o grupo subalterno) é levada em conta como estratégias de resistência (Casella, 2007; Branton, 2009, p.56), incluindo a manipulação

de lugares privados, vistos como formas de poder. Para além da criação de lugares e poderes, o espaço físico do recolhimento também nos remete à divisão de espaço interior público-privado, associada a separações por gênero (Lima, 1995; Branton, 2009), sendo o espaço físico de emparedamento de Itaipu parte desse espaço interior destinado ao sexo feminino.

Pode-se dizer que a área onde o antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu funcionou teve diversas ocupações, e ainda nos dias atuais segue sendo ocupado e utilizado pelos moradores de Itaipu e adjacências. Ao se lançar luz sobre essas ocupações em profundidade cronológica, não se pode ignorar a proximidade do Recolhimento com o sítio arqueológico Duna Grande, hoje dele separado por apenas 300 metros de distância (Figura 2). Após essa ocupação sobre duna, há a possibilidade de essa região do canto Sul de Itaipu ter sido ocupada por indígenas Tupi, que utilizaram o local como sítios temporários para pesca, etc. Essa possibilidade é reforçada pelo dado arqueológico, já que, conforme será demonstrado, vem sendo verificada a ocorrência de cerâmicas ligadas a esses grupos na área do Recolhimento em diferentes escavações arqueológicas. As evidências arqueológicas anteriores ao contato na localidade são bem conhecidas. Entretanto, pouco se sabe a respeito do período após a invasão e ocupação europeia no território que hoje conhecemos como Brasil.



Figura 2: Imagem em perspectiva do canto sul de Itaipu. 1- Antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu; 2- Sítio arqueológico Duna Grande; 3- Morro das Andorinhas; 4- Lagoa de Piratininga; 5- Praia de Itaipu. Google Earth, 27 de fevereiro de 2023.

Seguindo o sistema de Sesmarias, a área do Canto Sul de Itaipu foi doada a Domingos Martins Mourão no ano de 1590. Foi ele o responsável por abrir um caminho entre as praias de Niterói e a região dos lagos, chegando às praias de Camboinhas e Itaipu.

Após a morte de Mourão, seus descendentes começaram a partilha de terras, nas quais surgiram as Fazendas Piratininga, Tiririca e Itaipu. Em 1605, a carta da Sesmaria foi passada para Afonso Gonçalves (Saladino *et al.*, 2013, p.47).

Segundo a Arquidiocese de Niterói, o início da construção da paróquia de São Sebastião de Itaipu data do ano de 1716 e terminou em 1721, sob administração de padres Jesuítas (Arquivo da Diocese de Niterói. Livros Paroquiais: Freguesia de São Sebastião de Itaipu apud, Cruz, 2015, p.90). Esses arquivos paroquiais também apontam que, em 1745, um pequeno vilarejo já estava estabelecido, e que começou a aumentar com a chegada de indivíduos para trabalhar em lavouras de cana de açúcar. Tal aumento populacional da região acarretou, no ano de 1755, a transformação da pequena paróquia em Igreja.

Assim, em 1764, o primeiro pároco da Igreja matriz de Itaipu Manuel Francisco da Costa junto a Manuel da Rocha, que ganhou o título de protetor do bem comum<sup>4</sup>, e do Provisor do Bispado Antônio Jozé dos Reis Pereira e Castro fundam, através da Ordem Terceira do Monte do Carmo, um recolhimento sob invocação de Santa Tereza. O Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu recebeu suas primeiras recolhidas, segundo Araújo (1820., p.96), em 17 de junho de 1764. Erguida na região conhecida por Bandas d'Além<sup>5</sup>, o Recolhimento de Itaipu era de difícil acesso, sendo necessário, para se chegar lá, ou ir “por caminho de terra, passando pelo districto da Freguezia de S. João do Cahiry, ou por mar, saindo a barra da Cidade” (1820, p.96). Mesmo com poucos relatos sobre as mulheres que frequentaram Itaipu no ano de 1812, representantes do bispado fizeram uma visita à instituição, que, segundo registros, abrigava 10 recolhidas (três de idade avançada, cinco moças e duas esposas), além de duas escravizadas vivendo todas em condição de miséria extrema (Martins, 2013, p.57).

Passando por altos e baixos, o funcionamento pleno do Recolhimento ocorreu até a primeira metade do século XIX.

O que teria levado o fechamento da instituição no ano de 1815-16 pode ter sido a falta de credibilidade da instituição diante de toda a sociedade, problemas

---

<sup>4</sup> Podemos associar o título de protetor do bem comum ao fato de que, na época, a honra feminina era uma questão social ampla, deste modo, fundar uma instituição como essa significaria zelar pela harmonia social patriarcal.

<sup>5</sup> Bandas d'Além foi a expressão utilizada para se referir às freguesias localizadas em frente à cidade de São Sebastião no período colonial, usando a Baía de Guanabara como referência. Essa região ia desde a foz do Rio Guaxindiba (atual município de São Gonçalo) até a Ponta Negra (atual município de Maricá), atingindo uma porção do interior até Ipiúba (Abreu, 2006). As freguesias de São Gonçalo do Amarante, São João Batista de Icaraí, São Lourenço dos Índios e de São Sebastião de Itaipu faziam parte dessa região.

financeiros diante a falta de pagamento pelos familiares para o sustento das internas ou até mesmo as mudanças que ocorreram e que ainda estavam ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro nesse período (Cunha, 2014, p.35)

Segundo Cruz (2015, p.95), o decaimento e enfraquecimento dessas casas de recolhimento nessa época se deram pela vinda da corte portuguesa em 1808 e, com ela, a entrada dos pensamentos iluministas, que a essa altura já refletiam sobre a condição feminina na sociedade. Os questionamentos sobre a finalidade e conveniência dessas instituições tratavam mais dos métodos de cárcere e doutrinação do feminino— aonde a justificativa da inferioridade feminina passa a ser dada pela ciência e não só mais pela religião— do que pelas lutas em favor da mulher. Além disso, a transformação de algumas dessas instituições em escolas marca essa transformação do modo de doutrinação feminina.

Precisamos atentar a algumas confusões acerca do nome Recolhimento de Santa Tereza em certas fontes bibliográficas. Após o fechamento do Recolhimento feminino de Santa Tereza de Itaipu, nenhuma outra instituição funcionou dentro do mesmo espaço em Itaipu, porém, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo, uma outra instituição educacional dedicada a Santa Tereza abriu as portas em 1873. O chamado Recolhimento de Orphãs de Santa Theresa foi uma instituição da Santa Casa de Misericórdia que funcionou como predecessora do Recolhimento feminino de Santa Casa de Misericórdia (localizado na antiga praia de Santa Luzia). Essa instituição não era vinculada à antiga instituição de Itaipu tal como aparece em algumas referências bibliográficas.

Entre meados do século XIX e início do século XX, há uma lacuna de informações sobre a utilização do espaço do antigo Recolhimento de Itaipu. Sabe-se que a partir de 1900 as ruínas tornaram-se objeto de conflitos de posse entre uma empresa privada que utilizava o espaço, os pescadores locais, e, posteriormente, os órgãos de preservação de bens culturais. No ano de 1943, a área da Fazenda de Itaipu, que englobava as ruínas do antigo Recolhimento, foi vendida à Companhia Territorial de Itaipu S.A, que colocou um gerador elétrico dentro das ruínas, o que afetou a estabilidade das suas paredes, um dos motivos para que as ruínas chamassem a atenção dos órgãos de preservação do patrimônio nacional (Figura 3).



Figura 3: Ruínas do antigo Recolhimento de Itaipu em meados de 1960. Arquivo Geral do IPHAN.

Os pescadores locais de Itaipu, que hoje fazem parte da comunidade Z-7, também já ocupavam aquele local desde o final do século XIX, como área de sociabilidade, realizando no local velórios, festejos religiosos, brincadeiras infantis (Figura 4); produção de materiais de pesca, como o tingimento de redes de pesca e guarda de artefatos e embarcações (Figura 5) –;utilizando-o como moradia, conhecendo-se registros de pelo menos três famílias que ocuparam espaços do Recolhimento até meados dos anos 1950 (Figura 6) (**Inventário Participativo Pessoas e Memórias Museu de Arqueologia de Itaipu**, 2018). Os conflitos em Itaipu estavam muito atrelados à especulação imobiliária e o perigo de se afetar tanto as ruínas quanto os sítios arqueológicos sobre duna do Canto Sul de Itaipu. Esses conflitos foram acentuados com o interesse de tombamento do prédio pelo SPHAN, a partir dos anos 1930, o que se consolidou em 8 de janeiro de 1955, com a inscrição do monumento no Livro de Tombo de Belas Artes. Desde a década 1960, inúmeras vistorias foram realizadas nas ruínas pelo IPHAN, descrevendo o estado de conservação das suas paredes.



Figura 4: Crianças – filhos de pescadores locais – brincando na parte interna das ruínas, meados do século XX. Fonte: Inventário participativo Pessoas e memórias do MAI, 2018.



Figura 5: Pescadores na área interna das ruínas tingindo redes de pesca na década de 1950. Arquivo Central do IPHAN



Figura 6: Casa construída na área intramuros do antigo Recolhimento, demolida após o processo de tombamento das ruínas. Arquivo Central do IPHAN.

Com o tombamento e a conseqüente retirada dos moradores de dentro das ruínas, foram feitas obras de consolidação e estabilização das suas estruturas, o que ocorreu a partir de 1968. Cumpre observar que tais intervenções foram realizadas sem acompanhamento arqueológico, já que sítios históricos na época possuíam pouca visibilidade, e essa não era uma prática corrente. Essas obras foram as primeiras dentre inúmeras. As ações no subsolo impactaram muito o sítio arqueológico do Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu, principalmente porque muitas obras não possuem registro de que área foi mexida ou escavada, ou o porquê de a intervenção ter sido realizada, o que só foi verificado arqueologicamente, conforme será demonstrado.

No ano de 1977, o espaço das ruínas finalmente foi musealizado, o que ocorreu após a mobilização de arqueólogos que trabalhavam com sítios pré-coloniais da região, especialmente pelo importante trabalho feito pela arqueóloga Lina Maria Kneip. A primeira exposição temporária sobre o Sambaqui do Forte em Cabo Frio e a exposição permanente “Arte Rupestre no Brasil” foram montadas e articuladas por intermédio de Kneip e do IPHAN (Figura 7). Como posto por Ferreira (2015, p.94-95), o Museu de Arqueologia de Itaipu foi inaugurado entre a chamada “fase heroica”<sup>6</sup> e a “primeira fase moderna”<sup>7</sup> do IPHAN, durante a ditadura militar, quando os museus deveriam promover uma integração nacional, uma aproximação com o turismo e o desenvolvimento econômico da área da cidade onde era inaugurado. Assim, indo ao contrário dos museus que são estabelecidos em ruínas – que musealizam o período histórico em que elas funcionaram – o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) abre as portas com um acervo e uma proposta ligada aos sítios pré-coloniais da região, como o sítio Duna Grande<sup>8</sup>,

---

<sup>6</sup> Conhecida como primeira fase do IPHAN, a fase heroica foi o momento em que a instituição foi fortalecida, e uma série de medidas para a proteção do patrimônio histórico e cultural do Brasil foram estabelecidas. Nesse momento quem estava no comando da instituição era Rodrigo de Melo Franco de Andrade, que saiu da posição de diretor em 1967. RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE. IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>. Acesso em: 13 de junho de 2023

<sup>7</sup> A primeira fase moderna correspondeu ao início do segundo período do IPHAN, entre os anos de 1967 e 1979. Nesse momento de instabilidade política, o IPHAN iniciou uma renovação no conceito de patrimônio, utilizando um viés antropológico e dando visibilidade à diversidade da cultura brasileira.

<sup>8</sup> Sítio Arqueológico de Itaipu (RJ00132), também conhecido como Duna Grande e/ou Sítio de Itaipu, é um sítio sobre duna pré-colonial. Esse sítio está localizado na parte leste do canal de Itaipu, com cerca de 180 metros de extensão e com uma altura estimada de 30 metros. CADASTRO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CNSA / SGPA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>. Acesso em 13 de junho de 2023.

Sambaqui de Cambinhas<sup>9</sup> e o já destruído Duna pequena<sup>10</sup>. Vale pontuar que nesse momento a arqueologia ainda estava se estabelecendo como ciência no Brasil, e a abertura de uma instituição engajada aos sítios arqueológicos da região, que estavam sob perigo de destruição, foi de extrema relevância política.



Figura 7: Matéria jornalística sobre a exposição permanente do Museu de Arqueologia de Itaipu, Jornal Veplan-Residência Informativo, 1979. Arquivo Central do IPHAN.

O antigo Recolhimento de Santa Tereza tornou-se um sítio arqueológico no ano de 1991, denominado “Aldeia sob o Museu de Arqueologia de Itaipu”<sup>11</sup>. No entanto, sua transformação em sítio não foi seguida de nenhuma pesquisa sistemática, tendo sua primeira intervenção sido feita para a instalação de dutos de esgoto doméstico e comercial. Vale ressaltar que essa obra não possui relatórios detalhados informando o tipo de materialidade que foi resgatada para justificar essa denominação ou explicações detalhadas sobre as ocupações na área do antigo Recolhimento<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> O sítio de Cambinhas (RJ00133) foi uma ocupação pré-colonial sambaqueira localizada próximo à orla litorânea de Cambinhas. Idem <sup>8</sup>

<sup>10</sup> O sítio arqueológico Duna Pequena (RJ-001-34) é um sítio pré-colonial sobre uma duna, descoberto por conta de obras para abertura de estrada na região de Cambinhas, Niterói. Idem <sup>8</sup>

<sup>11</sup> O sítio arqueológico foi cadastrado em 23 de dezembro de 1997, no CNSA como RJ00437, pela responsável Rosana P. Najjar, sem qualquer outra informação sobre estrutura, artefatos ou materiais históricos. Idem <sup>8</sup>

<sup>12</sup> Os relatórios existentes foram feitos pela empresa Reciclar arquitetura e restauro LTDA, responsável pela instalação de dutos de drenagem e instalações elétricas na área interna das ruínas entre agosto e outubro de 1991. Esses relatórios podem ser encontrados no Arquivo Geral do IPHAN e comunicam sobre quais

Nos últimos anos, o Museu de Arqueologia de Itaipu tentou reorientar sua perspectiva, antes apenas ligada às ocupações pré-coloniais do canto sul do Itaipu. Uma parceria com a comunidade pescadora Z-7 e com pesquisadores que estudavam o recolhimento de Santa Tereza fez com que o Museu, a partir dos anos 2010, modificasse sua exposição permanente, incluindo a ocupação das mulheres recolhidas e dos pescadores locais. Entretanto, quando se observa a construção de conhecimento sobre essa região, ainda são poucos os trabalhos que não estão ligados aos sítios pré-coloniais. De acordo com o levantamento realizado por Saladino e Brito (2022, p.133), sete trabalhos foram publicados sobre a região de Itaipu, a partir de 2010, e dentre estes “cabe salientar que a maioria dos trabalhos em nível de pós-graduação não trata do Recolhimento a partir do estudo das mulheres, sendo este um tema secundário nas pesquisas sobre a dimensão patrimonial da região”.

A história das mulheres recolhidas e a história do passado recente relacionado aos pescadores de Itaipu ainda são temas poucos estudados e trabalhados nas pesquisas acadêmicas atuais, porém, a questão feminina ainda é menos abordada academicamente. Esse descaso em relação à história e à arqueologia das mulheres pode ser explicado, em boa parte, pelo sistema patriarcal e misógino no qual o Brasil está inserido. Por isso, um dos objetivos principais desta pesquisa é dar o necessário e imprescindível destaque àquelas mulheres que, por quase 52 anos, foram enviadas para viver no Recolhimento de Itaipu.

Este trabalho foi construído a partir da união de duas fontes de informações sobre o Recolhimento de Itaipu: as documentais e as materiais. Para se acessar as materialidades referentes ao tema, foram realizadas duas atividades de campo no sítio arqueológico do Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu. Essas atividades de campo só aconteceram após visitas prospectivas que atestaram a importância de intervenções arqueológicas na área. A primeira etapa foi o levantamento arquitetônico dos remanescentes das ruínas, das quais foram medidas a altura, o comprimento e a largura de todas as paredes internas e externas. Como produto dessa medição, foi construída uma planta baixa do sítio no programa AutoCad. A partir dessa planta foram selecionadas todas as áreas de interesse de escavação dentro do sítio, respeitando dutos de drenagem e construções do século XX— dos quais se obteve conhecimento a partir de documentos e plantas existentes no Arquivo

---

atividades estavam sendo realizadas e sobre as visitas realizadas pela arqueóloga Rosana Najjar e pelo arquiteto Mauro Pazzini, responsáveis pelo então órgão de preservação do patrimônio SPHAN.

Geral do IPHAN. A segunda etapa em campo foi a realização de escavações sistemáticas na área interna do antigo Recolhimento. No total foram realizadas 29 sondagens de 1m por 1 m, uma trincheira de 1m por 5 m e uma trincheira de 1,70 m por 60 cm. As escavações foram realizadas entre maio e junho de 2022.

Como essa pesquisa foi iniciada no ano de 2021– no auge da pandemia da doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, conhecido como Coronavírus – arquivos, museus e laboratórios estavam fechados, isto afetou-a diretamente. Sendo assim, a etapa prevista de visita a arquivos e bibliotecas para ampliação de conhecimentos sobre o Recolhimento, advindos da documentação histórica, não foi realizada. Todos os documentos e informações históricas utilizadas neste trabalho foram retiradas de outras pesquisas ou do *website* do Arquivo Nacional (utilizando documentos já digitalizados). A pandemia também afetou o cronograma e outras etapas da pesquisa, como o mapeamento das estruturas, escavação arqueológica, curadoria e análise do material, porém, mesmo com atrasos, todas foram realizadas com sucesso.

Para que tal proposta de trabalho articuladamente se cumpra, esta dissertação será dividida em três capítulos. O primeiro discorrerá sobre as raízes das instituições de cárcere, como elas surgiram e o papel da Igreja Católica em certas práticas de clausura, finalizando com a discussão sobre os recolhimentos leigos na Europa e no Brasil. O segundo capítulo se iniciará apontando os recolhimentos femininos leigos existentes na região do Rio de Janeiro e as relações entre eles. Em seguida, será abordado o tema da paisagem, considerando a paisagem externa relativa ao Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu e suas implicações quanto à repressão gerada pelo ambiente. Já no último capítulo, a análise recairá sobre a paisagem interna do recolhimento, relacionando os artefatos e as materialidades encontradas durante a escavação arqueológica realizada em maio e junho de 2022. Toda a metodologia utilizada na etapa de escavação arqueológica será elucidada no Anexo 1, contendo também imagens das escavações. Como já mencionado anteriormente, as teorias arqueológicas de gênero ligadas a questões feministas e problemáticas de paisagem serão abordadas transversalmente ao longo de toda a construção da pesquisa.

## CAPÍTULO I

### ENCLAUSURAR: VERBO FEMININO

#### 1.1 O DESENVOLVIMENTO DA CLAUSURA NA EUROPA ATÉ A ENTRADA DA IDADE MODERNA

Para começar a se pensar a clausura feminina e sua institucionalização, precisamos levar em conta que “desde o início do Cristianismo, mulheres devotaram suas vidas exclusivamente ao Cristo consagrando-se à oração, à humildade e ao serviço ao próximo” (Algranti, 2001, p.8). Essa clausura era espontânea e desejada pelas próprias devotas. Ao longo do Império Romano, as chamadas virgens consagradas dedicavam-se a viver uma vida “perfeita e pura”, isolando-se em suas próprias casas sob a proteção de seus parentes ou em comunidades onde renunciavam ao mundo social e a suas famílias. Infelizmente, essas mulheres não deixaram relatos escritos, e todas as informações sobre elas são encontradas em literaturas religiosas, como os livros bíblicos, hagiografias<sup>13</sup> e relatos orais (Algranti, 1992, p. 8). Essas mulheres não seguiam quaisquer regras escritas que fossem específicas ao sexo feminino. Por isso, algumas seguiam mandamentos para homens religiosos, mas muitas vezes procuravam, na falta de regras fixas, um caminho para a vida contemplativa (Algranti, 1992, p. 43).

Já no século V, Agostinho de Hipona redigiu a *carta 221*, dentro do livro *Regra de Santo Agostinho* (423), na qual elaborou preceitos que as mulheres deveriam seguir na vida religiosa, sendo divergentes dos preceitos masculinos (Algranti, 1992, p. 41). Dessa forma, podemos apontar Agostinho como um grande disseminador da ideia de que a castidade era um ponto fundamental para a manutenção da moral e da honra feminina. Orientadas por essas concepções, as instituições de clausura começaram a prezar por interdições sexuais, e a moral cristã tornou-se mais rígida às mulheres (Souza, 2011, p.4). Como apontado por Souza (2016, p.93), “ao longo da Idade Média, houve uma metamorfose na concepção da mulher, alguns Padres da Patrística<sup>14</sup> - Tertuliano, Santo Ambrósio, São Jerônimo e Santo Agostinho - viram a mulher como um ser inferior ao

---

<sup>13</sup> Hagiografias são um tipo de biografia ou estudos relacionados a santos. Esses textos são conhecidos por serem excessivamente elogiosos e relacionados às virtudes das ordens religiosas a que o indivíduo pertencia.

<sup>14</sup> Patrística foi uma tradição filosófica que surgiu no período de transição entre a Antiguidade e a Idade Média. O nome teve origem nos chamados “pais da Igreja Católica”, que almejavam a expansão do cristianismo na Europa, o combate aos hereges e o estabelecimento dos princípios cristãos.

homem”. As mulheres eram apontadas como perversas e perigosas para os valores sociais e a vida ética, sendo necessário contê-las e cerceá-las.

Somente em meados do século VI, Cesaire d’Arles redigiu as primeiras normas para monjas, que, nesse caso específico, eram dirigidas à comunidade onde ele morava (Algranti, 2001, p. 9). A partir desse momento, a Igreja Católica começou a difundir diversas regras para a clausura feminina. Essas normas eram escritas por homens em cargos de destaque na Igreja e começaram a ser disseminadas pelo mundo cristão. As regras eram copiadas, transmitidas e recopiadas sem adaptações para as mulheres e, cada vez mais munidas de cerceamentos e submissões do sexo feminino na estrutura patriarcal.

Ao longo da Idade Média, a clausura já havia se firmado como um pilar da vida religiosa, mas vale apontar que era de extrema importância para a vida religiosa feminina, diferente dos homens, e limitava a independência das comunidades religiosas de mulheres. A dependência ocorria nas questões de administração e subsistência e nas questões espirituais, já que mulheres não podiam – e ainda não podem – dar sacramentos, ouvir confissões e ministrar missas. Já no século XII, o IV Concílio do Latrão, promulgado pelo Papa Inocêncio III, legislou sobre o conceito de *heresia*, com previsões sobre punições, exclusões e modificações na religião. Toda essa ação acabou desencadeando dois movimentos religiosos: o primeiro, denominado *vita vera apostólica*, que tinha como pilares penitência, pobreza e pregação; e o segundo, que envolveu a criação de diversas ordens religiosas que pregavam o controle da vida sacra centrada na clausura (Silva, 2011; Alcântara, 2015, p.33). Como apontado por Silva (2011, p.14):

As mulheres foram parte ativa no movimento de *vita vera apostolica*. Dentro da ortodoxia ou nos movimentos “heréticos”, como líderes ou seguidoras, o protagonismo feminino era inegável. A nova visibilidade, em uma sociedade em constante mudança, ocasionou um maior interesse pelas mulheres, seu corpo, sua natureza, os espaços que deveriam ocupar, a domesticação que deveriam sofrer.

Posto isso, em 1298, a bula do *Periculoso*, promulgada por Bonifácio VIII, dispôs pela primeira vez, oficialmente, sobre a clausura universal das mulheres. Essas práticas discursivas moldadas pela fala oficial dos homens da Igreja assumiram o papel de verdade absoluta e criaram zonas de poder e dominação masculina, baseada na natureza binária e hierárquica (Silva, 2011).

Considerada parte integrante da vida monástica, cuja experiência exigia um espaço “protegido” das distrações do mundo e uma atmosfera apropriada para orações, a clausura consistia fisicamente numa barreira de altas muralhas que dificultava a entrada de pessoas estranhas.

Psicologicamente, elas funcionavam como guardiãs das vidas e da castidade das noivas de Cristo (Algranti, 1992, p.44).

Assim como assinalado por Eleanor Casella (2007) em seu livro *“The Archeology of Institutional Confinement”*, o cárcere é uma dolorosa experiência de privação, que acarreta a perda psicológica, o ambiente de convivência, a autonomia, a segurança pessoal básica e material, que são meios de preservação pessoal e de individualidade. Todas essas perdas são consideradas violências contra essas mulheres, que, mesmo escolhendo viver em clausura uma vida religiosa, são colocadas em posição de punição, somente por serem mulheres. Esse isolamento feminino contribuiu também para a invisibilidade dessas enclausuradas dentro da própria Igreja, como observado no fato que ordens de mulheres nos espaços religiosos foram denominadas de ‘segunda ordem’ (Alcântara, 2015, p.34).

O ponto principal da clausura feminina na Idade Média era o de afastar por completo as mulheres de qualquer contato com o mundo em prol da castidade. Mesmo tendo esses preceitos ocorrido no universo das religiosas enclausuradas, pode-se fazer um paralelo com a ordem patriarcal hierárquica da própria sociedade europeia. As mulheres estavam sujeitas e dependentes dos homens, e a reclusão feminina estava diretamente relacionada à dominação masculina (Algranti, 1992, p.46). Sendo assim, a clausura feminina, nos moldes da Igreja Católica, estava mais relacionada à condição da mulher na sociedade do que a questões de devoção a um Deus. Os conventos da época medieval também recebiam mulheres leigas, que estavam lá para fins educacionais ou de retiro, destacando que o ponto chave da clausura estava na estrutura patriarcal e não em questões religiosas (Algranti, 1992).

Já o romper para a Idade Moderna foi um período conturbado para a Igreja Católica. Dentre os eventos que ocorreram, podemos dar destaque às mudanças estruturais ocorridas a partir do final da Idade Média, tendo como resultado a Reforma Protestante. A perda de poder do Papa e da influência do catolicismo uniu-se às mudanças de comportamento e de mentalidades europeias, além da disseminação da teoria do contrato original: um pacto sexual e social que também impactou as formas de emparedamento feminino (Pateman, 2020). O contratualismo surgiu como explicação para a necessidade de as pessoas formar Estados e manterem uma ordem social, um acordo em que os

membros da sociedade reconhecem uma figura de autoridade, para que a partir dessa ordem social estruturada saíssem do “estado de natureza”<sup>15</sup>.

Lidando com as perdas e as críticas, a Igreja Católica tentou reinventar-se, e certas medidas tomadas intensificaram o controle e as restrições das mulheres na sociedade. Por exemplo, o Concílio de Trento (1545-1563), convocado pelo Papa Paulo III e posteriormente guiado por seus sucessores, foi a principal reunião religiosa com intenção de renovar a Igreja. A Contrarreforma, como ficou conhecido esse movimento, foi organizada para confrontar o protestantismo e os conflitos dentro da própria Igreja. Muitas decisões conciliares foram tomadas, porém algumas destas foram importantes em relação ao comportamento feminino, tais como: normas de civilidade, controles disciplinares e a busca por uma virtude idealizada, que se tornaria um fardo para a mulher, impondo um discurso moralista na mentalidade e nos comportamentos da Europa católica (Silva, 2009, p.32). A clausura feminina além de se apegar a valores de proteção e separação, instituiu nesse espaço um caráter de disciplinaridade do corpo e da mente (Lage, 2016).

Essa nova onda de mudanças de mentalidades e comportamentos marcou a cristandade ocidental (Silva, 2009, p.33). As relações patriarcais que já existiam na Igreja foram acirradas e a moral cristã espalhada de forma mais marcante. O preservar e manter a virtude feminina se tornou uma das ações mais importantes para os homens cristãos da Idade Moderna (Oliveira, 2012, p.1), e nesse sentido, as instituições de clausura eram a melhor forma de se chegar a esse ideal feminino já que, como dito por Oliveira (2012, p.3), “somente destacando a mulher da sociedade elas estariam salvas de seus perigos.”

A Idade Moderna, porém, permitiu o início de um novo tipo de clausura, desvinculada da Igreja, as chamadas “instituições leigas”. Essas instituições foram um elemento próprio do processo de individualidade da modernidade (Silva, 2009, p.35). Indesejados da sociedade, como mendigos, pobres e doentes começaram a ser internados e afastados do meio social. Estes, que antes eram recolhidos e cuidados com caráter de assistência pela Igreja, agora eram presos punitivamente, já que representavam perigo às classes burguesas ascendentes (Algranti, 1992, p.48).

---

<sup>15</sup> Situação hipotética das pessoas antes da criação de sociedades organizadas, onde teriam somente liberdades e não direitos e obrigações.

Vale enfatizar que, mesmo nessas instituições projetadas para abrigar homens e mulheres ociosos ou indesejados socialmente pelas camadas superiores, o emparedamento da mulher estava ainda relacionado à sua condição social e não somente econômica. O enclausurar moderno, relacionado a questões éticas e morais condizentes à burguesia, quando somado ao universo feminino, juntava-se à castidade e aos bons costumes pregados desde o século XI. Como dito pela historiadora Algranti (1992, p.51),

O que o nascer da Idade Moderna traz de novo não é apenas o enclausuramento de mulheres pobres e ociosas - como foi amplamente estudado -, mas o surgimento de instituições leigas de reclusão destinadas a mulheres, quer fossem pobres ou ricas, visando preservar a honra e controlar a sexualidade feminina. Trata-se, portanto, da expressão de mais um elemento próprio do processo de laicização da cultura e do individualismo característico da Idade Moderna.

Nesse momento, para enclausurar mulheres, não era exigência o firmamento de voto perpétuo ou condição de vulnerabilidade. Qualquer uma poderia ser colocada em uma instituição de guarda por seu responsável masculino. “A honra da mulher era algo que, por extensão, dizia respeito também aos homens, à Igreja e ao Estado” (Silva, 2009, p.33). Assim, nota-se uma mudança de comportamento em relação às mulheres a partir do final do século XVIII. Preservar a honra e a virtude feminina tornou-se um discurso predominante, e recolhimentos e conventos tornaram-se escolas, cadeias e retiros religiosos com estatutos rígidos e pré-definidos (Algranti, 1992, p.57). “O domínio do corpo, ligado ao isolamento da clausura, foi o sinal que expressou melhor a manutenção do poder do homem sobre a mulher” (Alcântara, 2015, p.36).

Um dos pontos chave para se entender o mantimento da mulher em posição de subordinação é a teoria do contrato original, que referenciou toda a autoridade legal do Estado, legislação civil e legitimidade do governo civil moderno a partir do século XVII. Essa nova sociedade civil nada mais era do que a ordem social patriarcal moderna, construída a partir desse “pacto sexual-social” (Pateman, 2020, p.13). Toda a base desse contrato era a assimetria sexual, segundo a qual a sociedade civil foi dividida em duas esferas: a pública, em que estaria a liberdade do contrato social; e a privada, encarada como politicamente irrelevante e na qual o contrato sexual (e matrimonial) estaria inserido (2020, p.15).

É importante entender que, no contrato original, o contrato social foi desvinculado do sexual, já que esse era moldado no direito masculino à subserviência feminina, resultando “na permanente exclusão das mulheres da esfera pública, restringindo-as

sempre à esfera privada” (Gonçalves e Silva, 2019, p.5), o que ia contrário aos ideais e valores iluministas defendidos nos séculos XVII e XVIII, que pregava a liberdade de *todos* os indivíduos para agir de forma autônoma e o avanço do pensamento racional e científico<sup>16</sup>. Mesmo desvinculados, esses dois lados do contrato são interdependentes, já que o contrato sexual e o domínio patriarcal não estariam somente atrelados à esfera privada, já que os homens regeriam todos os domínios da sociedade civil (Pateman, 2020, p.27).

Dentro desse contrato, as mulheres estavam restritas ao mundo privado, fazendo parte da sociedade civil e, ao mesmo tempo, afastadas, colocadas sempre em sujeição ao homem. Assim, a partir, mais uma vez, de um aval legal, as mulheres eram excluídas e colocadas em posição de submissão, já que não seriam indivíduos civis (Pateman, 2020, p.145). Na Europa setecentista e oitocentista, as mulheres passaram do estado natural para o estado contratual de submissão, não sendo incluídas na liberdade civil pregada pelo contrato original, sendo submetidas aos homens por serem “naturalmente subversivas às leis masculinas” (Pateman, 2020, p.147).

Através dessa nova lógica Moderna, os indivíduos começaram a fundamentar sua sociedade no racional. Com o Renascimento, a sociedade passou a operar sob outros paradigmas e começou a observar e experienciar cientificamente, e não só religiosamente. Esse ideal humanista e naturalista racional e objetivo (contratual), porém, não afetou o cotidiano das mulheres, que tiveram as interpretações de seus papéis sociais mantidos na antiga lógica grega e bíblica (Fonseca, 2013, p.58).

A antiga lógica grega e bíblica teve origem na sociedade grega antiga, principalmente no pensamento de Aristóteles e no pensamento androcêntrico judaico-cristão. Na sociedade grega antiga, as mulheres estavam em uma posição inferior aos homens, já que eles detinham o poder de formá-las, educá-las e vigiá-las. O único “papel destinado socialmente à esposa na sociedade antiga era: a descendência legítima”, por isso elas deveriam ser submissas, obedientes e fiéis (característica exclusiva exigida da mulher). A moral era baseada nos pensamentos de Aristóteles, ao afirmar “que ao homem cabia mandar e à mulher obedecer, pois aquele era o elemento dominante em todos os

---

<sup>16</sup> As mulheres na visão contratualista de Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, não teriam condição de controlar suas sexualidades e desenvolverem uma moralidade política, representando a natureza, mesma justificativa utilizada pela lógica religiosa judaico-cristã.

sentidos. Afirmava-se que na relação sexual o homem é quem determina, regula e domina o prazer da mulher” (Lima, 2010, p.2).

Já o discurso sobre as mulheres na religião judaica é baseado na figura do patriarca, homem da família, que teria o papel de provedor e era quem manteria a ordem social; já às mulheres cabia o papel de gestadoras e amamentadoras dos filhos, envoltas em restrições e interdições que ajudariam a manter a ordem a partir da obediência feminina. Deus, nessa concepção, era ligado ao masculino, um Deus-criador patriarcal que correspondia à organização social do povo hebreu. Segundo essa narrativa, a mulher foi criada a partir do homem (da costela, especificamente), e se tornou responsável pelo pecado e pelo sofrimento. A mulher representava o mal, a tentação, o pecado, a perdição (Lima, 2010, p.3).

Os epistemólogos e filósofos modernos dissertavam sobre métodos científicos e problematizavam algumas condutas anteriores, mas em nenhum momento questionavam a hierarquia social do patriarcado, conveniente a eles, como dito pela historiadora feminista Carole Pateman (2020, p.356) “Os homens têm um interesse velado em manter silêncio a respeito da lei dos direitos sexuais masculinos”. Sendo assim, eles mantinham os “valores tradicionalistas em relação às mulheres” (Lima, 2010, p.1), herdados da tradição judaica.

Fonseca (2013), em sua tese de doutorado, dispõe sobre como, a partir do século das luzes, a exclusão feminina da vida pública justificou-se pelos meios culturalistas e biológicos, nos quais a filosofia natural ajudou a manter a ordem excludente baseada principalmente nos pensamentos Rousseauianos. Assim, “a questão das mulheres, no século XVIII, é o ponto a partir do qual se determina a articulação dos espaços simbólicos e práticos (público e privado), das relações naturais e das relações sociais” (2013, p.63).

Mesmo com certos países não respondendo mais ao poder do Papa e se desvinculando dos dogmas da Igreja Católica devido ao avanço do Protestantismo, como no caso da Inglaterra, não podemos anular a influência do catolicismo na forma de se ver as mulheres e de como estavam socialmente inseridas. Consequentemente, não devemos desvincular o processo de certos recolhimentos e instituições femininas leigas de isolamento do histórico dos conventos no cristianismo europeu. Se as mudanças da Idade Moderna como, por exemplo, o individualismo, o crescimento da burguesia e o maior poder ao Estado ajudaram a criar as instituições de cárcere e prisão, a hierarquia da Igreja

Católica patriarcal e a tencionada subordinação feminina ajudaram a manter a ideologia do patriarcado e a coerção de mulheres “fora dos padrões socialmente aceitos” em instituições específicas.

## 1.2 A MORAL CRISTÃ E SUA RELAÇÃO COM OS ESPAÇOS DE EMPAREDAMENTO

*“É dentro deste espírito que a moralidade cristã, que situa os principais pecados da humanidade nos quartos de dormir, desenvolveu-se.” (Souza, 2011, p.2)*

Quando pensamos nas questões de honra feminina, automaticamente se faz uma relação com a moral cristã. Honra feminina é relacionada à sexualidade, e o discurso sobre as práticas sexuais, sejam elas consideradas boas ou ruins, surge com a tradição judaico-cristã, herdeira do pensamento grego de natureza, e regada, principalmente, pelas ideias de Aristóteles. Essa sexualidade, quando desviada, segundo esses pensamentos, é definida contra a natureza, e as mulheres tidas como depravadas (Souza, 2011). Nesses termos, essas ideias, desde a fundação do Cristianismo, foram sendo difundidas e reproduzidas por outros pensadores, como Agostinho e Tomaz de Aquino.

Vale ressaltar que desde o século II a figura feminina de Eva foi considerada a fonte do pecado por moralistas e teólogos. Seu pecado inicial seria a comprovação da perversidade e instabilidade das mulheres, o que justificaria sua submissão ao homem. Nesse cenário, Eva, Pandora, Lilith e Jezabel foram mulheres associadas pelos pensadores ao mal dos homens e tinham a sedução como arma que levaria ao pecado. Esses discursos em torno das mulheres, que antes ajudavam na aceitação de crenças e práticas relacionadas à sexualidade e reprodução, foram aos poucos sendo absorvidos na cultura secular europeia e nas práticas sociais e políticas (Fonseca, 2013, p.68). Nesse sentido, a virgindade seria uma virtude da alma, e a abstinência do prazer, um dever da mulher.

Temos de levar em conta que questões de sexualidade dependem da estrutura do poder, podendo, desse modo, variar de acordo com o período histórico e cultural (Souza, 2011, p.7). Então, mesmo estando a honra e virtude ligadas à moral cristã disseminada pela Europa, com o passar do tempo o discurso moralista e suas interdições foram alterando-se. Nesse sentido, a entrada na Era Moderna mudou a forma de a Igreja e a sociedade lidarem com a honra feminina, por conta da separação paulatina entre Estado e Igreja. A moral e a sexualidade caminharam juntas, atingindo o ambiente familiar, a

repressão e a castração de indivíduos (Souza, 2011, p.6). “O discurso moralista modernizador muitas vezes foi construído com base no código moral que expressava conselhos e advertências sobre a conduta feminina e que revelava o ideal de mulher...” (Silva, 2009, p.33).

Pensadores contratualistas modernos, como Samuel Pufendorf, Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau afirmaram em suas obras, no século XVIII, que a mulher deveria submeter-se sempre ao marido, já que o homem é mais forte e superior, e as mulheres não teriam condição de controlar seus desejos e desenvolver uma moralidade necessária dentro da sociedade civil moderna (Pateman, 2020). A moralidade mantém-se, então, como ponto chave da condição ‘inferior’ da mulher socialmente, assim como nas ideias desenvolvidas pelos padres da Patrística na Idade Média. Mesmo no século das luzes, “as mulheres, seu corpo e suas paixões carnis, representaram a “natureza” que tem que ser controlada e superada para que a ordem social seja criada e mantida” (Pateman, 2020, p.153), através do *modus operandi* moral. Assim, se antes dos contratos as mulheres eram dominadas por conta da vontade de Deus, após a doutrina contratual patriarcal passaram a ser pelo direito natural masculino.

Segundo os princípios cristãos, a honra é mantida a partir de uma conduta virtuosa. Ela pode ser perdida ou recuperada, e por isso requer o controle da comunidade. “O discurso moralizador e controlador das condutas femininas fixa a honra em práticas institucionalmente rígidas a partir do século XVI, vincando-se essa severidade, de um modo crescente, até ao século XVIII” (Fonseca, 2013, p.71). O sistema de honra feminina baseava-se na manutenção da virgindade das donzelas, fidelidade conjugal das casadas e castidade das viúvas. “Uma conduta honrada significava reputação social e a reputação baseava-se na honra e na vergonha. Honra e vergonha eram atributos essenciais de um comportamento virtuoso” (Machado, 2014, p.10).

Como debatido por Vertzman (2004), o conceito de vergonha no meio da psicologia pode ser considerado uma importante ferramenta de coesão social e uma variável importante sobre o ideal da mulher. Quando essas antíteses se unem, acabam gerando culpa, já que a honra pode ser entendida como um signo do que as pessoas ao redor esperam de alguém, e a vergonha é o sentimento que deve ser evitado. Toda culpa se relaciona com o próprio indivíduo, medida a partir das relações morais das sociedades

(Vertzman, 2004). Dentro do *ethos* cristão existente na Europa setecentista, a relação entre honra e vergonha controlava o modo de agir das mulheres.

Enquanto os homens eram julgados por suas atividades, as mulheres o eram por sua sexualidade. Mulheres eram consideradas menos prudentes e, assim, sua inferioridade moral era transversal aos textos moralistas (Machado, 2014). Desse modo, o emparedamento tornou-se uma saída para a limitação feminina, permitindo perpetuar pensamentos patriarcais e misóginos.

Assim, a misoginia se traduz em cuidado, a fragilidade física e moral, assim como a incapacidade intelectual se tornam atributos femininos, e os discursos são resgatados, recitados, entrecruzados em uma intensa atividade interdiscursiva que retomam os padres da igreja, filósofos gregos, pregadores populares, cientistas, papas, de forma a naturalizar uma criação. (Silva, 2011, p.15)

### **1.2.1 Escritos bíblicos em relação ao *modus operandi* feminino**

Inseridos nesse cenário moralizador, os escritos bíblicos têm um papel fundamental na invisibilidade e na submissão femininas. Muitas vezes, as passagens são pregadas de forma complementarista. Por esse caminho, o padrão bíblico determina uma liderança masculina, reproduzida dentro da hierarquia da religião, que reforça a ideia de hierarquia de gênero, segundo a qual as mulheres estão em segundo plano (César, 2021, p.17). Precisamos ressaltar que essas interpretações machistas de trechos bíblicos são dadas por quem os prega. Sendo assim, quem repassa esses escritos irá enfatizar ou não trechos em que mulheres são colocadas em papel de submissão.

Um conceito que pode ser aplicado à análise de textos históricos é o de dissimetria sexual das fontes, trabalhado por Perrot (2019). Os escritos bíblicos, que foram produzidos em sua maioria por homens, apresentam a mulher reduzida e estereotipada, pois “as mulheres seriam imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (Perrot, 2019, p.17). Alguns desses trechos são utilizados até os dias atuais como justificativa de agressões e assédios sofridos pelas mulheres, sendo “preceitos bíblicos e preconceitos históricos contra as mulheres (que) são incorporados na vida cotidiana como verdades” (Lima, 2010, p.7), como, por exemplo, nos trechos de Efésios 5:22-24 e Colossenses 3:18-19, sobre o dever de a mulher se submeter ao marido, e nos capítulos 1 Coríntios 7:10-14 e Marcos 10:11, que expressam que as mulheres não se

divorciem *independente* do motivo, e no 1 Coríntios 7:4-5, com a menção ao ato sexual como obrigatório (Bíblia Sagrada Online, 2009-2023):

A mulher não tem autoridade sobre o seu próprio corpo, mas sim o marido. Da mesma forma, o marido não tem autoridade sobre o seu próprio corpo, mas sim a mulher.

Não se recusem um ao outro, exceto por mútuo consentimento e durante certo tempo, para se dedicarem à oração. Depois, unam-se de novo, para que Satanás não os tente por não terem domínio próprio (1 Cor. 7:4-5)

O ponto central da disseminação de ideias equivocadas sobre as mulheres está no fato de a maioria das vezes a Bíblia ser interpretada por clérigos homens, que não problematizam alguns trechos convenientes à situação social deles. Outra questão importante é que a bíblia conta a história de heróis cristãos masculinos, marcando o protagonismo masculino e realocando a mulher para um papel de parceira ou pecadora.

Ao longo da história, alguns casos de mulheres reinterpretando o livro “sagrado” deixaram clara a influência da estrutura patriarcal cristã na manutenção do chamado “ideal feminino”. O caso mais marcante foi a Bíblia da Mulher publicada nos anos de 1895 e 1898, nos Estados Unidos da América, pela feminista sufragista Elizabeth Cady Stanton (Stanton, 1898) e um grupo de 26 mulheres que desejavam romper com a teologia ortodoxa e lutar pela liberdade feminina dentro da religião, alterando escrituras que pregavam submissão e subserviência feminina.

Nessa conjuntura, os conceitos de honra e vergonha também ajudam a entender a natureza desses espaços de recolhimento na ótica moral cristã. Geralmente associados a valores de gênero, honra e vergonha funcionaram – e seguem funcionando – como “operadores eficazes de determinados mecanismos sociais” (Rohden, 2006, p.101). No caso feminino, na religião católica, a honra está vinculada à virtude. Para atingir a honra, a mulher deve ser sóbria e casta, e controlar seu corpo e sua sexualidade (Alcântara, 2015, p.31).

Muitas vezes, a Bíblia foi utilizada para propagar generalizações e tipificações, interpretadas de acordo com o tempo-espço. Como analisado por Oliveira (2008), fragmentos dos textos religiosos são às vezes atribuídos a uma narrativa considerada absoluta e completa, não se levando em conta que alguns deles apresentam traços patriarcais. Esses textos, que são carregados de ideologias machistas, são apoiados em questões androcêntricas e axiológicas, procurando “alicerces morais e segregacionais que legitimem práticas exclusivistas” (Oliveira, 2008, p.81), o que gera silenciamentos e

distorção de certas práticas por mulheres, como no caso dos livros bíblicos de 1 Coríntios; 1 Timóteo; 1 Pedro; e Efésios (Bíblia Sagrada Online, 2009-2023). A primeira carta aos Coríntios apresenta no capítulo 11 três versículos em que as mulheres são colocadas como abaixo do homem na criação do mundo. Já no primeiro livro de Pedro, capítulo três, versículo 1, e Efésios capítulo 5 percebe-se a narrativa de submissão das mulheres aos seus maridos, além da colocação do homem como “cabeça”:

Quero, entretanto, que saibais ser Cristo o cabeça de todo homem, e o homem, o cabeça da mulher, e Deus, o cabeça de Cristo. (1Cor. 11:3,AA)

Porque o homem não foi feito da mulher, e sim a mulher, do homem. Porque também o homem não foi criado por causa da mulher, e sim a mulher, por causa do homem. (1Cor.11: 8-9)

Mulheres, sede vós, igualmente, submissas a vosso próprio marido, para que, se ele ainda não obedece à palavra, seja ganho, sem palavra alguma, por meio do procedimento de sua esposa (1Ped.3:1)

... porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo. Como, porém, a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido. (Ef.5:23-24)

O trecho do livro de Efésios, capítulo 5, inclusive, foi utilizado no ano de 1806 pelo vigário geral do Rio de Janeiro para justificar a recusa ao pedido de divórcio de D. Ana Joaquina de Souza, sendo utilizado legalmente como justificativa de submissão da mulher a um casamento “falido” (ACMRJ, Libelo de divórcio, LD 145 apud Martins, 2013):

...onde se conserva tão obstinada e teimosa em não se restituir à companhia de seu marido. (...) As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos, como ao Senhor, porque o homem é cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja e o salvador do Corpo. Como a Igreja está sujeita a Cristo, esteja as mulheres sujeita aos seus maridos.

Como já mencionado anteriormente, esses trechos podem ser lidos e interpretados como possuindo caráter patriarcal e androcêntrico. Uma crítica a essa questão foi feita por César (2021, p.17): “o ensino de conceitos deturpados de submissão, tão entranhado nas comunidades de fé, é uma forma de minar *as fontes da vida*, legitimando e naturalizando a prática de diferentes formas de violência”. Além disso, termos como “cabeça”, referente à figura masculina, vêm carregados de conotações deterministas do papel masculino na sociedade. Nesse caso o uso dessas terminologias pode ser atribuído

à falha de traduções da bíblia, o que gera problemas de transmissão de ideias e acaba sendo utilizado como legitimadores e neutralizadores de ideias patriarcais e machistas.

Outro trecho bíblico marcante em relação ao comportamento feminino é o primeiro livro de Timóteo, capítulo dois, no qual é indicado como a mulher deve agir e se portar:

Da mesma sorte, que as mulheres, em traje decente, se ataviem com modéstia e bom senso, não com cabeleira frisada e com ouro, ou pérolas, ou vestuário dispendioso, porém com boas obras (como é próprio às mulheres que professam ser piedosas).  
A mulher aprenda em silêncio, com toda a submissão.  
E não permito que a mulher ensine, nem exerça autoridade de homem; esteja, porém, em silêncio.  
Porque, primeiro, foi formado Adão, depois, Eva.  
E Adão não foi iludido, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. (1 Tim. 2:9-14)

Inserido ao livro de Genesis, podemos considerar também a questão do direito sexual masculino. Interpretações do trecho “Seu desejo será para o seu marido e ele a dominará” (Gen. 3:16) foi usado como marcador do direito masculino sexual antes do direito paternal, mantido dentro da fraternidade contratual patriarcal. Dessa forma, segundo uma interpretação tendenciosa desse trecho, a mulher teria que manter relações sexuais com seu marido, mesmo se não desejar, perpetuando um tipo de violência sexual que nos dias atuais é combatido pela Lei Maria da Penha, artigo 7, alínea III.

Todos esses trechos, somados a discursos moralizadores em relação ao corpo e a performances femininas tiveram consequências sociais, políticas e materiais. Incorporado a contextos temporais e culturais diferentes, as materializações desses discursos se alteraram. Assim, as casas de recolhimento dos séculos XVIII e XIX podem ser consideradas a materialização dessas políticas seculares sociais patriarcais e machistas em relação ao gênero feminino.

### 1.3 A CRIAÇÃO DOS RECOLHIMENTOS LEIGOS

*“Todas as instituições são pedaços que compõem uma galáxia de símbolos e significados” (De Cunzo, 1995)*

Todas as imagens criadas das mulheres como pecadoras e frágeis, atreladas à necessidade de controlar sua sexualidade, resultaram, entre outros produtos, na criação de espaços de recolhimento. Esses locais desenvolveram-se na Idade Moderna, mas podem ser relacionados a casas medievais similares às “mercearias”, que eram instituições com fins religiosos e caritativos para pessoas ditas “boas”, mas que caíram

em pobreza (Fonseca, 2013, p.73). Podemos assinalar que essas instituições de recolhimento especializaram uma prática já realizada na Europa Medieval: a de homens que colocavam suas esposas em conventos para retiro ou como punição.

Foi o Papa Leão X, no século XVI, que impulsionou a criação dos recolhimentos femininos, quando em 1520 fundou uma casa de reinserção feminina em Roma. Os recolhimentos eram instituições leigas que poderiam ser criadas pela Coroa, por homens da Igreja ou por pessoas leigas – nesse caso, majoritariamente, homens – e eram sustentados a partir das atividades internas ou por dotes e/ou doações das famílias das enclausuradas. Mesmo que possuíssem uma ligação forte com os conventos, essas instituições não exigiam voto perpétuo nem o fim da vida social das mulheres ali recolhidas. As mulheres, que poderiam ficar temporariamente ou permanentemente naquele espaço, conviviam com um intenso cotidiano de orações e tarefas com fins disciplinares.

Ancorados na moralidade cristã saída de Trento e no modelo monástico imposto pela implementação da clausura e da estrutura arquitetônica dos edifícios conventuais subjacente à sua vigilância, os recolhimentos cresceram na Idade Moderna, acolhendo mulheres de condição e percursos de vida variados. Estes locais de refúgio e amparo feminino encontravam-se rigorosamente normalizados e hierarquicamente organizados (Machado, 2014, p.20)

As instituições afastavam as mulheres do contato com o espaço público, sob a alegação de protegê-las, purificá-las ou puni-las, seguindo a ordem patriarcal da época (Algranti, 1992). O discurso paternalista e condenatório que circulava nos recolhimentos agia a fim de defender a honra feminina, que não estaria segura sob a guarda das próprias mulheres. Fonseca (2013, p.77-78) enumerou alguns objetivos principais desses recolhimentos leigos:

1. Preservar a honra, acolher e educar órfãs ou donzelas;
2. Dar sustento e abrigo a mulheres pobres;
3. Preparar mulheres para o matrimônio;
4. Receber filhas de classes abastadas para evitar gasto de elevados dotes ou de casamentos desfavoráveis;
5. Receber mulheres que desejam a vida religiosa sem votos perpétuos;
6. Acolher filhas de uniões ilícitas a fim de preservar casamentos;
7. Abrigar mulheres que esperam o matrimônio ou o ingresso em conventos;
8. Receber mulheres como estratégia de transmissão ou conservação do patrimônio;

9. Reabilitar prostitutas ou mulheres “decaídas”;
10. Favorecer filhas de famílias mais pobres de modo a ascenderem socialmente;
11. Conceder guarda a mulheres casadas maltratadas, ou mulheres com maridos ausentes ou viúvas desamparadas;

Esses motivos principais que levavam as mulheres a viverem em recolhimento ajudam a entender mais o que eram as condutas “aceitáveis” e “não aceitáveis” (Cunha, 2014, p.22), dentro da sociedade patriarcal setecentista e, principalmente, oitocentista. Esse *modus operandi* exigido das mulheres era consequência da necessidade de se manter as aparências sociais, sendo as mulheres usadas como forma de demonstrar o poder patriarcal masculino à sociedade através do controle de sua honra.

### **1.3.1 Os recolhimentos no Brasil colonial e imperial**

A origem das instituições de enclausuramento femininos, nos moldes debatidos neste trabalho, tem relação com os recolhimentos portugueses. As primeiras instituições desse tipo surgiram para abrigar mulheres pobres e aquelas cujos maridos se encontrassem ausentes. Essas instituições inicialmente eram uma medida para que essas mulheres “desamparadas” não se tornassem prostitutas (Lima, 2013, p.463). Com o passar do tempo, essas casas foram expandindo suas funções, mas sempre deixando claras as relações de gênero que norteavam as relações das mulheres na sociedade.

Após crises econômicas geradas por guerras e pela peste em Portugal, a Coroa criou, sob proteção régia, recolhimentos específicos para órfãs de funcionários que morriam em serviço. Essas órfãs recebiam dotes e eram enviadas para as Índias e para o Brasil para que se casassem e colaborassem com o povoamento das colônias. As mulheres eram escolhidas de acordo com os serviços prestados pelos seus familiares. A necessidade de povoar as colônias também incentivou Portugal a enviar prostitutas e “decaídas” recolhidas para as novas áreas do Império (Fonseca, 2013, p.85).

A demanda de povoar a colônia com filhos de mulheres brancas foi o ponto de partida para o início dos recolhimentos leigos no Brasil. Ao longo do século XVI, a Coroa portuguesa expediu medidas proibindo a criação de conventos em todos os territórios colonizados, a fim de que mais mulheres brancas se casassem e procriassem. Desse modo, as primeiras instituições de emparedamento feminino no Brasil surgiram com o propósito de se tornarem conventos. Porém, com o decorrer do tempo, tais instituições tiveram diferentes usos e atribuições, dependendo da condição social, estratégias de castigo,

afastamento social, etc. Mesmo com diferentes finalidades, cumpriam o projeto central da sociedade ocidental cristã para o sexo feminino: o enclausuramento (Alcântara, 2015, p. 35).

No entanto, as duas primeiras casas de recolhimento brasileiras fugiram das principais regras de abertura desses estabelecimentos. Em 1538, em Santa Catarina, fundou-se uma casa franciscana com o objetivo de evangelizar nativos e salvar mulheres nativas até se casarem. Posteriormente, em 1576, abriu-se em Olinda um recolhimento organizado por freiras franciscanas, o qual não só abrigava mulheres que desejavam a vida contemplativa, mas que também recolhia mulheres pobres da região (Diez, 2012, 316). Esses objetivos fugiam do comum, que era abrigar mulheres brancas e pagantes. Sendo assim, pode-se considerar que no século XVI as casas de enclausuramento eram mais relacionadas a questões de ideias de civilização e urbanização do que aos preceitos e virtudes morais (Cunha, 2014, p.19)

Esses espaços de cárcere, preservação da honra e dos bons costumes da sociedade patriarcal colonial abrigavam mulheres por três motivos principais: punição, religião e educação, sendo que as mulheres só poderiam adentrar esses locais quando algum responsável masculino as colocava, independente do motivo (Algranti, 1992, p.57). Os recolhimentos leigos, dessa forma, eram interessantes para a Coroa portuguesa, já que eximiam o Estado de encargos financeiros sobre essas instituições e as mulheres reclusas poderiam vir a se casar e procriar após a estadia nesses espaços.

Podemos salientar aqui que essas instituições eram uma extensão da condição feminina doméstica de um grupo de mulheres nessa época (Quintaneiro, 1995). A condição em questão é a manutenção das mulheres brancas nos espaços privados e de serviço, enquanto, em contrapartida, os homens estavam nas áreas públicas e dominantes (Lima, 1995, p.135). No contexto colonial e imperial português, os recolhimentos leigos femininos eram destinados majoritariamente às mulheres brancas e de posse e não uma instituição para mulheres vulneráveis e pobres. O principal era manter a honra, educar religiosamente essas mulheres, isolando-as de qualquer “perigo” que sofressem do mundo social ao redor.

No interior desse modelo de separação de gênero entre público e privado, precisamos levar em conta que, em uma instituição de clausura, como no caso dos recolhimentos, uma nova ordem paralela era criada intramuros. Mesmo que o poder de fora das instituições interferisse ativamente, principalmente o do patriarcado, havia dentro das instituições um poder interno representado por sutis performances e práticas (Casella,

2007, p.8), o qual nos permite identificar as mulheres enclausuradas como ativas, mesmo em uma situação de limitação extrema (Spencer-Wood, 1987).

A partir do levantamento realizado por Oliveira e Lobo (2012), enumeramos 18 instituições de emparedamento existentes nas regiões nordeste e sudeste do Brasil, entre o final do século XVI e início do século XIX. Na região Nordeste encontravam-se os recolhimentos de Nossa Senhora da Conceição, em Olinda/PE; Santa Casa de Misericórdia, na Bahia; Recolhimento Sagrado Coração de Jesus de Soledade, em Salvador/BA; Recolhimento Sagrado Coração de Jesus, em Iguaraçu/PE; Recolhimento Sagrado Coração, em São Luís/MA; Recolhimento São Raimundo Nonato e Santa Madalena, em Salvador/BA; e o Recolhimento Nossa Senhora da Glória, em Olinda/PE. Na região sudeste estavam o Recolhimento de Santa Teresa, em São Paulo/SP; Recolhimento de Nossa Senhora das Macaúbas, em Minas Gerais; Recolhimento de Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro/RJ; Recolhimento de Santa Teresa, no Rio de Janeiro/RJ; o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, no Rio de Janeiro/RJ; Recolhimento Vale das Lágrimas, Minas Gerais; Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu, Niterói/RJ; Recolhimento Divina Providência, São Paulo; Recolhimento de Órfãos, Tejuco/MG; Recolhimento Santa Clara, Sorocaba/MG; e o Recolhimento de Itu, em Itu/SP.

A presença destas casas, muitas vezes, estava vinculada às sedes administrativas coloniais/imperiais e locais, onde as elites políticas e administrativas se concentravam, assim como a presença de Conventos. Por isso as regiões sudeste e nordeste foram os locais de criação dessas casas de recolhimento (Lage, 2016, p.55). Vale apontar que existem pouquíssimas fontes sobre essas instituições brasileiras, principalmente aqueles que não vieram a se tornar conventos ou escolas especializadas. Ademais, como muitos recolhimentos surgiam sem registros oficiais, a detecção de sua abertura torna-se mais difícil. Essa dificuldade informativa restringe as informações sobre aquelas mulheres encarceradas e sobre os estatutos de funcionamento destas casas.

Podemos relacionar a existência de recolhimentos à instituição do casamento e suas normas. Como apontado por Silva (1978, p.97), “As relações conjugais eram dominadas por dois aspectos extremamente importantes: a subsistência da mulher, e daí

a questão do *dote*<sup>17</sup> e a conduta da mulher, donde resultava o problema do *divórcio*<sup>18</sup> e da ‘correção’ num recolhimento”. Sendo assim, estes eram um pilar nas relações patriarcais conjugais de punição. Dentro dessa questão conjugal, os maridos possuíam um dever: pagar o sustento da família. Assim, se colocassem suas esposas em emparedamento, deveriam por lei custear seus gastos. O dever do marido de arcar com os gastos da sua esposa, ou fazer valer o seu direito de colocá-la em recolhimento como punição eram explicitados no Contrato de Casamento, já que inserido na lógica contratual existiria uma troca: a mulher deveria prestar obediência e subordinação ao homem, enquanto esse deveria dar proteção, sob qualquer circunstância, até mesmo enquanto a esposa estivesse em um espaço de emparedamento (Pateman, 2020, p.90)

Como exemplo, podemos destacar o registro presente no código 323, volume 1 (folhas 11-15) da intendência da polícia do Rio de Janeiro (apud Silva, 1978, p.98), o qual versa sobre o caso de um marido, José Midosi, que procurou o intendente, pois sua esposa e filhas estariam vivendo em desordem, passeando sozinhas pelas ruas em companhia de membros da marinha. A intendência, assim, propôs colocar as filhas e a esposa em alguma casa de recolhimento, desde que Midosi pagasse mesadas a elas. O emparedamento era colocado como a pena aplicada pelos poderes públicos pela má conduta feminina, segundo os preceitos morais e patriarcais da época, mas que deveria ter o respaldo financeiro do cônjuge/responsável masculino.

Há também casos de mulheres que eram enviadas para os recolhimentos por desejarem romper com os laços matrimoniais, como foi, por exemplo, o caso da esposa de Anacleto Elias Ferreira de Noronha, enclausurada no Recolhimento de Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro após pedir o divórcio, negado pelo marido (Cód. 323, vol.3, fls. 61-61v). Pedir o divórcio sem uma justificativa aceitável aos homens do juízo eclesiástico, que decidiam sobre questões matrimoniais, era visto como se as mulheres almejassem viver em libertinagem (Silva, 1978, p.101). Ao terem seus pedidos de

---

<sup>17</sup> O dote era a transferência de propriedades dos pais, bens materiais ou dinheiro da noiva para o futuro marido; quanto maior o dote a ser oferecido, melhor era o status do homem com que a mulher iria se casar, e consequentemente melhor seria visto socialmente aquele casamento.

<sup>18</sup> O divórcio era malvisto aos olhos da sociedade cristã da época, mulheres divorciadas eram um problema social e moral. Geralmente, ao abrirem um processo de divórcio, seja por maus tratos, seja por adultério ou outras questões, as mulheres eram enviadas para recolhimentos. A clausura podia ser entendida como uma punição ou uma forma de essas esposas saírem de perto de seus cônjuges, evitando violências. Em alguns casos, mesmo após a negação do divórcio, as mulheres eram colocadas em recolhimento por não quererem conviver com seus cônjuges e, nos casos de aceitação da causa, elas poderiam viver nessas instituições como forma de se preservar socialmente, já que esse processo era malvisto pela sociedade cristã.

divórcio negados, muitas vezes as mulheres não desejavam mais coabitar com seus maridos, o que resultava na ida aos recolhimentos.

Um ponto interessante, ao se analisar alguns códices da polícia sobre essas questões de divórcio, é a omissão dos nomes das esposas e filhas. Havia um apagamento da identidade dessas mulheres ao serem mencionadas nesses processos punitivos, muitas vezes só sendo nominadas quando vinham de famílias abastadas e com influência política. Nesse sentido, a invisibilidade social feminina é aplicada aos documentos oficiais, que muitas vezes decidiam os seus destinos sociais.

### **1.3.2 O paradoxo dos recolhimentos leigos**

*“Moira agora tinha poder, ela havia sido posta em liberdade, ela havia se posto em liberdade. Moira era uma mulher livre. Creio que achávamos isso assustador” (Atwood, 2017)*

Os riscos enfrentados pelas mulheres eram impostos pelo Patriarcado, embasados no Estado e na Igreja Católica da época, mas na prática eram aplicados, majoritariamente, por seus responsáveis masculinos. Nesse sentido, a ida para instituições de recolhimento, distante dessa ordem e vivência direta, poderia ser considerada um mecanismo de resistência ou de redução de riscos. Os recolhimentos permitiam que as mulheres do período colonial fossem deslocadas do contexto familiar restrito, aumentando as possibilidades de captar múltiplas experiências femininas (Cunha, 2014, p.22). Em vista disso, acredito na existência de um paradoxo nas instituições de recolhimentos leigos femininos.

Inspirada no trabalho da arqueóloga Amy Young (1997) sobre o gerenciamento de risco de escravizados afro-americanos em Locust Grove, Estados Unidos da América, penso no uso dessa estratégia pelas mulheres enclausuradas nos Recolhimentos leigos. O gerenciamento de risco seria uma forma de burlar a ordem imposta à época, que englobaria, por exemplo, casamentos arranjados, obediência e submissão ao marido ou ao pai.

O uso da teoria de gerenciamento de risco permite abrir o leque de possibilidades de uso e performance dentro das casas de recolhimento, possibilitando a elucidação do uso daqueles espaços pelas mulheres para burlar a ordem patriarcal imposta. Nessa direção, o caso de Maria Jacinta de Jesus, no século XVIII, pode ser usado como exemplo. Jacinta foi a responsável pela implementação da Ordem das Carmelitas Descalças no

Brasil, tendo lutado pelo direito de viver uma vida contemplativa em um tempo em que conventos eram proibidos na colônia. Após fundar o Recolhimento de Santa Teresa no morro do Desterro, Rio de Janeiro, foi até Portugal para obter autorização para transformar o recolhimento em um convento da ordem Carmelita, o que somente ocorreu após sua morte em 1781 (Algranti, 1992, p. 108-109). Conforme proposto por Algranti (1992, p.24) em sua tese de doutoramento, podemos considerar o caso de Jacinta “uma história de luta e de resistência aos arbítrios da Metrópole, e de mulheres obstinadas, que não desistiram de seus desejos frente às dificuldades impostas, muitas vezes, pelos próprios familiares”.

Vale ressaltar, entretanto, que o relato de Jacinta tem um caráter muito hagiográfico, pois a todo momento um aspecto de predestinação é adicionado, sempre em comunhão com os valores da Ordem das Carmelitas Descalças (Martins, 2013, p.23). Esse relato, mesmo sendo apoiado em memórias de pessoas que conviveram com ela, possuem uma característica ideacional que não pode ser ignorada, mas que não invalida os feitos de uma mulher que desejava viver recolhida.

À vista disso, recolhimentos poderiam abrigar mulheres que desejavam viver contemplativamente, que optaram por não se casar, que não se identificavam com a heterossexualidade ou cisgeneridade, que sofriam agressões domésticas, ou até mesmo outras situações que colocavam sua segurança ou desejos em risco. Mesmo representando locais de privação de liberdade, cárcere e educação, os recolhimentos leigos femininos poderiam constituir uma fuga e uma nova possibilidade de ordem paralela. Assim, pode-se considerar esses tipos um recolhimento voluntário, no qual a mulher desejava estar lá, e requeria sua estadia nessas casas, ou por desejar viver contemplativamente, ou por sofrer alguma violência pelo seu cônjuge (Martins, 2013, p.53).

Violências como estupro e agressões físicas das esposas eram permitidas legalmente aos seus maridos. “A concepção contratual de casamento pressupõe a ideia do indivíduo como proprietário” (Pateman, 2020, p.259). Sendo assim, o homem tinha direito de exigir a obediência da esposa a qualquer custo. O direito patriarcal era também sustentado a partir da força e da violência, conseqüentemente, os recolhimentos, ao isolarem as mulheres, tiravam-nas desse ambiente privado doméstico onde agressões eram validadas.

Pensando na relação dominação- resistência, presente em instituições de cárcere, Eleanor Casella (2007, p.2) notou duas situações recorrentes dessa dicotomia. A primeira é a prática de rituais, e a segunda é relativa às práticas subversivas que minimizam as dores diárias do confinamento e da pressão do poder social, nesse caso, exercida pelo poder onipresente do Patriarcado colonial/imperial.

Nesse âmbito pode-se destacar a pesquisa de Lopes, feita em 2005, na qual analisa as denúncias encontradas no livro de visitas do Recolhimento da Misericórdia em Coimbra para os inquisidores, entre os anos de 1702 e 1743. Nesse raro documento sobre uma instituição dessa natureza, a autora identifica denúncias que demonstram essas práticas subversivas, contrárias aos valores passados na instituição. Dentre as incriminações das enclausuradas, estavam a prática de homossexualismo, uso de roupas e acessórios proibidos, casos de violência entre e contra as recolhidas, recebimento de visitas indecentes, cantorias inapropriadas, mantimento de inimizades, trocas de cartas e presentes com o exterior, etc. Porém, um dos pontos primordiais no trabalho de Lopes são as omissões presentes nesse documento: o desinteresse dos inquiridores sobre certos comportamentos desviantes, como roubos, consumo de bebidas alcóolicas, “leituras perigosas” e também os “casos de heresia, blasfêmia, superstição ou prática de encantamento” (Lopes, 2005, p.227). Desse modo:

Apesar das mulheres manterem, de acordo com o estatuto das instituições, a rotina voltada para orações e afazeres considerados femininos para a época, não significa que todas as mulheres aceitaram tão bem a condição de recolhimento imposta pelos pais ou maridos, os quais tinham a responsabilidade total pelas suas vidas. (Cunha, 2014, p.21)

As mulheres recolhidas involuntariamente, muitas vezes por desejo de seus responsáveis masculinos em caráter punitivo, agiram também em alguns sentidos. Um exemplo é o caso da esposa colocada no Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu (Niterói/RJ) que fugiu do recolhimento no ano de 1809, e a qual o marido acusava de prostituir-se (Cunha, 2014). Também se observam mulheres que faziam pedidos ao Vice-rei, para desconsiderar os pedidos de cárcere dos seus cônjuges, justificando a solicitação de envio ao recolhimento como ação ‘perversa’, com intuito de se livrarem das esposas, como por exemplo o caso de D. Mariana Inácia de Jesus, que estava recolhida em Santa Tereza de Itaipu no ano de 1812 e fez um apelo ao vigário paroquial José Pereira de Almeida para que ajudasse a retirá-la de lá – o que não ocorreu, tendo ela falecido pouco tempo depois no Recolhimento (Martins, 2013, p.59).

No paradoxo desses espaços de cárcere, podemos considerar ainda o caráter educativo das instituições de recolhimento. Esses lugares eram privilegiados por transpor barreiras que impediam as mulheres de ler e escrever (Oliveira e Lobo, 2012, p.627). As enclausuradas preparavam-se para viver uma vida religiosa e exercer a função de esposas, mães ou trabalhadoras. Como elas seriam a primeira fonte de aprendizado de seus filhos, a sua boa educação e nutrição de valores morais tornou-se um diferencial para exercer o papel de mãe e esposa. Nesse caso, por exemplo, “a clausura, de uma forma, ou de outra, constituiu o principal veículo de educação feminina no Brasil Colonial” (Alcântara, 2015, p. 36).

A educação feminina nos recolhimentos, assim, pode ser, paradoxalmente, vista por dois ângulos: o primeiro, como oportunidade de estudos e aprendizado formal em uma época em que isso não era comum; e o segundo, como uma forma de obtenção de ensinamentos patriarcais através do elo feminino. O que muitas pesquisadoras feministas do século XX, como Chodorow (1978), apontam é o uso da mãe/preceptora dos filhos como agente do mantimento de valores patriarcais. Essas mulheres seriam parte do fundamento psicológico de dominação masculina, já que repetiriam os preceitos morais e contratuais que as colocam em um lugar de subordinação masculina (Pateman, 2020, p.56). Deste modo, assim como a própria instituição de recolhimento, o ensino oferecido nesses locais deve ser analisado com cautela e não apenas visto como uma oportunidade feminina.

Muitas medidas, assim, podem ser observadas por parte das recolhidas voluntária e involuntariamente, as quais desmistificam a ideia de passivas e coagidas em relação às mulheres presas nas casas de recolhimento. Mesmo com esse controle social, com intuito de regular as atividades e o caráter normativo dessas instituições, o cotidiano feminino demonstra estratégias de gerenciamento de risco e de ação por parte das recolhidas. Novamente apontando a agência feminina dentro de espaços cerceadores e materializadores da ordem patriarcal misógina vigente à época.

Deste modo, uma pesquisa arqueológica realizada em espaços imersos em paradoxos, como os recolhimentos femininos, deve ser feita examinando as suas complexidades por seus múltiplos ângulos. Apoiando-se em registros documentais e materiais, essas mulheres têm de ser iluminadas levando em conta suas particularidades e possibilidades de subversão do sistema. Como elaborado ao longo de todo o capítulo, o histórico de enclausurar mulheres é tão antigo quanto a ficção política de superioridade masculina e

subordinação feminina. Assim, pesquisas que visam quebrar esses paradigmas encontram barreiras dentro dos registros históricos, dos textos acadêmicos e da aceitação popular, mostrando-se ainda mais importante investigar esses acontecimentos do passado para se entender algumas práticas perpetuadas pelo patriarcado moderno até os dias atuais. Os espaços de recolhimento feminino podem não ser mais utilizados nos dias de hoje, mas os preceitos morais e as virtudes que antes eram norteadores das mulheres enclausuradas são até hoje utilizados para julgamentos das mulheres.

## **CAPÍTULO II**

### **ISOLAR-PUNIR-RESISTIR**

#### **2.1 OS RECOLHIMENTOS LEIGOS FLUMINENSES**

Para se pensar a criação dos recolhimentos leigos no atual Estado do Rio de Janeiro, precisamos analisar o contexto histórico em que estavam inseridos nos séculos XVIII e XIX – período de fundação e funcionamento das três casas de recolhimento leigas fluminenses. A segunda metade do século XVIII foi bastante movimentada para o Império português e, conseqüentemente, em toda sua área de influência e dominação, incluindo o Brasil. A partir de 1750, Portugal foi comandado por Sebastião José de Carvalho Melo, que viria a ser conhecido como Marquês de Pombal, responsável por inúmeras mudanças sociais, econômicas e políticas que afetaram diretamente o modo de vida colonial brasileiro.

No caso específico do Rio de Janeiro, essas mudanças acabaram afetando mais profundamente a vivência e as condutas da vida colonial. Por conta da expansão e prosperidade econômica acarretadas pela atividade de mineração na região das Minas Gerais, todo o minério era escoado pelo porto do Rio de Janeiro, movimentando a economia do Sudeste e fazendo com que, em 31 de agosto de 1763, a cidade do Rio de Janeiro se tornasse capital do Vice-Reino. Assim, o Rio de Janeiro setecentista viveu um aumento significativo da sua população e teve inúmeras melhorias na sua infraestrutura. Todas essas mudanças econômicas e sociais resultaram em alterações no modo de vida colonial e nas condutas morais e individuais dos seus residentes. A sociedade colonial via-se regida por hierarquias sociais legitimadas pelo Estado e pela própria sociedade. Havia uma dicotomia entre brancos e negros, escravos e livres, ricos e pobres, e homens e mulheres – essa categoria tendo uma diferenciação interna de acordo com etnia, cor, influência de família, etc. (Cunha, 2014, p.13).

Nessa conjunção dicotômica, as primeiras casas de recolhimento leigas, abertas com intuito de manter a honra e os bons costumes das mulheres, iniciaram suas atividades no contexto fluminense. Essas instituições eram uma ferramenta de coerção social, necessária aos olhos do poder do Estado e da Igreja para manter a ordem colonial. Como explicitado por Cunha (2014, p.13)

...o fenômeno de origem e extinção das casas de recolhimento no Brasil deve ser considerado dentro de um contexto de graves contradições que coexistiram numa sociedade não apenas marcada por agudas transformações políticas e econômicas que irão se refletir no próprio comportamento social.

A fim de oferecer elementos para a melhor compreensão da estrutura e funcionamento dos recolhimentos da cidade, irei iniciar este capítulo tratando de três casas: o Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia, o Recolhimento Nossa Senhora do Parto e o Recolhimento Santa Tereza de Itaipu, respectivamente apresentados em ordem de fundação. Essas três instituições funcionaram simultaneamente entre cerca de 1764 e 1815, recebendo mulheres por motivos de culpas, castigos e necessidades distintas, porém sempre perpetuando os valores e honras morais instituídos para as mulheres à época<sup>19</sup>.

### **2.1.1 Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia**

O Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia foi o primeiro estabelecimento desse tipo inaugurado na região sudeste do Brasil. Ele localizava-se no largo da Misericórdia, próximo à praia de Santa Luzia, em um conjunto arquitetônico da Santa Casa de Misericórdia, construído em torno da Igreja da Misericórdia, no sopé do antigo Morro do Castelo (Figura 8).



<sup>19</sup> Além dos três recolhimentos citados nesse capítulo, outros dois recolhimentos existiram na região Fluminense, O Recolhimento da Ajuda (1674-1750) e o Recolhimento do Desterro (1742-1780). Ambos se tornaram conventos, Convento de Nossa Senhora da Ajuda e Convento de Santa Teresa, respectivamente.

Figura 8: Vista do conjunto arquitetônico da Santa Casa de Misericórdia. Gravura de Pieter Godfred Bertichem, 1856.

No ano de 1739, o Capitão Francisco dos Santos e Marçal Magalhães Lima doaram 52\$000 réis para a construção e sustento inicial do Recolhimento, que “tinha por objetivo, segundo seus estatutos, abrigar meninas que fossem órfãs de pai e mãe, ou somente de pai, filhas legítimas, cristãs velhas, brancas, de bom procedimento, donzelas e desamparadas, com idades entre nove e 11 anos” (Gandelman, 2004, p.616). Assim, em 15 de setembro de 1740, no dia dedicado à Nossa Senhora do Bom Sucesso, a casa de órfãs começou a funcionar, regida por Dona Isabel Ferreira de Mendonça (Azevedo, 1877) e com um Estatuto pré-definido inspirado no Recolhimento de Santa Casa de Misericórdia do Porto.

Antes de iniciar seu funcionamento no ano de 1738, Ignácio da Silva Medella criou um dote fixo de 200\$000 réis para que em todos os anos uma órfã pudesse casar-se, sendo a escolha dessa menina feita pelo benfeitor. Até o ano de 1842, a casa poderia receber no máximo 15 órfãs, porém, ao decorrer do funcionamento, começou a abrigar mulheres porcionistas<sup>20</sup> que estavam lá por conta de correção de desonras e preservação da honra feminina (Algranti, 1997, p.372). Por ano, as porcionistas deveriam pagar 50\$000 réis, além de terem que pagar pelo seu sustento. Um ponto primordial no entendimento do funcionamento do Recolhimento da Misericórdia era a exigência de “limpeza de sangue” e legitimidade da filiação das recolhidas, que por estatuto não poderiam ser pardas, mulatas ou negras, explicitando os valores racistas luso-brasileiros, relacionados às diferenças raciais e às desigualdades sociais, reforçando assim estigmas sociais, ainda que pudessem existir escravizadas acompanhando porcionistas (Algranti, 1997).

As meninas órfãs e porcionistas recolhidas tinham tarefas relacionadas ao ensinamento de ler, escrever e contar, aprendiam a fazer rendas e cozinhar, além de serem obrigadas a fazer orações mentais duas vezes ao dia por pelo menos uma hora. Seguindo os valores cristãos exigidos, as mulheres também deveriam se confessar uma vez ao mês e assistir missas todos os dias, tudo previsto dentro do Estatuto da instituição (Algranti, 1997). Essas tarefas e atividades pré-determinadas eram consideradas necessárias para que essas meninas pudessem ser reinseridas na sociedade como boas esposas e mães, já

---

<sup>20</sup> Porcionista era o termo relacionado às mulheres que pagavam para se enclausurar nos Recolhimentos leigos. Geralmente ficavam por curta duração nas instituições e em caráter punitivo.

que esses valores e atributos eram um diferencial no momento de acordos matrimoniais da sociedade patriarcal cristã da época.

Por conta do acesso ao documento do Estatuto original desse Recolhimento (Algranti, 1997), podemos recuperar algumas informações interessantes sobre o cotidiano das meninas recolhidas. Além das atividades previstas já explicitadas acima, há informações sobre as “celas” (denominação dada aos quartos onde dormiam). Existiam 16 celas no edifício da Misericórdia: uma para a regente, outra dedicada à enfermaria, cinco específicas para as órfãs, duas para os fundadores e as outras sete para as porcionistas. Nos quartos dedicados às órfãs, está explicitado que em cada um poderiam ficar três meninas, além de uma tutora, e cada menina possuía um catre, um tamborete e uma gaveta para uso.

Em 1824, um relatório da comissão instituída para informar à secretaria de Estado de Negócios do Império sobre a condição das instituições desse tipo relatou críticas à casa de Recolhimento para órfãs. Colocada como pequena e inadequada, questões como a falta de espaço para arejamento de corpos das órfãs e a proximidade da casa a quarteis – com saídas e ruelas próximas – afetaram a moral e a popularidade da instituição, que iniciou obras para aumento do espaço interior e diminuição da comunicação com vielas públicas (Gandelman, 2004, p.618). Posto isso, após as reformas, o Recolhimento remodelou seu estatuto, elevando o preço dos dotes e aumentando a capacidade da instituição para 48 órfãs, porém o

Recolhimento permaneceria junto ao hospital somente até o ano de 1842, quando teve início igual peregrinação pela cidade, passando da instituição por vários prédios, algumas vezes separando-se as órfãs sãs das enfermas, em Laranjeiras, Botafogo, São Cristóvão e por fim, em 1866, de volta a Botafogo, na rua General Severiano, (...) (Gandelman, 2004, p.620)

### **2.1.2 Recolhimento de Nossa Senhora do Parto**

Diferente do Recolhimento das Órfãs da Misericórdia, o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto não possui muitas informações históricas acerca dele ou da existência de seu Estatuto. As informações sobre essa Casa giram em torno do relato – quase poético – de Joaquim de Macedo (2005), sobre o Rio de Janeiro do século XVIII; de documentos da polícia sobre pedidos para colocar esposas em recolhimentos e da pintura de João Francisco Muzzi, em 1789, referente ao incêndio nele ocorrido.

Iniciada sua construção no ano de 1752, não se sabe quando a instituição começou a funcionar realmente. Foi fundado por Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz, uma mulher negra, ex-escrava e ex-prostituta (Oliveira, 2012), para abrigar mulheres “arrepentidas” (Algranti, 1992, p. 117), ou para, notoriamente, recolher duas classes de mulheres: “algumas velhas e matronas”, recolhidas voluntariamente, e “senhoras casadas e moças solteiras obrigadas a retirar-se para essa reclusão em castigo de faltas cometidas ou de supostas faltas, e em punição de desobediência à vontade de seus pais” (Macedo, 2005, p.375). Rosa Egipcíaca foi a madre do Recolhimento, onde “instalou-se um verdadeiro culto idolátrico à sua pessoa” (Arquivo Nacional, 2021), fazendo com que, em 1763, após desentendimentos com o clero carioca, ela fosse presa pela Inquisição.

O Recolhimento de Nossa Senhora do Parto foi construído ao lado da capela do século XVI dedicada à Nossa Senhora do Parto, com o apoio do bispo Dom Antônio do Desterro, próximo à praça XV, área bem movimentada da urbe carioca. Para Macedo (2005), algumas recolhidas denominavam-no de Recolhimento do Desterro pela situação desgostosa de estar em recolhimento. O Recolhimento do Parto ficou conhecido por ser utilizado como ameaça às mulheres que não seguissem a ordem patriarcal conjugal cristã, como observado nos trechos presentes na obra de Macedo (2005, p.379): “Não havia fervura de briga de mulher com marido que não se abatesse com o encanto das terríveis palavras – “Olha o recolhimento do Parto! ”, ou no fragmento de texto a seguir:

Mas o asilo que se levantara foi mais do que isso, foi uma terrível ameaça de pedra e cal, tornou-se em uma espécie de casa de correção feminina, em uma espécie de cadeia que fazia medo não só às más esposas como às esposas de maus maridos, e também às moças solteiras filhas de pais enfezados, cabeçudos e prepotentes. (Macedo, 2005, p. 377)

Em sua obra acerca da cidade do Rio de Janeiro, Macedo (2005) disserta sobre a possibilidade da decadência do Recolhimento, a partir de 1764, por conta da falta de renda e da preferência dos cônjuges e/ou responsáveis masculinos por recolher mulheres no novo recolhimento fluminense, o de Santa Tereza de Itaipu, mais isolado geograficamente. No ano de 1788, o então Vice-rei D. Luís de Vasconcellos iniciou uma reforma no prédio, para valorizar tanto o Recolhimento, quanto a pequena Capela dedicada à Nossa Senhora do Parto. Entretanto, no dia 23 de agosto de 1789, antes da conclusão da obra, o edifício pegou fogo sob circunstâncias desconhecidas (Figuras 9 e 10). As recolhidas foram deslocadas para o hospital dos Terceiros de S. Francisco, podendo retornar ao Parto quatro meses depois, sob festejos e procissões (Algranti, 1992).



Figura 9: Incêndio do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto. Pintura de João Francisco Muzzi, 1789.



Figura 10: Reedificação do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto. João Francisco Muzzi, 1789.

Não se sabe quando o Recolhimento do Parto encerrou seu funcionamento, porém, a partir do século XIX, não há relatos documentais de maridos pedindo o enclausuramento de suas esposas ou filhas nessa instituição. O recolhimento provavelmente deixou de existir em cerca de 1812, quando o prédio foi dado à Ordem Terceira para a criação de um hospital. As recolhidas, sem espaço para clausura, foram então abrigadas na Santa Casa de Misericórdia (Macedo, 2005, p. 420-421).

### **2.1.3 Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu**

Fundado em 1764, o Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu foi criado devido à possível superlotação dos outros dois recolhimentos fluminenses (Macedo, 2005), sendo usado para receber preferencialmente mulheres com “castigo de culpas”<sup>21</sup>. Sabe-se que a permissão de funcionamento de Itaipu só teve sua regulamentação formal em 1789 “em virtude das gestões do então Vice-Rei do Estado do Brasil, D. Luís de Vasconcellos e Sousa e do Bispo do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, junto à Rainha de Portugal, D. Maria I” (Cunha, 2014, p.27).

A partir dos relatos advindos dos documentos da Intendência Geral da Polícia do Rio de Janeiro, pode-se considerar que Itaipu abrigava mulheres que em sua maioria estavam passando por conflitos conjugais, ou passavam por processos de divórcio (Martins, 2013, p.52). Esse fato esteve relacionado à distância desse Recolhimento da vida social da cidade, como observado pela fala do Vigário geral Francisco Gomes Vilas Boas, em 20 de março de 1805: “sendo o dito Recolhimento distante da cidade, e da banda d’além dela, estavam estas mulheres não só em melhor vida, mas não podiam ser tão inquietadas da dissolução para qual tinham passado” (AHU RJ, nº 15444, apud Martins, 2013). O depósito judicial<sup>22</sup> era perfeito para o afastamento total de divorciadas. Essas mulheres, segundo o mesmo documento, deveriam pagar 30\$000 réis por ano para se

---

<sup>21</sup> Castigo de culpas ou de faltas é um conceito utilizado nos séculos XVIII e XIX para justificar o envio de mulheres aos recolhimentos, ou por causa de faltas, ou por supostas faltas que tenham cometido contra os valores cristãos e patriarcais da época.

<sup>22</sup> Depósito judicial é um termo referente ao local (nesse caso, o recolhimento) onde eram colocadas as mulheres que estavam passando por um processo de divórcio e saíam de casa. Tinham o objetivo de: isolar socialmente essas mulheres; ou protegê-las e afastá-las dos cônjuges; ou puni-las por desejarem se divorciar.

abrigarem em uma cela em Itaipu (um valor consideravelmente menor que o Recolhimento de Santa Casa de Misericórdia)<sup>23</sup>.

Há conflito nas fontes históricas quanto ao fato de Itaipu ser muito distante da cidade do Rio de Janeiro: às vezes o isolamento era visto com bons olhos, em outros momentos como um problema para a manutenção da ordem desse tipo de instituição. O lado positivo da distância para a época era relacionado a preservar as recolhidas de inconveniências morais e sociais, e por também afastá-las fisicamente dos pecados nos quais estavam supostamente envolvidas (Martins, 2013). O lado negativo vem de alguns relatos históricos de que o afastamento da sociedade colocava a casa de recolhimento como um lugar onde não se conseguia manter as mulheres controladas. Documentos do século XIX apontam também a “clausura fraca” de Itaipu a partir de exemplos de mulheres que conseguiram escapar, como no caso de Fortunata Maria da Conceição, que fugiu de Itaipu em 1809 (IHGB. Notação:6j-78. 11 de julho de 1809 apud Cunha, 2014). Nesse mesmo documento redigido pelo intendente da polícia Paulo Fernandes Vianna, podemos observar que ocorreram outros casos de fuga além de Fortunata:

Fugiu depois dali, e por fim fez-se depositar no recolhimento do Parto para propor a seu marido causa de divórcio, que ainda não está ultimada. Na pendência desta causa, sendo Vice-Rei deste estado o conde dos Arcos, procurou o suplente mudá-la para Itaipu, e me lembro de que me mandou informar vosso [sic] requerimento, enquanto fundamento era o mesmo que agora da, de ter ela arte de sair fora e prostituir-se ali mesmo, cobrindo o de frequentes afrontas, que com esta mudança procurava evitar. Não achei que isso fosse certo, e com o meu parecer se escusou a sua pretensão. Por me parecer que era isso um ardil complô. Suplente procurava arredá-la para mais longe, donde não podem tratar de sua causa. O mesmo digo agora; Por que se a demanda não está finalizada e se ela está ali em depósito judicial, não se deve inovar este, bem que agora eu pelos muitos fatos saiba que dito Recolhimento está muito desacreditado, e que desgraçadamente podem ser verdadeiros os fatos de torpeza de que ela é arguida, praticado no mesmo Recolhimento. Mas o de I{t}aipu se de clausura fraca e a prova seja a fuga que ela mesma dali fez, e o qual tem feito outras mulheres.

Segundo o primeiro relatório de visitantes da Igreja Católica ao Recolhimento, no ano de 1799, estavam recolhidas 13 mulheres casadas e 13 mulheres sem identificação do estado civil (Cruz, 2015, p.91). No ano de 1805 há relatos de que o Recolhimento de Itaipu já estava com problemas financeiros por conta da falta de doações dos fiéis (Cunha,

---

<sup>23</sup> Esse valor era extremamente baixo, principalmente se o compararmos com o preço médio de um escravizado no período entre 1750-1800. Segundo Soares (2009, p.117), os valores médios eram de 96\$720 réis para escravizados homens nascidos no Brasil e de 90\$960 réis para escravizadas mulheres brasileiras.

2014, p.35). Já no terceiro relato do bispado, em 1812, estavam vivendo no Recolhimento três idosas, cinco moças e duas esposas, além de duas mulheres escravizadas. Durante essa visita realizada pelo pároco responsável José Pereira de Almeida, que foi a última, a situação de miséria em que as mulheres estavam vivendo foi confirmada, sendo o Recolhimento descrito nos seguintes termos: “O edifício, ainda que pequeno, é forte e bem edificado, mas tem mal conteúdo, desalinhado e sujo que mete nojo” (ACM RJ, Visita Pastoral, livro 12, apontamentos secretos sobre a visita de 1811 e 1812, apud Martins, 2013; Cruz, 2015).

Assim como no caso do Recolhimento do Parto, não se sabe muito bem o ano em que a instituição parou de abrigar mulheres. O Recolhimento, segundo Cunha (2014, p.35), teria parado de funcionar entre os anos de 1815-1816 pela possível “falta de credibilidade da instituição diante de toda a sociedade, problemas financeiros diante a falta de pagamento pelos familiares para o sustento das internas ou até mesmo as mudanças que ocorreram e que ainda estavam ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro nesse período”. Deste modo, essas mudanças referidas pela autora incluíram uma alteração geral de modo de vida e comportamentos que pode ser relacionada com a chegada da família real ao Brasil, a transformação do Brasil em Reino Unido a Portugal, a inundação de pensamentos iluministas e a mudança na forma de se lidar com os valores morais femininos, e terminando por decretar o fim dos recolhimentos leigos ao longo do século XIX.

## **2.2 O papel de cada recolhimento na opressão feminina fluminense**

Os três recolhimentos leigos presentes no território do Rio de Janeiro apresentam poucas informações históricas. As fontes documentais e literárias são escassas e muitas vezes retratam uma carga política e machista, colocando as mulheres como submissas e culpadas. Porém, um ponto pertinente dentro dessas fontes históricas é a comparação entre os recolhimentos nos documentos e nas obras literárias. Quando analisados separadamente, os três recolhimentos aqui descritos podem ser vistos como casas de manutenção da honra e dos valores femininos, transmitindo valores semelhantes, mas, cada um com um público alvo específico. Ao analisarmos as fontes e as comparações entre os recolhimentos, observamos que cada casa de emparedamento representava uma ideia de punição/enclausuramento diferente. De igual modo, suas paisagens e ideais apontam para representações de espaços de guarda distintas.

Os documentos de visitas pastorais e inquéritos da polícia permitem que observemos o perfil das recolhidas e a justificativa para a reclusão de acordo com as opções dos maridos e representantes masculinos. Nos casos de divórcio, a escolha do recolhimento poderia representar uma ferramenta para prejudicar as mulheres, levando em conta a distância da casa de guarda. Esse é o caso de Isabel Francisca da Natividade, que emitiu uma petição contra o marido que, por sua vez, enviou um requerimento para que ela passasse a ser recolhida em Itaipu, por conta de um pedido de divórcio. Isabel aponta que o pedido do marido era uma estratégia para privá-la dos meios de se conseguir o divórcio, por isso ela pedia para ser enviada para o Parto ou ser conservada na cadeia da cidade do Rio de Janeiro, para que assim pudesse acompanhar o pedido de divórcio de perto (BNRJ, divisão dos manuscritos, C-0919,001, apud Martins, 2013).

Outro exemplo é o caso de um requerimento expedido por Bernardo Antônio do Amaral, em 1809, para que sua esposa Fortunata Maria da Conceição fosse encaminhada para Itaipu ou Misericórdia, saindo do Recolhimento do Parto, onde estava por conta do processo de divórcio. O pedido foi negado pelo superintendente da polícia por conta da distância, já que a mulher ficaria longe dos seus procuradores e assim poderia decair da causa por conta do afastamento (ANRJ, ministério dos estrangeiros e da guerra, 6J-78, diversos GIF, OI, 11 de julho de 1809, apud Martins, 2013).

Nas informações advindas do mesmo documento de 1809, redigido pelo Intendente da Polícia Paulo Fernandes Vianna, sobre o caso de Fortunata Maria da Conceição, observamos também uma diferenciação da função dos recolhimentos, já que foi levando em conta que a mulher já havia fugido de Itaipu e estava passando por um pedido de divórcio. O intendente cita que “O da Misericórdia não deve ser emporcalhado com mulheres desta classe, sendo de recolhidas somente bem-educadas, que ali estão a merecer casamentos e donde tem saído boas mães de família”. É atestada aqui uma ruptura entre os recolhimentos do Parto e Itaipu, com a casa da Misericórdia, sendo a última um lugar para donzelas em recolhimento voluntário, diferente das outras duas, que recebiam mulheres em castigos de culpa ou punição, que conseqüentemente tinham suas honras abaladas e por isso eram “mal faladas”.

A existência dos dois recolhimentos para mulheres “decaídas”, como o Parto e Itaipu, permitia que os maridos ou responsáveis masculinos escolhessem o local de emparedamento de acordo com outros atributos de coerção, como a distância e o isolamento. Como discorrido por Macedo (2005, p.380)

No recolhimento do Parto ainda as pobres reclusas podiam por entre as grades da sua prisão ver o povo passar pelas ruas, ver nas janelas fronteiras e em todas as que, embora afastadas, a seus olhos se mostravam, senhoras, talvez algumas amigas que as saudassem com os lenços, talvez algum primo... algum mancebo muito amado que as consolassem, correspondendo-se com elas por meio da telegrafia amorosa. Podiam ouvir o ruído das festas, e também conversar às vezes do locutório. Mas no recolhimento de Itaipu o desterro era completo, completa para as pobres moças a solidão.

Nos casos em que o divórcio era emitido, havia a preferência de enviar a mulher para o Recolhimento de Itaipu, para que não fossem tão atormentadas socialmente, já que o recolhimento do Parto “está no centro da cidade, aonde se não pode vedar que essas mulheres, sendo nele recolhidas, deixem de ser combatidas” (AHU RJ nº15444, 20 de março de 1805, apud Martins, 2013), indicando que uma mulher divorciada deveria ser mantida longe da sociedade, como uma punição pelo divórcio.

Dentro dos contextos setecentista e oitocentista em que esses recolhimentos funcionaram, notam-se, concomitantemente, algumas diferenças claras a partir das fontes documentais e literárias. A primeira é a fama de o Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia abrigar donzelas e mulheres com a honra intacta, demonstrando uma fama de “casa de família”, um lugar onde as meninas eram preparadas para se tornarem boas mães e esposas. Tanto o Recolhimento do Parto, quanto Itaipu, nesse contexto, funcionaram como casas para mulheres que tiveram suas honras abaladas ou estavam passando por conflitos familiares, mesmo que abrigando também aquelas cujos maridos se encontravam ausentes, e donzelas à espera de um bom casamento ou uma vida dedicada à religião. Todavia, se compararmos as duas instituições usadas com esse fim, a casa de Itaipu tinha uma representação de coerção e punição mais afluída por conta do seu distanciamento físico da vida social da corte, estando as mulheres ali enclausuradas em uma situação de maior solidão e abandono.

### 2.3 O CAMINHO ATÉ ITAIPU

*“Paisagem é um diálogo que o homem estabelece com o mundo externo por meio de uma linguagem simbólica” (Pellini, 2011)*

Ao analisar a paisagem social do Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu, podemos utilizar dois conceitos descritos pelo arqueólogo britânico Julian Thomas (2001): “paisagem física” e “paisagem visual”, que são complementares na forma de se entender e de se viver um certo lugar. A paisagem física seria um território, ou um espaço

que pode ser visto, representando a arquitetura da instituição e os espaços físicos que faziam parte do lugar, incluindo, no caso do Recolhimento de Itaipu, os caminhos que levavam as mulheres até o espaço de guarda. Já a paisagem visual é expressa por significados e sensações; é definida pela experiência de vida e por questões qualitativas e relacionais. A parte visual é a mais difícil de se resgatar, já que depende de três fatores: o ambiente físico, o tempo e as características das pessoas que utilizavam um dado espaço (Anschuetz *et al.*, 2001). A paisagem como um todo seria então uma rede de lugares relacionais (Thomas, 2001, p.173), criados e experienciados por diferentes pessoas em um determinado espaço-tempo.

Por ser essa rede de lugares relacionais, existe a necessidade de delimitar o tempo, o grupo social e as fronteiras da paisagem que a ser estudada. Como espaços físicos multilocais (compartilhando recursos com outras paisagens sobrepostas) e multivocais (carregando e comunicando diferentes significados para diferentes pessoas) (Branton, 2009, p.53), essas delimitações tornam-se importantes para se conseguir atingir o maior número de interpretações sobre a paisagem. No caso do Recolhimento de Santa Tereza, as fronteiras físicas são bem marcadas pelos fatores naturais do ambiente, facilitando a demarcação do lugar ao qual o recolhimento pertence; além disso, as delimitações temporais acompanham o tempo no qual essa instituição esteve em funcionamento, que considero entre os anos de 1764 e 1815.

Pensando o espaço como área de pouca ocupação entre o centro urbano do Rio de Janeiro e o Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu, o trajeto torna-se um importante veículo na comunicação sobre a paisagem. Assim como nos espaços físicos bem delimitados e representados, o caminho – mesmo sendo dinâmico e constante – também pode ser relacionado a sensações definidas por atributos qualitativos de direção e distância, “sempre desenhados para nossa atenção, através do que acontece lá ou através das coisas que nós esperamos encontrar lá” (Thomas, 2001, p.173).

Um primeiro ponto de observação sobre o trajeto até o Recolhimento de Itaipu é a diferenciação entre a distância deste em comparação com os outros dois recolhimentos fluminenses existentes. Enquanto a Santa Casa de Misericórdia e o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto estavam localizados no centro urbano da capital do Império, um na antiga praia de Santa Luzia e o outro próximo à atual Praça Quinze de Novembro, respectivamente, Itaipu via-se completamente isolado do outro lado da Baía de Guanabara, no final das dunas da atual região oceânica de Niterói (Figura 11). O

isolamento não estava presente somente pelos muros ou pela ordem prevista no espaço de enclausuramento, mas também pela distância da vida social, econômica e política, sendo representada e demonstrada ao longo de todo o trajeto para as mulheres que iam ficar recolhidas lá.



Figura 11: Plano da Baía de Guanabara, 1751. Destacados onde seriam a Urbe do Rio de Janeiro (1) e a Freguesia de São Sebastião de Itaipu (2). Arquivo Nacional.

Se levarmos em conta o distanciamento estabelecido pelo Recolhimento de Itaipu, este se tornava mais coercitivo quanto ao cárcere do que os outros dois recolhimentos da Corte. Podemos observar isso, por exemplo, em relatos históricos como Joaquim Manuel de Macedo no século XIX, nos quais menciona o Recolhimento de Itaipu como objeto de ameaça às esposas que desobedecessem aos seus cônjuges.



Pelo caminho terrestre, o trajeto circundava a Baía de Guanabara, passando pelos atuais municípios de Duque de Caxias, Magé, Itaboraí e São Gonçalo até chegar a Niterói; todo esse caminho deveria ser feito por carruagem, charrete ou lombo de animal. Para fazer um paralelo, considero que carruagens ou carroças percorrem cerca de 4 km por hora<sup>24</sup>, e se considerarmos o trajeto da Praça XV até o centro da freguesia de São Sebastião de Itaipu, que era de cerca de 120 quilômetros, deveria ser cursado em 30 horas, no mínimo<sup>25</sup>. Deve-se notar ainda que, além das variações de trajeto, as viajantes deveriam margear a Baía de Guanabara, passar por áreas de desnível topográfico e dunas. Não de se levar em conta ainda paradas para tomar e dar água aos animais e para descanso das viajantes. Dado o enorme tempo de viagem exigido, acredito que esse devia ser o caminho mais improvável das mulheres para chegarem ao Recolhimento.

A segunda opção de trajeto seria o do transporte misto, que se iniciava pelo meio aquaviário, cruzando a Baía de Guanabara a partir do centro, até a freguesia de São João Batista do Cahiry (atual bairro de Icaraí, Niterói, que na época incluía parte do Centro Niteroiense), e depois seguindo por meio terrestre até São Sebastião de Itaipu. A travessia da Baía era realizada por meio de barcos ou faluas portuguesas, com mão de obra escravizada, e o tempo de travessia era de aproximadamente quatro horas (Teixeira, 2016). Vale ressaltar que o “transporte aquaviário na baía começou a ser explorado na modalidade de transporte de passageiros, fundamentalmente, a partir da primeira metade do século XVIII” (Pacífico, 2015, p. 35), e o serviço dependia das marés e dos ventos. Mesmo com o transporte aquaviário diminuindo o tempo de viagem do Rio de Janeiro até a freguesia de São João Batista de Cahiry para quatro horas, a viagem pelo caminho de Cahiry até o Recolhimento em Itaipu era de aproximadamente 18 quilômetros, exigindo uma viagem terrestre de aproximadamente 4 hora e meia, passando por áreas de morros e dunas até o destino final em Itaipu (Figura 13), o que o tornava também muito longo, totalizando mais de 8 horas de viagem.

---

<sup>24</sup> Esse referencial foi assimilado a partir do livro “Travellers in Eighteenth-century England” da historiadora inglesa Rosamond Bayne- Powell (1951).

<sup>25</sup> Devido à falta de bibliografia acerca da velocidade média de carruagens/carroças no Brasil nos séculos XVIII e XIX, foi utilizada a quilometragem por hora de carruagens/diligências britânicas nesse mesmo período. Segundo Bayne-Powell (1951), uma diligência poderia atingir até 11 km/h em estradas “toleráveis” e de 3 a 4 km/h em estradas ruins, ou durante um mal tempo, na Inglaterra. Essas carruagens inglesas eram desprovidas de molas e puxadas por três cavalos. Sendo assim, considerando que a estrada margeando a baía de Guanabara na época de funcionamento do Recolhimento era cheia de partes alagadiças e uma topografia acidentada, podemos considerar que uma carruagem deveria fazer em média 4 km por hora.

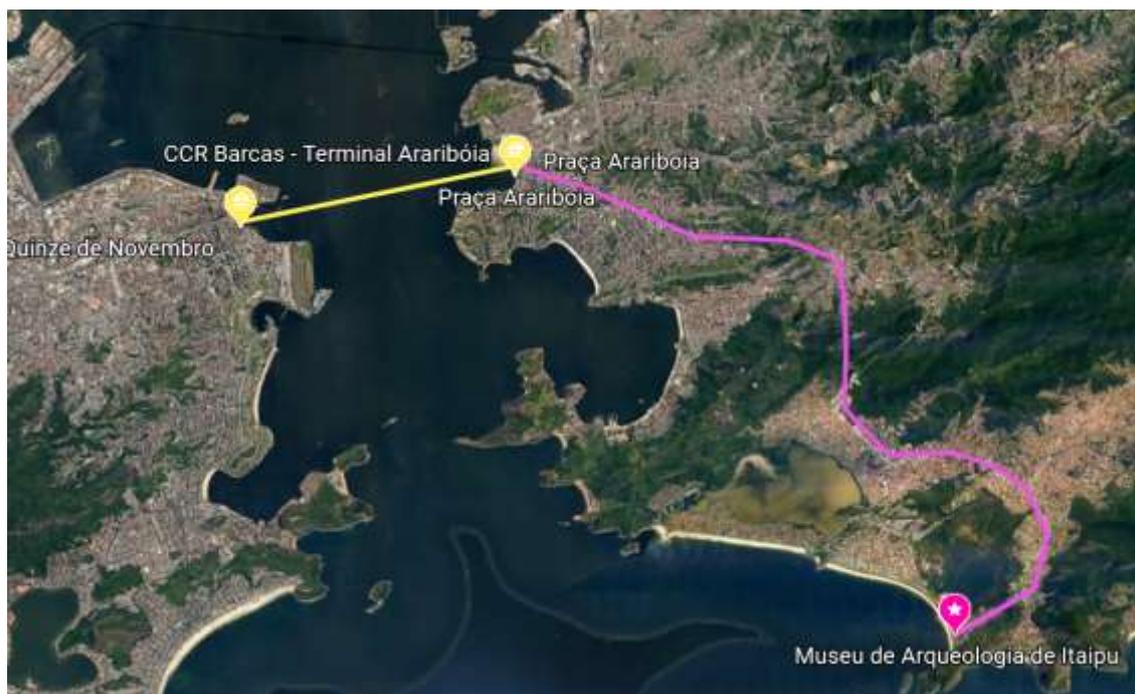


Figura 13: Mapa da possível travessia do centro do Rio de Janeiro para antiga Freguesia de São João Batista de Carahy (em amarelo), e o trajeto terrestre até a Freguesia de São Sebastião de Itaipu (em lilás). Google Earth, 23/01/2023

O transporte parcialmente feito via Baía de Guanabara, mesmo dependendo de fatores naturais como marés e ventos, era a possibilidade mais viável de trajeto das mulheres até o Recolhimento. Como pode ser observado na gravura de Debret do século XIX (Figura 14), que foi tomada do local onde hoje está situada a praça de Arariboia, estação das barcas de Niterói, já poderíamos ver a movimentação de embarcações na praia, além de ser a menor distância possível para cruzar os dois lados da Baía. Mesmo encurtando a viagem para menos de um dia, a travessia da Baía associada à viagem de charrete/carruagem pela região cheia de morros e dunas, ainda tornava o caminho difícil e cansativo.



Figura 14: Vue générale de la ville, du côté de la mer. Debret, Jean-Baptiste; Thierry Frères, 1839.

O último caminho a ser considerado era o transporte exclusivamente aquaviário até a Freguesia de Itaipu. Esse era o caminho mais rápido, todavia, o que mais dependia

de fatores naturais relacionados à maré, ao clima e ao vento, já que os barcos deveriam sair do interior da Baía, em direção ao mar aberto, para acessar a praia mais próxima da Freguesia (a atual praia de Itaipu). Esse trajeto dependia também de barcos adequados para navegar em mar aberto pois as condições marítimas se alteravam consideravelmente ao sair da zona da baía.

A falta de informações históricas acerca dos trajetos que eram realizados para atingir as Freguesias seguintes das Bandas d'além permitem-nos elucubrar diversas maneiras como as mulheres chegavam ao Recolhimento. Devemos considerar que, na região onde hoje é Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Magé, existiam diversas fazendas que poderiam ser, também, a origem dessas enclausuradas. Entretanto, mesmo as distâncias e os trajetos até o Recolhimento se alterando, o afastamento dessas mulheres para essa zona cercada do ambiente natural, e distante do centro urbano carioca, onde a vida política e comercial estava acontecendo, demonstra um meio de marcar o fenômeno social de divisões de gênero binária entre natureza e cultura a partir da paisagem. Todo o esforço necessário para se chegar à instituição de emparedamento faz parte do movimento de afastamento e isolamento proposto pela visão patriarcal de punição previsto para essas casas.

### 2.3 ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO PATRIARCAL

A instituição leiga de recolhimento feminino pode ser entendida como uma paisagem de repressão, já que esse local representava a materialização de políticas machistas, misóginas e patriarcais endossadas pelo Estado e pela Igreja Católica da época. Esses lugares caracterizavam-se por violência e repressão de gênero, e um importante veículo para a construção e resgate de memórias sensíveis relacionadas à origem do patriarcado moderno brasileiro.

Quando se trata de eventos traumáticos, a arqueologia da repressão e da resistência apresentam como tema principal a construção de memórias, porém, dependendo do tempo estudado, essas construções podem ser problemáticas. Conforme dito por Barreta (2014, p.78), quando nos distanciamos dos indivíduos que nos ajudam a lembrar acontecimentos, nossas relações com esses fatos vão diminuindo e as memórias ficam cada vez mais distantes. Essas memórias tornam-se mais fortes quando são construídas coletivamente; por exemplo, nos casos das ditaduras militares que, quando trabalhadas coletivamente,

tem o “objetivo de superar o esquecimento e os traumas” (Barreta, 2014, p.78). Mas, no caso dos recolhimentos femininos, como chegar a essas memórias apagadas e invisibilizadas como um projeto político de esquecimento?

Diferente do caso da arqueologia do passado recente, a recuperação das memórias relativas aos recolhimentos femininos e às mulheres recolhidas não é feita de forma democrática, já que estas não estão mais vivas. Porém, as recuperações são de extrema importância para o resgate da memória de repressão patriarcal e para a produção de reflexões sobre como esses espaços de cárcere misóginos fazem parte da raiz patriarcal brasileira atual. Utilizando o conceito de memória material (Halbwachs, 1950), na arqueologia, podemos resgatar as memórias que se corporificam em um determinado espaço a partir da própria materialidade. O Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu é um caso específico em que o estudo através da cultura material representa um importantíssimo meio de recuperarmos parte da história das mulheres ignoradas e invisibilizadas pela nossa história oficial, já que os poucos documentos históricos associados são na maior parte machistas.

Mesmo olhando para esses lugares como materialidades de repressão, o paradoxo dos recolhimentos, conforme já exposto, tem de ser levado em conta. Esses locais eram para confinar, impor privação de liberdade, de bens materiais e de expressão individual, mas poderiam representar refúgios para as mulheres que não desejavam a vida imposta pela sociedade patriarcal colonial/imperial (Casella, 2007, p.2 ). Por isso, a importância de resgatar a história dos recolhimentos – e da diversidade das mulheres que passaram por esses espaços – ultrapassa a ideia de resgate de memórias. Entender os recolhimentos leigos e seus funcionamentos na sociedade patriarcal na perspectiva da arqueologia pode ser uma ferramenta política na desconstrução do ideal feminino criado nessa época e perpetuado pela influência androcêntrica nas ciências (Spencer-Wood, 1987; Furquim e & Jácome, 2019). Desse modo, o paradoxo da clausura observado e resgatado através da análise das materialidades do recolhimento – incluindo sua paisagem – ajuda-nos a observar tanto a repressão, quanto a resistência dentro dessas instituições.

### **2.3.1 Implantação geográfica e a escolha do lugar como estratégia repressiva**

Quando se observa a paisagem física *in loco*, notam-se a coerção e o enclausuramento em outros atributos físicos do *lugar Itaipu*. O local escolhido para a

implantação do Recolhimento é uma zona cercada por dunas, mar e corpos rochosos (Figura 15). A inserção dessa instituição era extremamente desolada e violenta, com a utilização dos atributos naturais do canto Sul de Itaipu, colocados para corroborar a repressão que desejavam causar nas mulheres enclausuradas.

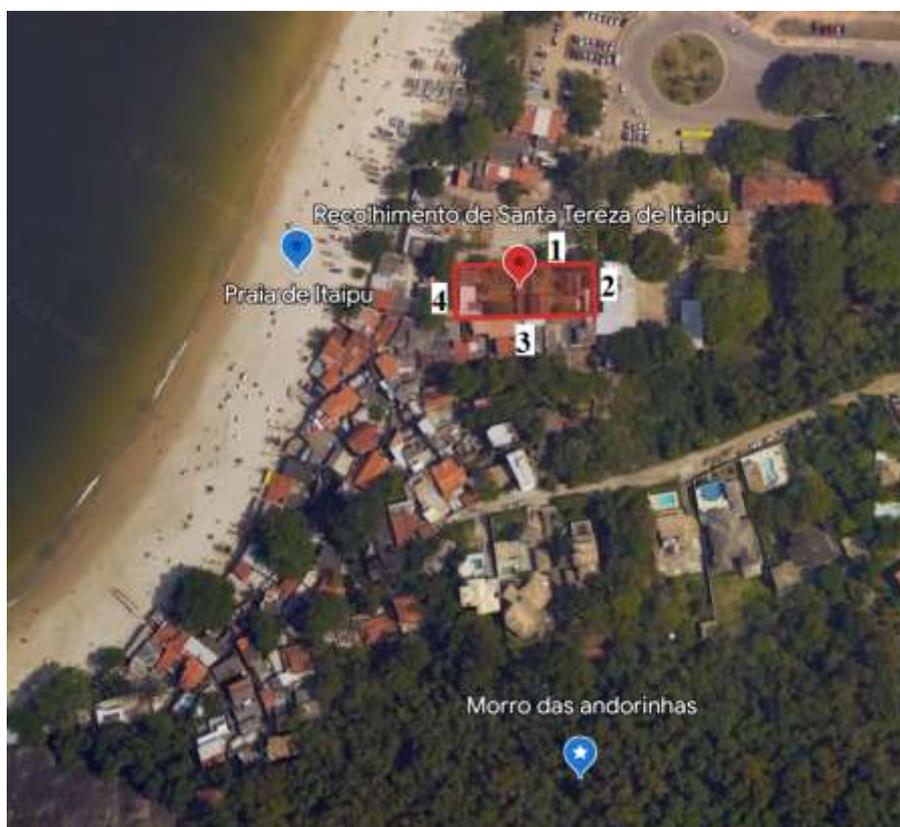


Figura 15: Vista de cima do Canto Sul de Itaipu. O Recolhimento está representado pelo polígono em vermelho, 1- parede Norte; 2- Parede Leste; 3-Parede Sul; 4- Parede Oeste. Google Earth, 04 de março de 2023.

O edifício apresenta na sua parte frontal e lateral leste a Duna Grande de Itaipu (Figura 16), sítio pré-colonial sobre duna que já sofreu destruição parcial. Relatos de pesquisas sobre o sítio Duna Grande apontam que possuía no século XX cerca de 30 metros de altura, ocupando uma área de 4 hectares, podendo ter sido, inclusive, mais extensa em épocas mais antigas. Essa duna, pelas suas características, tampava qualquer vista do horizonte, representando uma barreira física à frente da instituição (Figura 17). Além disso, as dunas de Itaipu eram o caminho utilizado para se chegar por terra até a freguesia de São Sebastião de Itaipu, fechando a visão da viajante até a sua chegada, o que podia ser observado nos anos 1960, pelas fotos de visita feita por técnicos do IPHAN às ruínas do antigo Recolhimento (Figura 18).



Figura 16: Vista da chegada do Centro de Itaipu. Em vermelho está circulada a Igreja matriz de São Sebastião de Itaipu. O Recolhimento estaria localizado exatamente atrás da Duna sinalizada com a seta laranja. Ao fundo da imagem se nota o paredão rochoso do atual Morro das Andorinhas. Arquivo do IPHAN, 1960.



Figura 17: Vista da fachada do antigo Recolhimento em perspectiva com o Morro das Andorinhas, paredão rochoso representativo de mais uma barreira física. Arquivo do IPHAN, 1960.



Figura 18: Vista da fachada norte em direção Leste do antigo Recolhimento. Em destaque, apontado por uma seta em vermelho, as dunas chegando até a parede Leste da construção. Arquivo do IPHAN, 1960.

O atual Morro das Andorinhas está localizado ao sul da edificação, possui mais de 190 metros de altura e 2,6 km de extensão, avançando sobre o mar (Figura 19). O prédio do Recolhimento termina no sopé desse massivo corpo rochoso, sendo mais representativo de uma barreira física do que qualquer muralha erguida artificialmente (Figura 20). Hoje em dia, nos fundos da instituição, existem algumas construções que foram feitas na área de inclinação do morro, por isso, não se pode atestar se a parte sul do Recolhimento era integrada ao corpo rochoso; porém, mesmo atualmente, podemos observar, a partir da parte interna dos muros de Itaipu, o morro apresentando-se a observadores de forma clara e coercitiva, como pano de fundo.

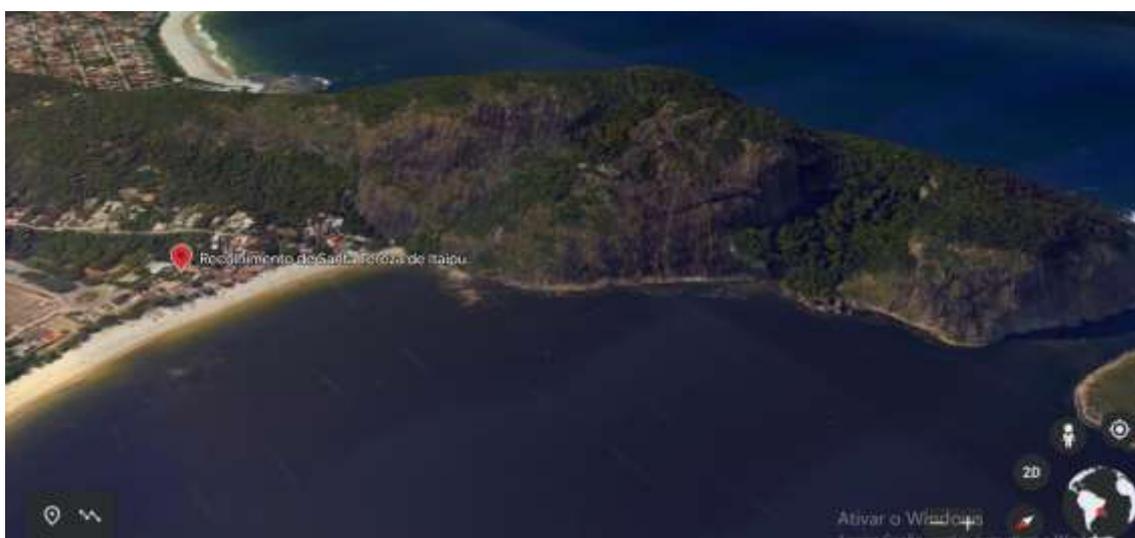


Figura 19: Vista em perspectiva do morro das Andorinhas. Apontado com o ícone vermelho está o antigo Recolhimento. Google Earth, 27 de fevereiro de 2023.



Figura 20:1 Vista da porção Sul do Recolhimento com morro das Andorinhas em perspectiva. À esquerda vê-se a antiga capela da instituição e, à direita, o cômodo 3. Lucia Brito, 31 de janeiro de 2023.

Quando se analisa a parte exterior da parede Oeste do prédio, nota-se que no passado o mar aberto chegava bem próximo à construção (Figura 21). Há relatos orais dos próprios pescadores da comunidade Z-7, que viveram nas ruínas do antigo Recolhimento, que, em dias de tormenta, o mar chegava a bater nessa parede Oeste (**Inventário Participativo Pessoas e Memórias Museu de Arqueologia de Itaipu**, 2018). Além desses relatos orais do século XX, ao realizarmos as escavações arqueológicas em junho de 2022, na parte interna das ruínas, a equipe escutava as ondas quebrando na praia, o que causava uma sensação de que o mar estava a ponto de invadir o prédio, provocando um sentimento de aflição e cerceamento dentro dos muros. Atualmente, o Recolhimento está afastado da praia por conta das construções dos moradores locais, mas, durante o funcionamento da instituição de Itaipu, o que separava os muros do mar era somente a faixa de areia e a vegetação costeira.



Figura 21: Vista da fachada do antigo Recolhimento em direção à praia de Itaipu (Oeste). Em destaque, circulado em vermelho, está o mar, hoje com visão bloqueada por edificações. Arquivo do IPHAN, 1960.

Fora dos muros do Recolhimento de Santa Tereza, podemos destacar a atual praia de Itaipu como outro símbolo do afastamento. Quando nos localizamos de frente para o mar, observamos, ao longe, a silhueta da cidade do Rio de Janeiro, especificamente onde hoje se localizam as praias de Botafogo e Flamengo (Figura 22), que no século XIX não tinham ainda ocupação urbana estabelecida, podendo à época ver-se apenas aspectos naturais da paisagem. Essa vista, distante do urbano, podia simbolizar fisicamente o distanciamento da vida social colonial/imperial, já que se remetia ao domínio do natural, em oposição ao cultural, representado pela cidade.



Figura 22: Vista noturna da praia de Itaipu em direção à cidade do Rio de Janeiro. Lucia Brito, 2022.

Esse ambiente, como um todo repressivo, apresentava-se como um lugar com poucas possibilidades de fugas. Tanto a presença do mar aberto, quanto a do corpo rochoso e das dunas, até mesmo as longas distâncias a serem vencidas para se retornar à cidade, se tornaram um mecanismo de barreira para qualquer tipo de subterfúgio. Entretanto, se observarmos os relatos da intendência da polícia, podemos notar que algumas mulheres conseguiram escapar dos muros de Itaipu, como o caso de Fortunata Maria da Conceição, que era acusada pelo intendente Paulo Fernandes Vianna de “sair fora e prostituir-se ali mesmo” (IHGB. Notação: 6J-78. 11 de julho de 1809, apud Cunha, 2014). Esses relatos documentais apresentam uma carga misógina e patriarcal acentuada,

porém, fornecem algumas informações quanto ao cotidiano do Recolhimento e algumas –poucas- estratégias femininas de ludibriar a ordem imposta, como, nesse caso, a da esposa que, inconformada com o recolhimento, conseguiu fugir, mesmo com as barreiras físicas e visuais impostas.

### **2.3.2 Itaipu como uma paisagem da repressão e da resistência**

Incorporados ao contexto repressivo nos quais estavam imersas as mulheres nos séculos XVIII e XIX no Brasil, os recolhimentos dirigidos para mulheres representaram um mecanismo de controle e de coerção das ações femininas, já que desses locais específicos provêm uma maior perspectiva experimental da natureza do poder social (Casella, 2007, p.2). Como já debatido anteriormente neste capítulo, consideramos que, por conta da sua distância e localização geográfica ambiental, o Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu foi – do ponto de vista da sua paisagem – a instituição mais cruel e repressiva, quando comparada às demais existentes no contexto fluminense. Toda a paisagem visual construída em torno desse afastamento, permitiu que a repressão ultrapassasse os muros da instituição e chegasse ao imaginário das esposas e donzelas coagidas a viver segundo os preceitos morais da época. Além disso, a paisagem física escolhida para abrigar o Recolhimento também impunha fortes mecanismos de coerção a partir dos seus atributos naturais.

Há a produção de um controle social feminino bem específico nos séculos XVIII e XIX, um esquema cultural patriarcal capaz de introduzir construções ideológicas de “certo” e “errado” sobre a conduta e o *modus operandi* das mulheres, baseado nos valores religiosos e nas virtudes do sexo, que era imposto, na maioria das vezes por homens (Casella, 2007). Essas relações de dominação, mesmo autenticadas e naturalizadas desde o nascimento do indivíduo, podem ser vistas no âmbito das diferentes estratégias de poder, que podem incluir o “poder sobre”, que diz respeito à dominação vinda do direito natural dos homens e confirmada pelo Contrato Social, e “o poder para”, representado pela resistência feminina (Miller & Tyler, 1993. apud Casella, 2007). Desta forma, a paisagem repressiva criada a partir da imagem e dos atributos físicos do Canto Sul de Itaipu, precisamos pensar as paisagens de resistência.

A resistência das mulheres recolhidas de Itaipu poderia vir, por exemplo, por meio da construção de uma ordem paralela dentro da instituição, do gerenciamento de risco ao optarem pelo recolhimento, de fugas em protesto ao emparedamento, ou até mesmo pela

posse e utilização de bens materiais que fugiam ao que seria esperado nesse tipo de casa de enclausuramento e que era baseada em valores religiosos.

Dentro do contexto de Itaipu podemos fazer um paralelo do Recolhimento feminino com a obra de Michel Foucault “Vigiar e punir”. O autor em sua obra oferece uma análise profunda das formas de poder e controle social, especialmente através das instituições de vigilância e punição. Ao examinar a obra de Foucault em relação às instituições de enclausuramento feminino nos séculos XVIII e XIX, percebemos importantes conexões que elucidam a natureza do poder disciplinar exercido sobre as mulheres na época. O modelo descrito por ele é o modelo de vigilância panóptica, do inglês Jeremy Bentham, exemplificado pela arquitetura das prisões, permite o controle constante e a disciplina dos indivíduos. Este modelo, baseado na visibilidade e na sensação de estar sempre observado, foi aplicado não apenas em instituições penitenciárias, mas também em outros contextos, como os asilos e conventos femininos do século XIX.

As instituições de enclausuramento feminino como as de Itaipu funcionaram como locais de disciplina e controle sobre as mulheres, especialmente aquelas que iam contra os valores sociais e morais da época. Dentro dos recolhimentos as mulheres eram submetidas a regimes disciplinares rigorosos, onde sua conduta, vestimenta e *modus operandi* eram controlados e monitorados de perto. Assim como na concepção do panóptico, a vigilância constante exercida sobre as mulheres nessas instituições servia não apenas para corrigir comportamentos considerados desviantes, mas também para reforçar as normas sociais e de gênero predominantes. A disciplina imposta dentro dos muros dessas instituições refletia e perpetuava as estruturas de poder patriarcal e as expectativas sobre o papel e o comportamento das mulheres na sociedade. Portanto, ao aplicar as lentes conceituais de Foucault ao estudo das instituições de enclausuramento feminino do século XIX, podemos entender melhor a interseção entre poder, controle social e gênero, e como essas instituições desempenharam um papel fundamental na regulação e normatização da feminilidade na época.

O antigo Recolhimento de Itaipu pode nos fornecer informações acerca das recolhidas através de documentos históricos, da paisagem e da cultura material relacionada a esse sítio arqueológico. Por conta disso, a análise documental tem de vir junto a uma crítica ao estereótipo de gênero presente na etnografia clássica. A análise das materialidades precisa ser realizada por meio de uma abordagem feminista materialista,

levando em consideração a ação feminina que moldou ativamente os comportamentos culturais e, em consequência, as materialidades (Spencer-Wood, 1987, p.181). Essas críticas e olhares permitem que, a partir das análises documentais e materiais, possamos recuperar mecanismos de subversão do sistema e de resistência das recolhidas de Itaipu.

Como já citado anteriormente, são poucas as fontes documentais sobre o antigo Recolhimento, sobretudo sobre o cotidiano das mulheres que lá viveram. Por isso o único trecho documental que nos informa sobre uma possível ação de resistência feminina é o documento da Intendência da Polícia do Rio de Janeiro de 1809, sobre o caso de Fortunata Maria da Conceição, que conseguiu fugir do Recolhimento. Nesse mesmo documento o Intendente cita que outras mulheres também conseguiram evadir-se de Itaipu. Essa informação apresenta uma ação recorrente das recolhidas com o objetivo de conseguirem escapar dos muros e da paisagem coercitiva do Canto sul de Itaipu. A paisagem, assim, se transforma de um mecanismo de repressão em uma possibilidade de resistência, uma ferramenta para que as mulheres recolhidas conseguissem fugir do espaço de cárcere e, por conta da distância do centro urbano e da vida social da cidade, realizassem esse feito sem muitas possibilidades de serem pegas.

As materialidades recuperadas durante a escavação realizada intramuros no antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu serão descritas e debatidas no próximo capítulo. A cultura material exumada será examinada e a distribuição interna do espaço de clausura discutido. Espero, com isso, buscar novos elementos ligados ao dia-a-dia das mulheres e às possíveis divisões internas do Recolhimento, ainda desconhecidas.

## **CAPÍTULO III**

### **POR DENTRO DOS MUROS, POR BAIXO DA TERRA**

#### **3.1 ARQUITETURA DO RECOLHIMENTO DE SANTA TEREZA DE ITAIPU**

A arquitetura do Recolhimento de Itaipu desde a sua fundação em 1764 até os dias atuais sofreu inúmeras alterações. Algumas modificações estruturais possivelmente ocorreram na época de funcionamento da instituição, outras ocorreram posteriormente com a ocupação dos pescadores, e, por fim, alterações estruturais após a patrimonialização das ruínas e transformação em instituição museal, nesse caso, obras de conservação e restauro realizadas pelo órgão protetor do patrimônio IPHAN. Por conta dessas inúmeras alterações no edifício, e da quase nenhuma informação documental sobre essas obras, inclusive as realizadas ao longo do século XX, não existem elementos suficientes que permitam delimitar, a partir da documentação, os usos e atividades ocorridas em cada cômodo delimitado da instituição – incluindo divisões correlacionadas a relações de poder, repressão e resistência.

Diante do desafio de compreender as atribuições de cada cômodo a partir da arqueologia, e na intenção de analisar a arquitetura do prédio como cultura material (Branton, 2009), foi realizado um mapeamento sistemático da edificação. Todas as paredes e atributos arquitetônicos das ruínas foram medidos e colocados no programa AutoCAD para o melhor entendimento e análise desse objeto, que foi muito modificado ao longo do tempo. A partir desse mapeamento, foi criada uma planta baixa do Museu atual, que permitiu que algumas considerações sobre o prédio pudessem ser realizadas (Figura 23). Durante a pesquisa, os cômodos do antigo Recolhimento foram numerados arbitrariamente de 1 a 7 na intenção de sistematizar a análise, o protocolamento dos dados e referenciar os materiais arqueológicos encontrados nas escavações realizadas em cada um deles.

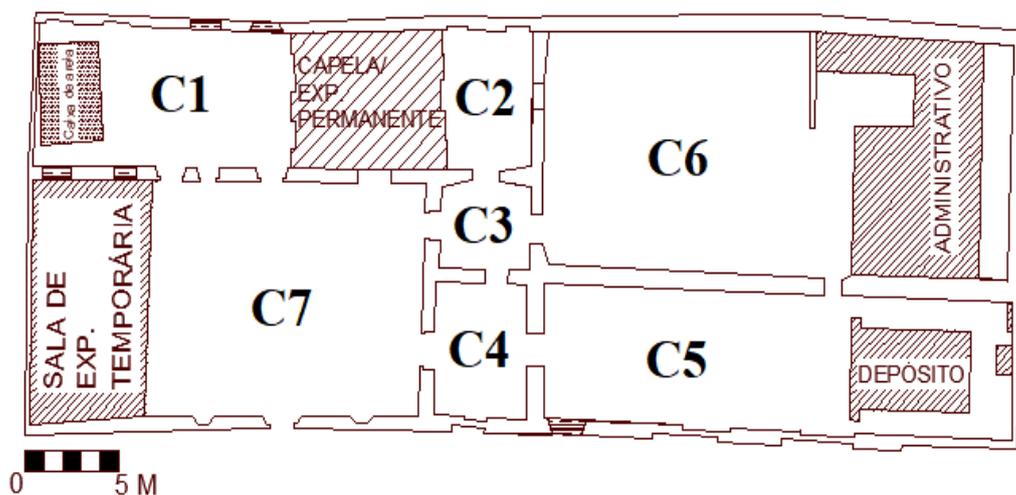


Figura 23: Planta baixa da atual estrutura do antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu com as siglas utilizadas para nomeação de cada pátio.

Além do mapeamento estrutural realizado, foram consultados documentos no Arquivo Geral do IPHAN que continham informações sobre as intervenções ocorridas na área interna do recolhimento. Os documentos recuperados não indicavam se haviam sido encontrados materiais arqueológicos, no entanto foi recuperada uma planta baixa de uma obra de instalação de tubulações realizada em 1991— obra responsável por tornar as ruínas em um sítio arqueológico<sup>26</sup>, onde é possível identificar as áreas do subsolo onde houveram intervenções diretas. A partir do cruzamento entre as informações obtidas no documento e com a indicação dos locais onde haviam construções do século XX— associada aos pescadores e demolidas pelo IPHAN em 1958 (Figura 24) – e a obras de drenagem do solo ocorrida em 1990 (Figura 25), foram adicionadas representações na planta baixa, delimitando as áreas mais alteradas do subsolo (Figura 26), o que possibilitou compreender vazios e alterações estruturais no substrato e nas paredes remanescentes do antigo recolhimento.

<sup>26</sup> As intervenções foram realizadas pela empresa Reciclar arquitetura e Restauro LTDA e ocorreram entre agosto e outubro de 1991. A arqueóloga Rosana Najjar e o arquiteto Mauro Pazzini foram os técnicos, do então órgão de preservação do patrimônio SPHAN, responsáveis pelo monitoramento das obras.

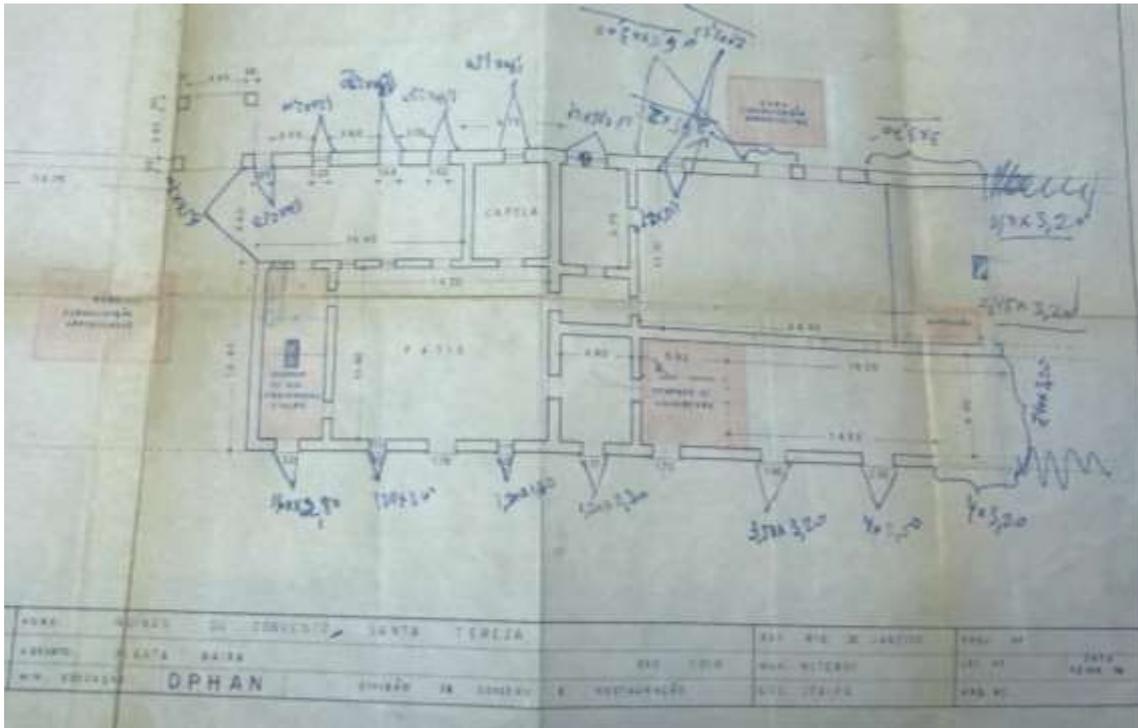


Figura 24: Planta baixa utilizada na obra realizada 1958 no antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu, em vermelho estão indicadas as construções irregulares dos pescadores. Arquivo geral do IPHAN, 1958

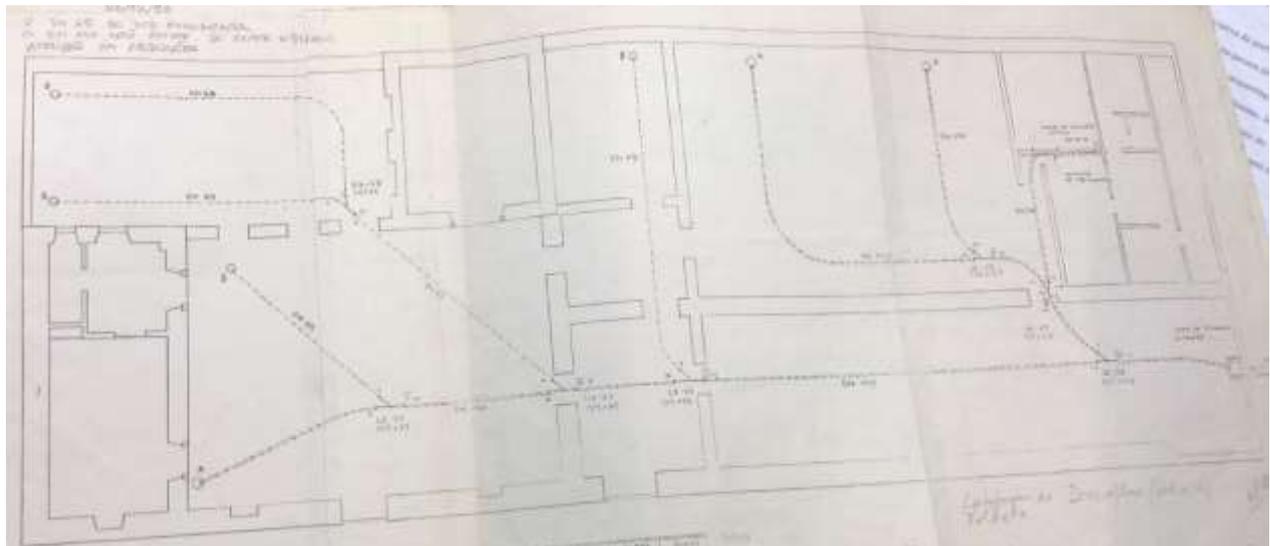


Figura 25: Planta baixa utilizada na obra de drenagem do solo realizada em 1990. As linhas pontilhadas indicam aonde ocorreram as intervenções no substrato. Arquivo geral do IPHAN, 1990.

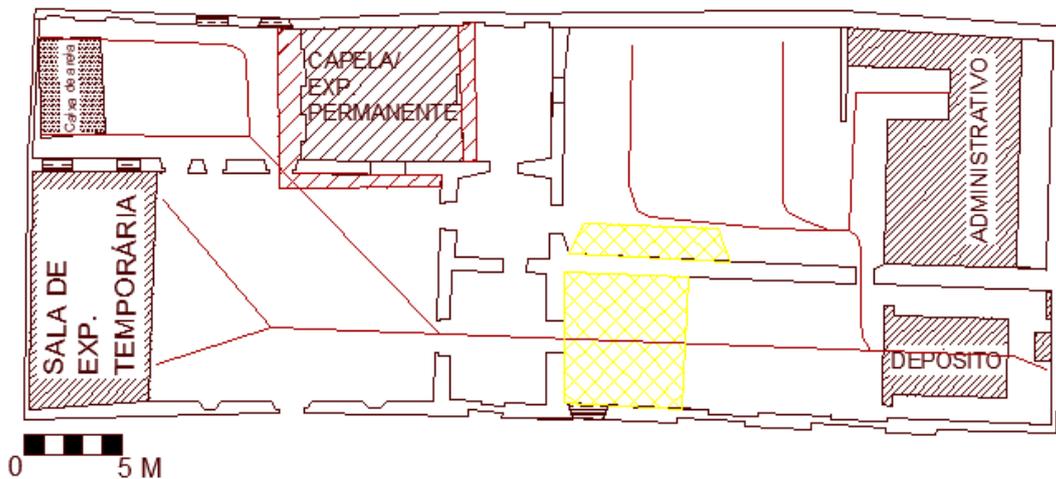


Figura 26: Planta baixa desenvolvida no programa Autocad com o cruzamento dos dados documentais. Lucia Brito, 2022.

Em termos estruturais, o prédio onde funcionou o Recolhimento é um retângulo de 53,39 metros de comprimento (frente/Norte), por 20,82 metros de largura (parede oeste), todo murado, com feições assimétricas. Na parede Sul (fundos) e em algumas partes internas há arcos similares à arquitetura conventual, comuns nesses tipos de casa de enclausuramento feminino (Figura 27). Uma planta totalmente restritiva a circulação.

## FRENTE



## FUNDOS



## LATERAL OESTE



Figura 27: Vistas das fachadas Norte, Oeste e Sul do antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu. Lucia Brito, 2022.

O modelo de arquitetura monástico-conventual apresentava três elementos primordiais: a igreja, uma horta e as dependências (na área interna da instituição), notando-se, no caso de Itaipu, a presença da igreja na parte interna dos muros e da possível área de dependência na porção Oeste. Além da presença desses dois elementos, pode-se relacionar outros atributos espaciais do Recolhimento com o estilo conventual como explicito por Marado (2018):

Este modelo, desenhado para ser implantado em locais isolados, não criava conexões com o espaço envolvente. Tratava-se de uma estrutura arquitetônica encerrada sobre si mesma, em que o único elemento de contato com o exterior era a igreja. Todos os outros espaços ficavam resguardados no interior dos muros da cerca, sem ligação direta com o mundo exterior (Marado, 2018, p. 147)

A escolha do local para a instalação do Recolhimento, a freguesia de São Sebastião de Itaipu, também indica uma proximidade do estilo conventual, já que era uma

freguesia distante de outros centros urbanos. Os muros da instituição terminavam de promover esse isolamento, afastando qualquer intenção de estabelecimento de uma articulação espacial com outros elementos sociais. A presença de arcos de pedra nas ruínas do Recolhimento de Santa Tereza – que nos casos dos conventos fazia a alusão a relação entre o céu e a terra, já que emolduravam uma área externa com abóbadas celestes – e de pátios amplos de frente a uma pequena capela para deveres cotidianos de fé (como no caso do cômodo 7) também são relacionados ao estilo de arquitetura conventual (Magalhães, 2015).

Quanto ao contato com o mundo exterior, o antigo Recolhimento fica a aproximadamente 350 metros da Igreja Matriz de São Sebastião de Itaipu (Figura 28). Essa proximidade atestava a necessidade do único contato com o mundo exterior ser a Igreja. Além disso, o pároco Manoel Francisco da Costa, da Igreja Matriz, foi um dos responsáveis pela fundação do Recolhimento feminino (Araújo, 1820, p. 96). Os párocos dessa Matriz se mantiveram como diretores e responsáveis pela casa de recolhimento até o fim do seu funcionamento no início do século XIX. Como apontado pela visita pastoral de 1812, o pároco responsável por Santa Tereza era José Pereira de Almeida (ACMRJ, Visita Pastoral, livro 12, apontamentos Secretora sobre a visita de 1811 e 1812 apud, Martins, 2013).



Figura 28: Imagem indicando a real distância entre o Museu de arqueologia de Itaipu e a Igreja de São Sebastião de Itaipu, antiga Matriz. Google Earth, 2024.

Relatos históricos indicam que só havia uma porta virada em direção às dunas de Itaipu e a não existência de janelas viradas para o exterior (Cunha, 2014, p.26), somente a presença de dois óculos (Figura 29). Entretanto, na fachada atual, podemos observar duas portas grandes e três janelas, que provavelmente foram incorporadas à arquitetura após o fechamento do Recolhimento em meados de 1815. Os dois óculos pertencentes às antigas estruturas ainda estão presentes. Outra modificação recente na fachada é a incorporação de cimento em espaços faltantes das ruínas, fechando algumas estruturas de janelas (Figura 30).



Figura 29: Óculo do antigo Recolhimento nos dias atuais. Lucia Brito, 2022.



Figura 30: Parte da parede Norte coberta por cimento recente. Lucia Brito, 2022.

Já as paredes Sul e Oeste apresentam diversas partes completadas com cimento, porém, ainda estão evidentes partes dos arcos e rochas (Figura 31). A parede Leste é completamente feita de cimento moderno, inviabilizando uma análise pormenorizada da estrutura, mas abrindo espaço para a possibilidade de que o prédio do Recolhimento continuasse naquela direção.



Figura 31: Parede Sul. Em destaque em vermelho os arcos conventuais. Arquivo Geral do IPHAN, 1958.

Atualmente, o espaço é dividido em 7 pátios, que foram gramados após a criação do Museu de Arqueologia de Itaipu, em 1971. Sobre esses pátios, a análise da arquitetura realizada sugere que pelo menos dois deles não possuíam telhado no momento de funcionamento da instituição (cômodos 6 e 7), podendo ser áreas de sociabilidade ou áreas funcionais da casa de Recolhimento. Além disso, nota-se a presença de uma pequena capela que funcionava dentro do recolhimento para a realização de missas e cerimônias cotidianas. Essa capela está de frente para o pátio principal, que não possui telhado (cômodo 7) e é visível na parte exterior da atual porta principal da instituição.

Segundo relatos orais, a capela foi reestruturada no início do século XX para realização de festejos católicos como a devoção a São Pedro e São Sebastião, protetores

da pesca (**Inventário Participativo Pessoas e Memórias Museu de Arqueologia de Itaipu**, 2018), mantendo uma cultura de adoração cristã dentro desse espaço até a abertura da instituição museal nos anos 1970. Desde a criação do MAI a estrutura da capela comporta a exposição permanente do Museu de Arqueologia de Itaipu e possui o seu interior completamente reformado e modificado.

Como colocado anteriormente, nota-se que os pátios C6 e C7 não tinham coberturas na maior parte de sua extensão. Já sobre os pátios C3 e C4, tratam-se de cômodos pequenos, que aqui são considerados como possíveis áreas de passagem, ou de trabalhos manuais, ou no caso do cômodo 4 de ser um vestíbulo. Quanto aos pátios C1 e C5, a análise estrutural da arquitetura não permitiu maiores inferências acerca das suas funções, especialmente devido ao fato de serem espaços que sofreram diversas intervenções ao longo do tempo, e também por abrigarem estruturas que atualmente fazem parte da área administrativa e de educação museal. Cabe a esses pátios a possibilidades de terem sido áreas de convívio das recolhidas, ou dormitórios, ou salas para refeições coletivas.

Nesse ponto, cabe ressaltar que as funções de cada pátio são somente hipóteses. O espaço foi muito alterado ampliando as possibilidades de uso dos cômodos. Essa abertura de viabilidades circula a partir das atividades que as recolhidas poderiam realizar e das áreas funcionais, como: salas para atividades manuais (costura); espaços para momentos de orações; dormitórios; dispensas; áreas de processar alimentos; salas para refeições; latrinas; vestíbulo; entre outros.

Previamente, durante a fase de planejamento do projeto, esperava-se que os materiais arqueológicos encontrados em cada pátio, em conjunto com a organização estratigráfica, pudessem iluminar as funções e atividades ocorridas em cada cômodo. No entanto, ao longo da escavação arqueológica e após o trabalho de laboratório, percebeu-se que não havia uma correspondência direta entre o que foi encontrado e tais atividades em cada espaço durante o período de funcionamento do Recolhimento.

Todavia, e a despeito dessa limitação, pode-se perceber que a arquitetura do Recolhimento de Itaipu revela um cenário complexo e multifacetado que desafia nossa compreensão. As modificações ocorridas desde sua fundação em 1764 até os dias atuais refletem não apenas mudanças físicas, mas também transformações sociais, culturais e políticas que marcaram sua história. A falta de documentação detalhada sobre essas obras,

aliada à escassez de informações sobre as atividades e usos específicos de cada cômodo, contribui para a dificuldade em delimitar e interpretar o significado das diferentes áreas da instituição. Diante desse desafio, a análise arqueológica emerge como uma ferramenta crucial para compreender a arquitetura do prédio como cultura material. O mapeamento sistemático da edificação e a consulta a documentos históricos permitem uma visão mais abrangente e aprofundada sobre a evolução do espaço ao longo do tempo. No entanto, mesmo com esses esforços, muitas questões permanecem sem resposta e exigem uma abordagem interdisciplinar e contextualizada para serem elucidadas. A análise estrutural revela aspectos importantes sobre a organização do espaço, as influências arquitetônicas conventuais e a interação entre o Recolhimento e seu entorno. Entretanto, a falta de correspondência direta entre os materiais arqueológicos encontrados e as atividades ocorridas nos diferentes cômodos durante o período de funcionamento do Recolhimento ressalta a complexidade e a necessidade de cautela na interpretação dos dados. Em última análise, o estudo da arquitetura do Recolhimento de Itaipu é uma jornada contínua de descoberta e investigação, que nos desafia a refletir sobre as múltiplas camadas de significado e história contidas nessas ruínas imponentes.

### 3.2 ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA INTRAMUROS

Devido às diferentes ocupações e utilizações que o espaço do Recolhimento feminino teve ao longo do tempo, esperava-se encontrar duas camadas arqueológicas predominantes: uma referente aos séculos XVIII e XIX, período de funcionamento da casa de Santa Tereza de Itaipu, e outra mais recente, referente ao século XX, quando foi ocupada pelos pescadores da atual comunidade Z-7. Não obstante, ao longo do trabalho arqueológico interventivo, foram notadas características bastante particulares no subsolo da parte interna do prédio que serão objeto de análise nesse tópico. O solo do antigo recolhimento sofreu muitas intervenções ao longo do tempo, artificiais (por conta de obras e intervenções humanas) e naturais (erosões hídricas e eólicas). As intervenções naturais se deram por conta do substrato arenoso predominante.

Em primeiro lugar, ao avançar das escavações, notou-se que em algumas áreas na parte interna dos pátios, especialmente nos trechos próximos às paredes, a estratigrafia não estava íntegra, contendo materiais arqueológicos de diferentes períodos e porções das sondagens seladas com pedra brita e cimento, indicando um solo revolvido. (Figura 32). Esse comportamento junto às paredes do Recolhimento é justificado pela obra de estruturação das ruínas realizada em meados do século XX, quando as paredes foram

ancoradas nessa estrutura de cimento. Assim como em outras obras de conservação de ruínas, não ocorreu um acompanhamento arqueológico, perdendo-se muitas informações do comportamento do substrato e da presença de materiais arqueológicos.



Figura 32: Sondagem 1 do Cômodo 2. Destaque para a camada de pedras britas em associação a uma camada de cimento de ancoramento das ruínas. Lucia Brito, 2022.

De outra forma, em algumas quadrículas com o substrato melhor preservado, nas maiores profundidades, a partir de aproximadamente 65cm, foi identificada uma ocupação anterior ao período do Recolhimento, com artefatos relacionados a grupos Tupi, que possivelmente utilizaram aquele espaço como locais de acampamentos temporários. Vale ressaltar que essa ocupação mais antiga pré-colonial e/ou de contato não é o tema principal dessa dissertação de Mestrado, não tendo sido analisada de maneira aprofundada nesta pesquisa<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Todo o material arqueológico escavado no âmbito dessa pesquisa está sob a guarda temporária do Museu de Arqueologia de Itaipu.

No decorrer das escavações arqueológicas, os cômodos C2 e C6 destacaram-se por terem apresentado uma estratigrafia melhor delimitada e menos conturbada. Nas sondagens S4 do cômodo C2 e S11 do cômodo C6, por exemplo (Figura 33), nota-se uma camada mais recente relativa à ocupação dos pescadores, seguida por outra configuração que remete ao momento de ocupação do século XIX, e por fim, atingindo em maiores profundidades a camada com materiais arqueológicos que remetem a um período pré-colonial ou de contato.



Figura 33: Sondagens S4 do cômodo 2 e S11 do cômodo 6, respectivamente. Lucia Brito, 2022.

A camada relacionada à ocupação dos pescadores foi identificada em cerca de 0-30 cm de profundidade em grande parte dos sete pátios<sup>28</sup>, onde em alguns momentos foi encontrado um sedimento argiloso compacto que remete a um possível chão de terra batida de coloração amarelada (Figura 34). O chão de terra batida foi referenciado em relatos orais de Dona Adelir de Souza Freitas e de Reginaldo Freitas e Abreu (conhecido como “Guete”) – antigos moradores do Canto Sul de Itaipu e frequentadores das ruínas antes da transformação em instituição museal. Eles mencionam que na parte interna dos muros alguns cômodos que eram ocupados pelas famílias dos pescadores possuíam esse chão de terra batida. Nesse estrato, que reporta ao século XX, foram encontrados materiais que remetem a diferentes atividades, tais como plásticos, copos e garrafas de

---

<sup>28</sup> O único pátio onde esse comportamento não foi encontrado foi o cômodo 1, onde essa camada mais recente foi observada até cerca de 1 metro de profundidade.

vidro, metais, cerâmicas, louças, pesos de rede de cerâmica e bolinhas de gude (Figura 35).



Figura 34: Chão de terra batida encontrado ao final da ocupação dos pescadores, século XX. Sondagem S3A e S3B, cômodo 5. Lucia Brito, 2022.



Figura 35: Materiais arqueológicos relacionados à camada de ocupação do século XX. A partir do topo esquerdo: peso de rede de cerâmica; bola de gude; fragmento cerâmico; lacre de lata; fragmento de copo de vidro "americano"; conta de plástico. Lucia Brito, 2023.

Tendo como referência relatos orais registrados no Inventário Participativo realizado no ano de 2018, em conjunto com o diálogo ocorrido durante as escavações com pescadores que utilizaram e viveram nas ruínas, tais como Seu Maurinho e Seu Guete, por exemplo, torna-se possível correlacionar as bolas de gude encontradas durante as escavações com as brincadeiras infantis comuns nesse período. No **Inventário Participativo Pessoas e Memórias Museu de Arqueologia de Itaipu 2018**, p.38;57;70;80;130;136) a bola de gude foi mencionada por seis moradores diferentes de Itaipu como parte de uma brincadeira comumente realizada. Para além desses relatos escritos, durante a pesquisa arqueológica realizada em junho de 2022, o senhor Maurinho, mencionou em uma conversa, que brincava na área interna das ruínas, quando criança, com suas bolas de gude, principalmente na área correspondente ao cômodo C7 (Figura 36).



Figura 36: Imagem do cômodo 7 em direção Leste, nos anos 1958. Arquivo geral do IPHAN, 1958.

Quanto aos fragmentos de vidros, representados nesse estrato pelo conjunto de copos americanos e garrafas de cerveja, pode-se projetar o consumo de bebidas alcoólicas pelos pescadores e outras pessoas que circulavam pelo espaço na época. No próprio **Inventário Participativo Pessoas e Memórias Museu de Arqueologia de Itaipu 2018**, p. 106 e 155) e em algumas falas dos pescadores e moradores de Itaipu, nota-se uma relação entre a pesca e o consumo exacerbado do álcool no século XX.

Já os pesos de rede, confeccionados em cerâmica, são análogos às atividades de manufatura de equipamentos de pesca realizados na área do Cômado 6. Relatos orais e fotografias indicam que era nesse espaço que as redes eram tingidas em grandes caldeirões de metal, colocadas para secar e finalizadas posteriormente (Figura 37). Informações indicam que nesse cômodo também existia um barracão onde os pescadores pernoitavam e armazenavam equipamentos para a manufatura de redes. Tal espaço foi utilizado com frequência pelos pescadores, o que certamente justifica a presença dos materiais na camada do século XX.



Figura 37: Pescadores tingindo redes de pesca em um caldeirão e socializando no espaço da parede norte do atual cômodo 5. Arquivo geral do IPHAN, 1958.

Seguindo o panorama da escavação, abaixo da camada relacionada aos pescadores nota-se um vazio arqueológico em diferentes quadrículas e cômodos. Entre 30 e 60 cm nos cômodos C1, C2, C3, C4, C5 e C7, foram encontrados, em pouquíssima quantidade, materiais arqueológicos dos séculos XVIII e XIX. O destaque, para essa faixa temporal, no entanto, é para o cômodo C6, pátio onde foram encontrados mais artefatos

oitocentistas, tais como faianças finas<sup>29</sup>, garrafas de vidro<sup>30</sup>, cachimbos<sup>31</sup>, objetos em metais (Figura 38), além de uma estrutura de calçamento (Figura 39).



Figura 38: Materiais arqueológicos relacionados à camada arqueológica do século XIX. Da esquerda para a direita: topo de garrafa de vidro; dedal de metal; fragmento de faiança fina tipo "Willow"; cachimbo modelado. Lucia Brito, 2023.

<sup>29</sup> Conforme TOCCHETTO, Fernanda B., SYMANSKI, Luís Claudio P., SANTOS, Shirlei, M. Programa de Arqueologia Urbana do Município de Porto Alegre, RS. Revista do CEPA, v. 23, n. 30, julho/dezembro, pp. 75-101, Santa Cruz do Sul, 1999.

<sup>30</sup> Conforme OUVENEY, L. S. **Consumo e commodities em unidades rurais fluminenses: tecendo uma narrativa a partir dos vidros**. 2021. 162 (Dissertação de mestrado). Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ

<sup>31</sup> Conforme SOUZA, M. A. T. and T. A. LIMA. **Olhando, desejando, in-corporando: cachimbos de barro na construção de comunidades diaspóricas**. *Vestígios- Revista Latino Americana de arqueologia Histórica* V.16, 2022.



Figura 39: Piso de rochas organizado encontrado a 20 cm de profundidade junto a parede Norte do cômodo 6. Lucia Brito, 2022.

Assim como o cômodo C6, o cômodo C2 também apresentou um número considerável de materiais arqueológicos históricos. Destacou-se a sondagem S1 pela concentração de faianças finas, no entanto, logo após 50 cm de escavação foi identificada uma camada selada com cimento, provavelmente parte da obra de estruturação das paredes internas, indicando que essa concentração de faianças provavelmente é resultado do revolvimento de terra para ancoramento das paredes. Esses materiais arqueológicos históricos desse modo, estavam fora de contexto e sem uma estratigrafia comprobatória da ocupação do antigo Recolhimento feminino.

As perturbações estratigráficas encontradas ao longo das escavações somadas à falta de materialidades expressivas do século XVIII e início do século XIX impossibilitaram as inferências sobre a utilização dos cômodos na época de funcionamento do Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu<sup>32</sup>. Mesmo nos cômodos C2 e C6 que apresentaram uma estratigrafia melhor demarcada, ao se observar a passagem

---

<sup>32</sup> As escavações e especificidades de cada cômodo são detalhadas no Anexo 1.

entre a primeira e segunda camada – ocupação dos pescadores no século XX e ocupação do século XIX– não é possível delimitar de uma forma clara a transição entre as duas camadas. Muitas intrusões de materiais do século XX foram encontrados junto a objetos mais antigos, como faianças finas com padrões decorativos como Willow, datadas entre 1750 e 1850 (Tocchetto *et al.*, 2001). Associações de objetos plásticos a faianças finas do século XIX e/ou cachimbos, dificultam as datações relativas dessa segunda camada.

No cômodo C6, todavia, pode-se destacar a área 1 da escavação, como uma seção sem intrusões e perturbações (Sondagens 4A e 4B) (Figura 40). Perto da parede norte do cômodo e no final do piso de pedra encontrado foi identificada uma área de deposição pequena que estava selada por uma argila alaranjada. Nesse local foram encontrados materiais relativos ao século XIX sem intrusões de materiais de outras ocupações. Esses artefatos serviram como referência a partir da identificação da datação média relativa dos artefatos em vidros e das faianças finas (Anexo I).



Figura 40: Sondagem 4B, destaque em vermelho para a área nordeste da sondagem com acúmulo de materiais arqueológicos históricos. Lucia Brito, 2022.

Entre as faianças finas encontradas destacam-se decorações como: Edge Neoclássico, Transfer printing floral, Transfer printing estilo vista exótica, Transfer printing estilo borrão azul, Royal Rim e pintada à mão estilo faixas e frisos. Foi utilizada a data média, seguindo South (1977), que indicou uma deposição datada entre 1820 e 1825 (Anexo I). Já entre os artefatos de vidros, a data média mais frequente seguindo seus

tipos de manufatura, forma e função foi 1817,5 (Ouverney, 2021)<sup>33</sup>. Ambas as datações indicam que os artefatos do século XIX encontrados fazem parte de uma ocupação posterior ao funcionamento da instituição de recolhimento feminino. Essa afirmação mostra-se factível, uma vez que após a falência da instituição e seu posterior abandono, conforme relatado pela visita pastoral de 1812, a estrutura arquitetônica ainda era sólida e poderia ter recebido uma ocupação posterior.

Com o fim do funcionamento do Recolhimento, o prédio foi descrito do seguinte modo: “ainda que pequeno, é forte e bem edificado, ...” (ACM RJ, Visita Pastoral, livro 12, apontamentos secretos sobre a visita de 1811 e 1812, apud Martins, 2013; Cruz, 2015). Sendo assim, mesmo com o término da instituição feminina, o edifício tinha condições de abrigar famílias da região. Essa utilização do espaço justifica a presença de tantos materiais datados de meados do século XIX.

As amostras de materiais históricos apontam para um uso corriqueiro, comum, relacionada às camadas menos favorecidas da população. Essa ocupação posterior a 1815 foi de pessoas com poucas posses, como pode ser notado nas faianças finas de decorações mais populares como a *edged* e faiança branca. Além disso, a presença de cachimbos com decorações de linhas incisadas, caracterizado por uma linha contornando o forninho e duas linhas transpassadas, modelado, aponta para a presença de escravizados ou ex-escravizados (Figura 41). Esse tipo decorativo segundo Lima e Souza (no prelo), está associado a contextos com forte presença de escravizados, tendo se popularizado no século XIX, com pico de popularidade entre 1811 e 1831, corroborando as suspeitas de fazerem parte de um pacote arqueológico posterior ao funcionamento do Recolhimento.



Figura 41: Cachimbo n° 1529, encontrado no Comodo C6, decorado com linhas incisadas. Lucia Brito, 2023

<sup>33</sup> Maiores detalhes e tabelas dessa análise estão disponíveis no Anexo 1.

Essa reocupação pode ter se dado por um grupo de escravos forros ou um grupo doméstico menos favorecido socialmente.

A última camada arqueológica identificada foi entre 65 cm e 1 metro e 10 de profundidade, e em algumas quadrículas ela se iniciava a 45 cm. Nessa camada foram encontradas lascas de quartzo, materiais líticos, cerâmicas, faianças portuguesas, ossos de peixe (Figura 42) e um enterramento humano no cômodo 5 (Figura 43). Esses artefatos apareceram em pequenas quantidades, no caso das quadras C2/S3, C4/S1, C5/S3A e C7/S2, tendo sido encontrados próximos a fragmentos de faianças portuguesas bastante fragmentadas, possivelmente do século XVII<sup>34</sup>. Além da associação com produtos de origem europeia, dois fragmentos cerâmicos corrugados se destacaram quanto às suas decorações, que indicavam um possível contato entre decorações nativas Tupi e europeias.



Figura 42: Materiais arqueológicos referentes à primeira ocupação do espaço do Recolhimento. Cerâmica corrugada; osso de peixe; materiais líticos; fragmento de faiança portuguesa linear azul. Lucia Brito, 2023.

<sup>34</sup> SEBASTIAN, Luis. A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII). Dissertação de doutoramento em História com especialidade em Arqueologia, Faculdade de ciências sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.



Figura 43: Possível enterramento encontrado na sondagem 3B do cômodo 5. Rádio, ulna e falanges proximais articuladas. Beto Barcellos, 2022.

Um bom exemplo dessa associação é o fragmento 568 (Figura 44), que apresenta uma banda vermelha comum na época do contato, possuindo uma linha delimitadora branca e ausência de uma linha preta ao final da banda vermelha, que são características diferenciais desse período (Ângela Buarque, com. pessoal, 26 de maio de 2023). Além disso, a decoração é feita na parte externa da peça e sua espessura é pouca, o que também são atributos que sugerem uma cerâmica de contato. O fragmento 569 (Figura 45), também aponta uma decoração de contato, já que a linha preta e reta aparece na decoração branca, fugindo da norma que deveria ser de uma linha preta inclinada que aparece no final da decoração vermelha (Ângela Buarque, com. pess, 26 de maio de 2023). Esses dois fragmentos se destacam entre os artefatos que indicam contato, além das faianças portuguesas muito próximas aos objetos líticos e cerâmicas nativas<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Conforme já notado, os materiais líticos e as cerâmicas identificadas como de contato não foram analisadas de forma sistemática, pois não são o objeto de análise dessa pesquisa em questão, que trata somente do período de ocupação do antigo recolhimento feminino de Santa Tereza de Itaipu (1764 até 1815).



Figura 44: Peça 568, associada a uma decoração de contato.



Figura 45: Peça 569, associada a uma decoração de "contato".

Essas decorações associadas a um contato entre as populações nativas e os invasores europeus foi comum em sítios arqueológicos indígenas entre os séculos XVI e início do XVII. Em pesquisas como as de Buarque (2009) e Rabelo (2018) em Araruama, por exemplo, se nota a associação de elementos como apêndices, que observam-se nas cerâmicas e faianças portuguesas do período, ou a presença de materiais como contas de vidro e metais em conjunto com elementos indígenas (cerâmicas corrugadas e líticos). Sendo assim, a associação de faianças portuguesas com materiais líticos e fragmentos de cerâmicas com decorações que fogem das regras Tupi, indicam esse potencial momento de início da colonização no território brasileiro dentro da área do antigo Recolhimento.

Ao todo foram abertas 28 quadrículas de 1x1 metros, uma área de 1 por 2 metros, duas trincheiras e 13 perfurações com cavadeira boca-de-lobo (Figura 46)<sup>36</sup>. Foram recuperados 2.260 fragmentos arqueológicos que perpassam as três camadas detectadas ao longo da pesquisa. Em resumo, pode-se dizer que foram identificadas três camadas

---

<sup>36</sup> As escavações se concentraram na área interna dos muros devido as alterações e obras ocorridas ao longo dos séculos XX e XXI no Canto Sul do Itaipu, que descaracterizaram a área externa e impossibilitaram a realização de sondagens exploratórias, ou por conta de pisos de cimento ou por conta de construções irregulares que impediram o avanço das explorações arqueológicas.

arqueológicas predominantes no sítio arqueológico Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu, porém nenhuma delas diretamente ligada à ocupação entre 1764 e 1815.



Figura 46: Planta baixa com as marcações das sondagens escavadas (em preto) e dos furos de boca de lobo realizadas (amarelo) na área interna do antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu. Lucia Brito, 2023.

### 3.3 O RECOLHIMENTO DE SANTA TEREZA DE ITAIPU E A DIALÉTICA DO DENTRO E FORA

*“Dentro e fora formam a dialética da divisão, a geometria óbvia que nos cega tanto quanto nos trás para brincar nos domínios metafóricos” Bachelard (1958, p.211)*

A análise das materialidades escavadas dentro da área interna do antigo recolhimento de Santa Tereza demonstrou uma ausência expressiva de materiais relativos ao final do século XVIII e início do século XIX, período referente à ocupação das recolhidas. Essa ausência intrigante faz-nos refletir sobre algumas equivalências binárias e como essas categorias podem nos fazer acessar esquecimentos e comportamentos variáveis dentro da arqueologia da paisagem do antigo recolhimento de Santa Tereza de Itaipu.

Geralmente, filósofos e pensadores colocam o “dentro” e o “fora” como ser ou não ser, ou correlacionam o fora muitas vezes com liberdades, possibilidades, e o dentro com alienações, bloqueios – principalmente dentro de grandes sistemas políticos. Entretanto, tem que se ter cuidado ao considerar o dentro e o fora como determinações

ontológicas absolutas (Bachelard, 1958, p.212), principalmente quando se trata de uma paisagem de repressão.

Essas equivalências binárias geralmente repousam em imagens geométricas, o lado de dentro e o lado de fora são reforçados por uma geometria de limites e barreiras, qualificações de espaço impostamente valorados a partir do sistema de poder vigente. Como dissertado por Bachelard:

De qualquer forma, dentro e fora, tal como vivenciada pela imaginação, já não podem ser tomadas na sua simples reciprocidade; conseqüentemente, omitindo referências geométricas quando falamos das primeiras expressões do ser, escolhendo princípios mais concretos e fenomenologicamente exatos, chegaremos a perceber que a dialética do interior e fora multiplicam-se com inúmeras nuances diversificadas. (Bachelard, 1958, p. 216)

Durante os períodos colonial e imperial brasileiro, complementaridades fizeram parte da história e da ordem das mulheres. As mulheres viviam em ambigüidade. Em se tratando das virtudes, ou eram luxuriosas e pecadoras ou castas e santas-mães (Del Priore, 2008, p.75). Quando observada sua permanência física, estavam nos espaços internos, dentro. Porém, quando tratamos de um espaço de recolhimento feminino onde mulheres com virtudes abaladas se encontravam dentro de muros dominados pelo sistema patriarcal, como tratar o dentro e o fora?

A dicotomia entre dentro e fora no contexto temporal patriarcal do Recolhimento de Itaipu pode ser entendida a partir da parte interna, habitada pelas recolhidas, e a parte externa, proibida para tais mulheres. Tem-se que tomar cuidado entre o limiar entre imaginação, reducionismo e simbolismo, quando tratamos de dentro e fora (Bachelard, 1958, p.219), principalmente em instituições repressivas, onde ordens paralelas são criadas na parte interna e reproduções das relações binárias se tornam dialéticas, e o dentro e o fora se aglutinam simbolicamente.

A área interna do Recolhimento manteria o lugar das mulheres na parte privada, interna dos espaços, onde também manteriam uma ordem e disciplina desejada para as recolhidas através de tarefas espirituais e de organização doméstica. O exterior, por sua vez, seria a representação do masculino, pecaminoso, distantes das fronteiras sociais femininas. Dentro dessa separação a ordem cabe na parte de dentro, que segue valores morais e culturais, mas que paradoxalmente pode representar uma liberdade ou uma possibilidade de não seguir leis sociais como o matrimônio compulsório ou aceitar violências domésticas.

O dentro e o fora, assim, manteriam o pragmatismo esperado quanto aos espaços público e privado. Entretanto, como tratado anteriormente, esse binarismo é dialético. As relações sociais, as vivências e as ações não recuperadas nas pesquisas arqueológicas não excluem as possibilidades de expansão do nosso conhecimento sobre as fronteiras de dentro e fora, onde espaços internos manteriam essa dualidade e espaços externos muitas vezes não representam a liberdade. Como explicitado por Bachelard “nós individualizamos uma visão generalista do espaço” (1958, p.229).

Durante a pesquisa arqueológica realizada nesta dissertação o ambiente mais pesquisado e o único escavado foi o dentro. O interior das ruínas foi o único espaço possível para a realização de intervenções subsuperfície, onde se pretendia encontrar vestígios de ocupação das mulheres recolhidas e os meios delas utilizarem esse lugar paradoxal e dialético, conforme exposto nesse mesmo capítulo. Entretanto, como observado nos tópicos anteriores o período entre 1764 e 1815 representou em sua maioria um negativo arqueológico. Nesse caso, considero que algumas interpretações devem ser retiradas dos vazios e ausências, e devem ser criadas linhas de evidências a partir deles (Stone, 1981, p.41).

Dois dos pilares mais importantes de instituições de enclausuramento femininos leigos eram a ordem e a disciplina, como já citado anteriormente. As mulheres enviadas para recolhimentos deveriam seguir rotinas rígidas que incluíam limpeza e manutenção da ordem do espaço. Como explícito pelo Parágrafo 3 do estatuto quarto do Estatuto do Recolhimento das órfãs da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro:

[...] uma das recolhidas cada semana assistirá às serventes da cozinha para administrar as coisas que hão de vir ao refeitório, outra terá cuidado da limpeza dos corredores, e casas comuns, fazendo-as varrer todos os dias, por si, e pelas mais a quem tocar sucessivamente, e todas farão o mesmo nas suas celas, ou aposentos e da mesma sorte servirão no refeitório as que forem necessárias cada uma em sua semana, e sucessivamente umas a outras por evitar queixas. (Algranti, 1997, p.383)

A limpeza dos cômodos dessas instituições e a organização desse espaço por parte das recolhidas eram, nesses termos, realizadas todos os dias, fazendo parte das lições espirituais. Essas tarefas evitavam que objetos fossem perdidos e deixados dentro da área interna dos muros, atestando essa ausência de materialidades durante o período de ocupação do Recolhimento, o que não ocorreu em outros momentos de ocupação, sejam anteriores ou posteriores. Além do mais, durante o funcionamento do Recolhimento o

processamento de alimentos e descartes dos dejetos deveria ser realizado na parte externa dos muros, longe do interior, do espaço privado.

Além disso, como postulado por Bachelard (1958), o interior de uma habitação representa um santuário simbólico, associado à segurança, intimidade e identidade pessoais. As casas eram consideradas espaços privados com um interior carregado de conotações simbólicas e primordialmente organizados. Essa mesma ideia se aplica aos recolhimentos femininos. Em paralelo, o exterior seria o “reino” de aberturas e de libertação potencial, onde se deveria eliminar resíduos indesejados ou sem utilidade, resíduos transitórios. Assim, os resíduos e materiais indesejados do antigo Recolhimento de Itaipu deveriam ser jogados na parte exterior dos muros, área onde as escavações arqueológicas não tiveram acesso nesta pesquisa.

## CONCLUSÃO

Tratar da história e arqueologia das mulheres é plurifacetado. Um campo cheio de possibilidades, mas mascarado pela estrutura patriarcal e misógina em que vivemos. Os desafios de se destrinchar os documentos, encontrar a ação das mulheres e colocá-las no seu devido papel de protagonistas são muitos, mas com as lentes teóricas corretas e uma abordagem feminista consistente podemos nos aproximar do universo feminino de um modo mais adequado.

Esta dissertação explorou a experiência de enclausuramento feminino dentro dos dogmas da Igreja Católica como agente da perda de autonomia, convivência social e individualidade das mulheres por meio de uma análise detalhada das instituições de recolhimentos femininas leigas. Ao longo deste estudo, investigamos como o isolamento proposto por instituições cristãs ou leigas contribui de forma ativa para a invisibilidade das mulheres perante a Igreja e, conseqüentemente, a sociedade patriarcal setecentista e oitocentista influenciada pelo catolicismo.

A análise revelou que o afastamento social era justificado por fins educacionais e em prol da castidade. Embasado principalmente no Contrato Sexual moderno, controles disciplinares, normas de civilidade, sujeição aos espaços privados, submissão patriarcal e a busca incessante por uma virtude ideal se tornaram o fardo feminino. A disciplina do corpo e da mente era convenientemente imposta por meio do enclausuramento, principalmente dentro de instituições de recolhimento leigas.

Um dos principais pontos deste estudo foi discutir e explorar o paradoxo dessas instituições leigas, principalmente a partir da ótica do gerenciamento de risco, onde as mulheres burlariam a ordem imposta ao se isolarem nessas casas de emparedamento.

O Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu dentro do contexto setecentista e oitocentista patriarcal, encontrava-se estrategicamente posicionado na paisagem fluminense. Distante dos centros urbanos da época foi utilizado como um mecanismo de repressão pelos homens que desejavam encarcerar suas esposas, filhas e irmãs em recolhimentos femininos. A manipulação da sua paisagem visual, por meio da construção imagética de isolamento e punição a partir do seu afastamento por meio da sua localização geográfica ambiental cercada de atributos naturais coercitivos, situa, a meu ver, o

Recolhimento de Itaipu como a instituição de enclausuramento leiga mais repressiva do Rio de Janeiro.

A paisagem visual de Itaipu incluía elementos do ambiente físico natural (dunas, mar aberto, corpo rochoso elevado) coercitivos e isolantes. O tempo de chegada até a casa, que variava entre 8 horas e 30 horas (por terra e/ou por mar), e as imagens criadas daquele espaço reforçam essa afirmação. Assim, as recolhidas eram colocadas em posição de solidão e abandono completo.

Ao longo de toda a pesquisa arqueológica busquei indícios de resistência por parte das recolhidas de Itaipu. Procurei orientar a investigação buscando o “poder para”, agências persistentes vindas dos grupos dominados, que nesse caso são representadas pelas mulheres. Apoiada pela teoria de gerenciamento de risco (Young, 1997) e pela abordagem feminista materialista (Spencer-Wood, 1987) o Recolhimento e suas materialidades foram entendidos a todo momento como objetos manipulados e utilizados por mulheres em situação de repressão-resistência. Três pilares principais basearam as interpretações desta dissertação: a análise das materialidades fixas na paisagem do Canto Sul de Itaipu, a análise das materialidades móveis escavadas na área interna do antigo Recolhimento de Santa Tereza e a análise dos documentos históricos acerca da instituição de Itaipu.

Dentro dos registros documentais o caso de Fortunata Maria da Conceição em 1809 e sua fuga bem sucedida revelaram uma agência feminina nesse contexto de resistência. Ao fugir dos muros de Itaipu, Fortunata ludibriou o *habitus* patriarcal da época e nos abriu possibilidades de alcançar outras performaces, não convencionais, levadas a cabo dentro desse espaço repressivo.

Entretanto, contradizendo as expectativas arqueológicas, o substrato do espaço onde funcionou o antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu não ofereceu elementos seguros para interpretações da repressão e da resistencia vividas naquele espaço. Um negativo estratigráfico na camada de ocupação entre 1750 e 1815 marcou a area interna do antigo Recolhimento. Nos pátios C2 e C6, onde uma estratigrafia com poucas interferências foi identificada, nota-se que após a ocupação recente dos pescadores no século XX uma camada de pouco ou nenhum material arqueológico se aprofunda por aproximadamente 40 centímetros, até encontrar uma camada arenosa castanha escuro

com de materiais líticos, cerâmicas, faianças portuguesas muito fragmentadas e ossos de peixes.

Esse vazio arqueológico feminino, marcado pela ausência de objetos do cotidiano e relacionados ao convívio dentro do Recolhimento, no entanto, corrobora a ideia de organização e limpeza esperada dentro de um espaço de enclausuramento feminino. Objetos perdidos, lixeiras internas e rituais mágico-religiosos intramuros poderiam ir contra a rotina de limpeza e tarefas que essas mulheres deveriam respeitar diariamente. Assim, essa ausência valida a presença e a ordem respeitada por essas mulheres, e o gerenciamento de risco e a ludibriação do sistema não apareceram por meio das materialidades.

A análise arqueológica do recolhimento de Santa Tereza de Itaipu nos leva a questionar as fronteiras do dentro e do fora. Evidenciando a complexidade dessas relações sociais e simbólicas é fundamental reconhecer que os vazios e ausências nos fornecem *insights* valiosos sobre as dinâmicas internas de Itaipu, que respeitava práticas culturais e simbólicas atreladas a esse espaço, porém a limitação das escavações somente na parte de dentro não exclui as possibilidades de flexibilidades na parte de fora, não pesquisada sistematicamente.

Este trabalho evidenciou alguns desafios enfrentados durante a pesquisa, incluindo o androcentrismo e misoginia presentes nos documentos e textos históricos e na falta de documentação e bibliografia acerca desse tipo de instituição de cárcere feminino. A invisibilidade feminina foi vista através do apagamento dessas instituições, pela falta de informações sobre os recolhimentos femininos e pelo desinteresse em pesquisas sobre esse tema. Também se destaca a omissão dos nomes das esposas e filhas dentro dos registros policiais de divórcios, onde muitas vezes as mulheres levadas aos recolhimentos não foram nominadas, culminando num apagamento de identidades.

Apesar desses desafios, acredito que as descobertas deste estudo contribuem de forma significativa para chamar a atenção para a importância da arqueologia das mulheres e a necessidade de ampliarmos as discussões e problematizações de práticas patriarcais passadas que foram perpetuadas até os dias atuais. Além disso, acredito que ele contribui para iluminarmos temas atuais como *modus operandi* feminino, violência doméstica e o poder patriarcal “invisível” que interfere diariamente no cotidiano da mulher brasileira e que tem raízes na formação do Estado brasileiro. Espera-se que as análises aqui

apresentadas contribuam com pesquisas futuras e para inspirar uma maior reflexão sobre o papel das casas de cárcere feminino nos séculos XVIII e XIX e seus efeitos em toda a construção do patriarcado brasileiro moderno.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, M. D. A. UM QUEBRA-CABEÇA (QUASE) RESOLVIDO: OS ENGENHOS DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO - SÉCULOS XVI E XVII **REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**, v. V. X, n. Universidad de Barcelona, 2006.

ALCÂNTARA, T. M. **Vida e morte em clausura: arqueologia do corpo de mulheres do Recolhimento da Luz – São Paulo - séculos XVIII e XIX**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015.

ALGRANTI, L. M. **Honradas e Devotas: Mulheres da Colonia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste -1750-1822)**. Tese de Doutorado Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ALGRANTI, L. M. Os estatutos do recolhimento das orfãs da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, v. 8/9, 1997.

ALGRANTI, L. M. **Livros de Devoção, Atos de Censura: Cultura Religiosa na América Portuguesa (1750-1821)**. Tese de Concurso de Livre Docência Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade de Campinas, Campinas. 2001.

ANSCHUETZ, K. F.; WILSHUSEN, R. H.; & SCHEICK, C. L. An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions. **Journal of Archaeology Research** v. 9, n. 2, p. 157- 211, 2001.

ARAÚJO, J. D. S. A. P. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Annexas A'Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro na Impressão Régia, 1820. 236.

ATWOOD, M. The Handmaid's Tale. Rio de Janeiro, Editora Rocco LTDA, 1985.

AZEVEDO, D. M. D. **RIO DE JANEIRO, sua história, Monumentos, Homnes notáveis, usos e curiosidades**. B.L. Garner: Rio de Janeiro 1877.

BACHELARD, G. **The poetics of space**. Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1958.  
DEL PRIORE, M. **Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BARRETA, J. R. ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO E DA RESISTENCIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS. **Revista de Arqueologia Pública**, n. Nº 10, 2014.

BAYNE-POWELL, R. **Travellers in Eighteenth-century England**. University of Michigan: J. Murray, 1951.

BEAUDRY, M. C. **Findings: The Material Culture of Needlework and Sewing**. Canadian Journal of Archaeology V. 32, 2006.

Bíblia Sagrada Online. 2009-2023. Acesso em: 27/01/2023.

BRANTON, N. Landscape Approches in Historical Archa. In: MAJEWSKI, T. G., DAVID (Ed.). **International Handbook of Historical Archaeology**. Cap. 4. Londres: Springer, v.1, 2009. p.51-65.

BRASIL. **LEI MARIA DA PENHA. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006.**

BUARQUE, A. **Étude de l'occupation Tupinambá dans la région sud-est de l'Etat de Rio de Janeiro, Brésil.** 2009. (Tese (Doutorado em Arqueologia)). Institut d'Art et Archéologie, Université Paris 1 Panthéon – Sorbonne, Paris.

CASELLA, E. C. **The Archeology of Institutional Confinement.** Florida: University Press of Florida 2007. 196.

CRUZ, J. V. **Itaipu, a Vila e seus Patrimônios.** 2015. Dissertação de mestrado Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo.

CUNHA, V. M. **Proteção, Correção e Educação: A utilização e a funcionalidade da Casa de Recolhimento de mulheres de Santa Teresa de Itaipu entre os anos de 1776 e 1816.** 2014. 45 Monografia Departamento de História e Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CÉSAR, M. D. C. **O grito de Eva: A violência doméstica em lares cristãos.** Rio de Janeiro: Thomas Nelson brasil, 2021.

CHODOROW, N. **A reprodução da maternidade: psicanálise e sociologia do gênero** University of California Press: Berkeley, 1978.

DE CUNZO, L. A. Reform, Respite, Ritual: An Archaeology of Institutions; The Magdalen Society of Philadelphia, 1800-1850. **Journal of the Society for Historical Archaeology**, v. 29, n. 3, 1995.

DIEZ, C. L. F. Discursos sobre fragilidade feminina: educação da mulher no Brasil colônia. **REP- Revista Espaço Pedagógico**, v. 19, n. 2, p. 314-324, 2012.

DORNAN, J. L. Agency and Archaeology: Past, Present, and Future Directions. **JOURNAL OF ARCHAEOLOGICAL METHOD AND THEORY**, v. V. 9, 2002.

FRAGA, N. D. O. **ARQUEOLOGIA DA CAIXINHA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARQUEOLOGIA DE GÊNERO NO BRASIL.** **Arche- Revista Discente de Arqueologia**, v. v.1, n. Rio Grande, RS, 2020.

FERREIRA, M. D. S. De ruínas a museus: os casos do Museu das Missões e do Museu de Arqueologia de Itaipu. **Revista Tempo Amazônico**, v. 3, p. 80-105, 2015.

FONSECA, M. A. F. **O Recolhimento de Santo Antônio do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814) - Clausura e destinos femininos.** 2013. Tese de Doutorado Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho

FURQUIM, L. P.; & JÁCOME, C. P. Teorias de Gênero e Feminismos na Arqueologia Brasileira: Do Diorfismo Sexual à Primavera Queer. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 1, 2019.

GANDELMAN, L. M. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. **HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE** v. Vol. VIII, n. Rio de Janeiro, 2004.

GONÇALVES, R. C. P.; SILVA, B. B. D. Gênero, Poder e Contrato Social: um sinalagma até então extorquido. **REVISTA DE CIÊNCIAS DO ESTADO**, v. v. 4, n. Belo Horizonte, 2019.

HALBWACHS, M. **La Mémoire collective**. Presses Universitaires de France: Paris, 1950.

HIPONA, S. A. D. **Regra de Santo Agostinho 423**.

**Inventário Participativo Pessoas e Memórias Museu de Arqueologia de Itaipu**. Data Coop: Rio de Janeiro, 2018.

KNAPP, A. B.; ASHMORE, W. Archaeological Landscapes: Constructed, Conceptualized, Ideational. In: ASHMORE, W. K. A. B. (Ed.). **Archaeologies of Landscape: Contemporary Perspectives**: Blackwell Publisher 1999. cap. 1, p.1-30.

JOHNSON, M. H. Concepções de agencia em interpretação arqueológica. **Vestígios-Revista Latino Americana de arqueologia Histórica**, v. V. 4, 2010.

LAGE, A. C. P. DOS CONVENTOS E RECOLHIMENTOS PARA OS COLÉGIOS DE FREIRAS: AS DIFERENÇAS DA EDUCAÇÃO FEMININA CATÓLICA NOS SÉCULOS XVIII E XIX. **Educação em Revista**, v. 32, n. 3, p. 47-69, 2016.

LEMAIRE, T. Archaeology between the invention and the destruction of the landscape. **Archaeological Dialogues- Cambridge Journals** v. 4, p. 5-21, 1997.

LIMA, J. D. S. CONVENTOS DE FÁBRICAS DE RECLUSÃO, RELIGIOSIDADE E EDUCAÇÃO NO COTIDIANO DE OPERÁRIAS TEXTEIS- MINAS GERAIS, FINAL DO SÉCULO XIX. **História e Perspectivas** v. 49, p. 459-489, 2013.

LIMA, R. D. L. D. O IMAGINÁRIO JUDAICO-CRISTÃO E A SUBMISSÃO DAS MULHERES. **Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, v. 9, 2010.

LIMA, T. A. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista**, v. 3, p. 129-191, 1995.

LIMA, T. A. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista . **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 93-129, 1997.

LIMA, T. A. Estudo de gênero na arqueologia brasileira: Porque não? **Habitus**, v.1, p. 129-139, 2003.

LIMA, T. A. & SOUZA, M. A. T. The clay pipes of Valongo Wharf, Rio de Janeiro, Brazil: Building and Materializing new Communities in a New World. (No prelo).

LOPES, M. A. Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres - uma luta perdida no Recolhimento da Misericórdia Coimbra (1702-1743). **Revista Portuguesa de Historia**, p. 189-229, 2005.

MACEDO, J. M. D. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro (1820-1882)**. Brasília: Senado Federal, 2005.

MACHADO, C. M. S. **Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)**. 2014. (dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal.

MAGALHÃES, A. C. V. Conventos. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B., *et al* (Ed.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc: Ed. Rio de Janeiro, 2015.

MARADO, C. A. **Arquitetura conventual e cidade medieval- A formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (Sec. XIII-XV)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

MARTINS, W. D. S. Modelos de Santidade feminina na América Portuguesa (século XVIII). In: OLIVEIRA, D. M.; FERREIRA, M. D. S., *et al* (Ed.). **Representações do feminino- olhares revisitados e contemporâneos**. Niterói: Caderno Socio Ambiental v. Ano I, 2013.

OLIVEIRA, K.; LOBO, T. O nome dela era Rosa: epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII. In: LOBO, T. C., Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A. & RIBEIRO, S., ORGS (Ed.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]**. Salvador: EDUFBA, 2012. p.623-646.

OLIVEIRA, K. L. **Antropologia Feminina no Antigo Testamento: Mulher Estrangeira como Personificação do Mal em 2 Rs 9.30-37**. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia. v. 16 2008.

OLIVEIRA, R. M. V. **Entre Maria e Madalena: a criação dos recolhimentos femininos na Goa do século XVII**. XV Encontro regional de história da ANPUH-RIO. Rio de Janeiro 2012.

OUPERNEY, L. S. **Consumo e commodities em unidade rurais fluminenses: tecendo uma narrativa a partir dos vidros**. 2021. 162 (Dissertação de mestrado). Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ.

PACÍFICO, A. G. P. D. S. **Transporte Aquaviário de passageiros na Baía de Guanabara (RJ): Monopólio e gestão das acessibilidades em uma perspectiva geográfica**. 2015. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro -PUC-RIO, Rio de Janeiro.

PAGNOSSI, N. C. CONSTRUINDO UMA ARQUEOLOGIA DE GÊNERO. **Revista de Arqueologia Pública**, v. v.11, n. Campinas, SP, 2017.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.

PELLINI, J. R. Onde esta o gato? Realidade, arqueologia sensorial e Paisagem. **Revista Habitus**, v. v.9, n. n.1, 2011.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2ª edição, 6ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

POLONI, R. J. S. ARQUEOLOGIA DA REPRESÃO E DA RESISTENCIA: AS CONTRIBUIÇÕES DA CIENCIA NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E NA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA. **Projeto História**, v. N. 50, n. São Paulo, 2014.

QUINTANEIRO, T. **Retratos do Brasil: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viajeros do século XIX**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

RABELO, L. V. **A cultura material Tupiguarani dos sítios arqueológicos de Araruama (RJ): O que dados arqueológicos “mudos” têm a dizer sobre as sociedades Tupinambá?** Rio de Janeiro,. 2018. (Dissertação (Mestrado em arqueologia)). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, L. et al. A saia justa da arqueologia brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, Florianopolis 2017.

ROHDEN, F. Para que Serve o Conceito de Honra, ainda hoje? **Ensaio Bibliográfico**, v. 7, n. 2, 2006.

SALADINO, A.; BRITO, L. Z. Estratigrafia de uma paisagem invisível: narrativas museais e arqueológicas sobre o Recolhimento de Santa Teresa, Niterói/RJ/Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. n.39, 2022.

SALADINO, A.; FIGUEREDO, N.; BARATA, C. E. Longe das vistas: o Recolhimento de Santa Teresa na Freguesia de São Sebastião de Itaipu. In: : OLIVEIRA, D.; FERREIRA, M. S., *et al* (Ed.). **Representações do feminino: olhares revisitados e contemporaneos** Niterói: Caderno Socio Ambiental, v.Ano 1, 2013.

SCOTT, J. W. **Gender and the politics of history**. Columbia University Press: New York, 1988.

SHANKS, M.; TILLEY, C. Re-Constructing Archaeology. **Cambridge University Press**, n. Cambridge, 1987.

SILVA, D. A. S. **Vivencia religiosa feminina no Brasil colonial**. (Bacharelado). Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, M. B. N. **Cultura e Soxiedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Brasiliiana, 1978.

SILVA, V. F. **Mulheres sob Controle: Subordinação, Clausura e Exclusão – A Constituição Discursiva da Vida Religiosa Feminina nos Séculos XII e XIII.** XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH. São Paulo 2011.

SOARES, M. D. S. **A remissão do cativo : a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830.** Apicuri, Rio de Janeiro, 2009.

SOUTH, S. **Method and Theory in Historical Archeology.** London: Academic Press, INC., 1977.

SOUZA, A. B. S. **São Tomás de Aquino e Santo Agostinho e a mulher na Idade Média.** Annales FAJE: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. v. 1, 2016.

SOUZA, M. A. T. & LIMA, T. A. **Olhando, desejando, in-corporando: cachimbos de barro na construção de comunidades diaspóricas.** Vestígios- Revista Latino Americana de arqueologia Histórica V.16, 2022.

SOUZA, P. S. A Influencia da Moral Cristã na Sexualidade Ocidental. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. III, n. 9, Maringá (PR), 2011.

SPENCER-WOOD, S. M. A Survey of Domestic Reform Movement Sites in Boston and Cambridge, Ca. 1865-1905. **Historical Archaeology**, v. 21, p. 7-36, 1987.

STANTON, E. C. **The Woman's Bible - A classic feminist perspective.** USA: Dover Publications, 1898.

STONE, G. D. The interpretation of negative evidence in Archaeology. **Atlatl**, v. 2, 1881.

STRAUSS, A. Um ensaio sobre a Arqueologia da Paisagem. **Revista Hawò**, v. v.2, 2021.

TEIXEIRA, M. M. **Primórdios da Navegação na Baía de Guanabara.** SEAERJ- Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do RJ. SEAERJ: Rio de JAneiro 2016.

THOMAS, J. Archaeologies of Place and landscape. In: HODDER, I. (Ed.). **Archaeological Theory Today.** United Kingdom: Policy Press, 2001. cap. 7, p.165-186.

TOCCHETTO, F. B. et al. **A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade.** Porto Alegre: Unidade Editoriaal, 2001.

VEIGA, S. **Introdução à História das mulheres**, Editora, local da edição, 2021.

VERTZMAN, J. **Vergonha, honra e contemporaniedade.** I Congresso Internacional de Psicopatologia fundamental. Rio de Janeiro, 2004.

WYLIE, A. The Engendering of Archaeology - Refiguring Feminist Science Studies. **Osiris: Women, Gender, and Science: New Directions**, v. v.12, n. Chicago, 1997.

YOUNG, A. L. Risk Management Strategies Among African-American Slaves at Locust Grove Plantation **Insternational Journal of Historical Archaeology** v. 1, n. 1, p. 5-37, 1997.

## ANEXO I- POR DENTRO DOS MUROS DO RECOLHIMENTO

Diante da pesquisa acadêmica realizada, pretende-se elucidar neste anexo a metodologia utilizada na escavação arqueológica e fazer apontamentos sobre a pesquisa a partir dos dados recuperados nas etapas de campo realizadas no ano de 2022.

A primeira etapa de campo consistiu no caminhamento sistemático e mapeamento arqueológico das ruínas visíveis em nível superficial da área do sítio estudado (Figura 47). Em duas semanas foram recuperados dados que permitiram a construção da planta baixa do sítio, criada no software AutoCad (Figuras 48 e 49). Também foi realizado o cruzamento de dados documentais e históricos (com obras existentes e ocupações irregulares na parte interna das ruínas) a fim de facilitar a identificação de áreas conturbadas no subsolo (Figura 50).



Figura 47: Mapeamento arqueológicos das ruínas do antigo Recolhimento. Marcos A. T. Souza, 2022.

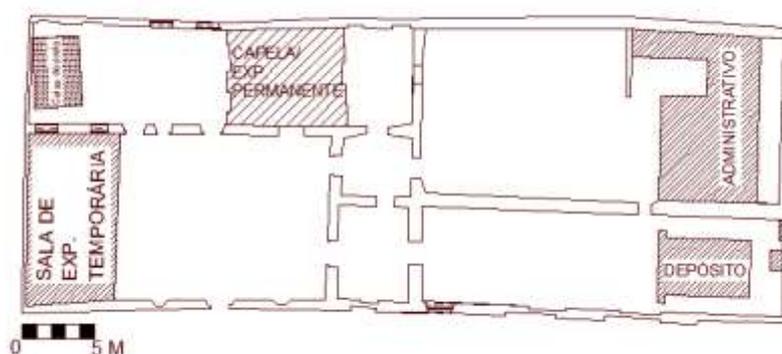


Figura 48: Planta baixa RSTI feita pelo software Autocad. Lucia Brito, 2022.

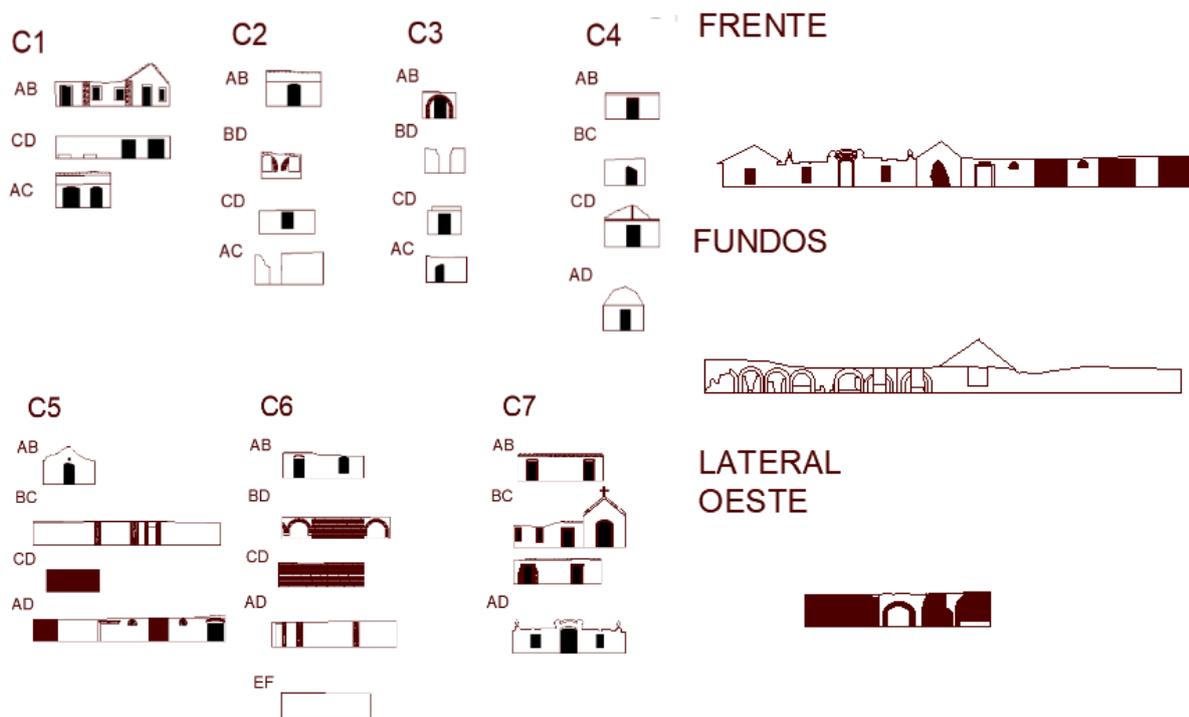


Figura 49: Fachadas do edifício atual desenhadas a partir da medição sistemática, desenvolvidas a partir do software Autocad. Lucia Brito, 2022.

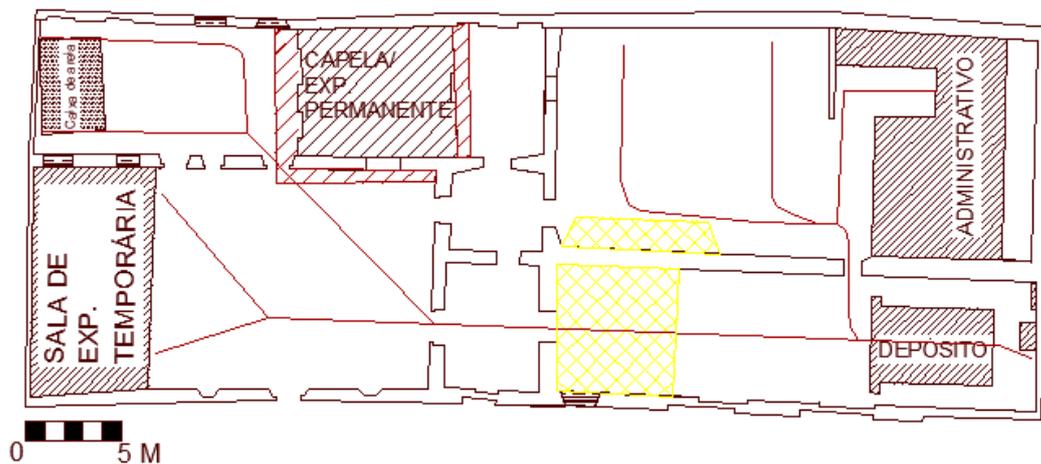


Figura 50: Planta baixa do RSTI com as informações cruzadas dos documentos históricos. Em amarelo: locais onde haviam construções irregulares dos pescadores no século XX. Em vermelho: obras de drenagem instaladas nos anos 1990. Lucia Brito, 2022.

A segunda etapa de campo consistiu na escavação arqueológica, tendo sido iniciada em maio de 2022, somando um período total de quatro semanas de escavações

de sondagens exploratórias. A partir do mapa gerado na etapa anterior, foi plotada uma malha de 1 metro por 1 metro para identificação das sondagens, que foram escavadas seguindo uma escolha arbitrária, evitando áreas perturbadas, com obras ou com árvores e raízes que pudessem inviabilizar o trabalho (Figura 51). Ao final desta segunda etapa foram escavadas 29 sondagens de tamanho padrão de 1x1 metro, duas trincheiras e 13 tradagens teste com a ferramenta boca de lobo. Para facilitar a identificação e o protocolamento dos dados a partir da planta baixa, a área interna do antigo recolhimento foi nomeada a partir dos seus cômodos recebendo a seguinte notação: C1, C2 C3, C4, C5, C6 e C7.



Figura 51: Planta baixa RSTI com malha plotada indicando as dimensões de 1x1 metro. Lucia Brito, 2022.

Ao longo das escavações, estudantes do ensino fundamental e médio, visitantes do Museu e moradores de Itaipu tiveram a oportunidade de visitar o sítio e conhecerem parte do trabalho arqueológico (Figura 52). Durante as visitas, era apresentado o histórico do sítio, os métodos empregados na escavação e atividades que seriam realizadas posteriormente. Eventos realizados pelo Museu também foram oportunidades de participação e divulgação da pesquisa (Figura 53). Além de toda a divulgação do trabalho arqueológico, conversas e trocas de conhecimentos com antigos moradores de Itaipu foram fundamentais para o conhecimento e compreensão da paisagem local e também acerca da utilização do espaço interno, antes da transformação do prédio em uma instituição museal. Vale aqui destacar o conhecimento, entusiasmo e solicitude da Senhora Adelir de Souza Freitas, Sr. Maurinho de Souza Freitas, Sr. Reginaldo Freitas de Abreu (Seu Guete), Sr.

Jorge Nunes de Souza (Seu Chico), Sr. Jairo Augusto da Silva, entre outros moradores do Canto Sul de Itaipu, que muito contribuíram em diversas etapas desta pesquisa arqueológica, enriquecendo percepções e demonstrando assim a importância e potencial das trocas e interações com as pessoas que habitam e residem nos espaços estudados.



Figura 52: Atividade de educação patrimonial realizada com alunos do Ensino fundamental. Luan Ouverney, 2022.



Figura 53: Evento realizado pelo MAI sobre danças populares em concomitância com a escavação arqueológica. Lucia Brito, 2023.

Após o término de campo, todo o material arqueológico foi levado para o Laboratório de Arqueologia Histórica do Museu Nacional (LAH), localizado no Horto Botânico do Museu Nacional (UFRJ), onde foi realizada a curadoria. Todo o material foi higienizado, enumerado e acondicionado de acordo com as suas especificidades (Figura 54). Em seguida os artefatos foram separados e analisados de acordo com protocolos pré-

existentes no LAH. Os vidros, cerâmicas, faianças finas e faianças portuguesas foram analisadas de acordo com suas formas, funções e decorações. Os materiais metálicos, porcelanas e ossos de animais foram somente fotografados, bem como os materiais arqueológicos identificados como pré-coloniais, de contato e os recentes do século XX.



Figura 54: Atividade de curadoria do material arqueológico proveniente do sítio RSTI no LAH. Luan Ouverney, 2022.

Após a curadoria de todo o material escavado no sítio arqueológico, foram separados os artefatos com maior potencial analítico e que estivessem no escopo da abordagem da pesquisa. As faianças finas, os vidros e as cerâmicas foram as materialidades analisadas sistematicamente com o auxílio de profissionais especialistas em cada área (Figuras 55 e 56). Todos esses dados foram protocolados e analisados posteriormente pela autora para que fossem utilizados no decorrer deste trabalho.



Figura 55: Pesquisadora Lucia Brito realizando a análise das faianças finas e portuguesas. Luan Ouverney, 2022.



Figura 56: Pesquisadora Karla Moreira e Prof. Dr. Marcos André Torres de Souza, respectivamente, analisando os materiais cerâmicos provenientes do RSTI. Lucia Brito, 2023.

Após o protocolamento dos dados do levantamento e mapeamento sistemático, escavação arqueológica, curadoria e análise do material arqueológico, a afluência dos dados permitiu uma análise pormenorizada de cada cômodo do antigo Recolhimento feminino, como será colocado nos próximos parágrafos.

### *Cômodo C1*

O cômodo 1 apresentou uma composição estratigráfica única quando comparada às outras áreas escavadas dentro do antigo Recolhimento de Santa Tereza (Figura 57). O substrato nessa sala é de coloração escurecida, tendo nitidamente sido revolvido, com profundidades que variam a mais de um metro. Ao todo, foram realizadas duas sondagens de 1 metro por 1 metro onde apenas materiais do século XX (cerâmicas e louças) foram encontrados, sugerindo ao menos duas hipóteses: a primeira, menos provável, que aponta para a não utilização deste espaço antes do século XX e, a segunda, sustentada pelo próprio revolvimento dos estratos, indicando um possível movimento de terra ou até mesmo um aterro possa ali ter ocorrido. Além das duas sondagens anteriormente citadas, foram feitos sete furos prospectivos com a cavadeira boca de lobo que atestaram o mesmo comportamento estratigráfico em outros pontos disponíveis para escavação. Ademais, junto à parede leste do cômodo está instalada uma estrutura fixa de educação museal, que também limitou as ações arqueológicas dentro da área que mede 13,5 metros por 7,13 metros.



Figura 57: Visão do Comodo 1 com a escavação da Sondagem 1. Lucia Brito, 2022.

### *Cômodo C2*

Entre a área da capela que ainda está de pé e o cômodo C6 (relacionado à área funcional do prédio) se encontra o cômodo C2, medindo 33,96 metros<sup>2</sup> (Figura 58).

Dentro do perímetro de 4,88 por 6,95 metros foram escavadas quatro quadrículas de 1 metro por 1 metro, que apresentaram uma estratigrafia bem demarcada e a presença nítida de duas camadas arqueológicas predominantes. Dentre as sondagens escavadas podemos destacar a S3 e S4 por terem, em sua composição, a presença de faianças portuguesas associadas a materiais líticos e cerâmicas indígenas. Nessas sondagens o sedimento escavado foi peneirado para minimizar a possibilidade da perda de artefatos.



Figura 58: Vista de frente da porta do cômodo 2, com janelas abertas posteriormente ao funcionamento do Recolhimento. Lucia Brito, 2022.

No geral, as sondagens desse aposento apresentaram poucos objetos associados aos séculos XVIII e XIX. Apenas na sondagem número 1 foi observada uma concentração de faianças finas, vidros e cerâmicas, ainda que não estejam organizadas estratigraficamente devido às obras de estabilização das ruínas, já citadas anteriormente (Figura 59).



Figura 59: Materiais arqueológicos encontrados na camada única da Sondagem 1 do cômodo 2. Lucia Brito, 2023.

### *Cômodo C3*

O cômodo três se configura como uma das menores áreas trabalhadas, medindo 4,69 por 4,09 metros. Pelo seu tamanho, localização na planta do prédio e evidências arqueológicas em baixa frequência, ganhou força a hipótese de se tratar de um cômodo de passagem (Figura 60). Quanto à escavação arqueológica, esta se deu pela abertura de duas sondagens tamanho padrão e mais dois furos com a cavadeira boca de lobo nos vértices do cômodo objetivando mapear o comportamento estratigráfico e possível ocorrência de estruturas e materiais arqueológicos.



Figura 60: Foto da entrada do cômodo 3 a partir do cômodo 7, ao fundo a porta que dá acesso ao cômodo 6. Lucia Brito, 2022.

A primeira sondagem apresentou uma camada arqueológica que se estendeu até 20 centímetros de profundidade composta por um substrato muito conturbado, revelando alguns fragmentos de vidro, metal e louça do século XX. Esta sondagem foi encerrada ao atingir a camada de pedras brita e cimento, composição característica das obras de intervenção. A segunda sondagem chegou a 60 cm, onde foram encontrados materiais do século XX e alguns líticos associados a louças. Por conta da obra de contenção das paredes somente metade da quadrícula pode ser escavada (Figura 61). O alto impacto do substrato desse cômodo foi confirmado a partir da ação com os furos de boca de lobo, que chegaram em uma camada de pedra brita sem associações arqueológicas.



Figura 61: Sondagem 2, destaque para a camada de cimento de contenção das ruínas encontrada logo abaixo da grama. Lucia Brito, 2022.

#### *Cômodo C4*

O cômodo 4, como a maioria dos espaços internos do atual museu de arqueologia, foi muito impactado por conta de obras recentes no subsolo (cabos de energia, drenagem e contenção das ruínas) que muito alteraram o cômodo de 32,34 metros<sup>2</sup>, por isso, foram escolhidos dois locais com possíveis poucas intervenções para realizar duas sondagens (Figura 62). Mesmo antes do início da escavação, já era sabido que nesse cômodo deveriam ser encontrados artefatos do século XX, já que até os anos 1957 abrigava uma família de pescadores (Figura 50).



Figura 62: Vista do cômodo 4 a partir do cômodo 3. A esquerda uma entrada para o cômodo 5. Lucia Brito, 2022.

A primeira sondagem apresentou um comportamento estratigráfico composto por seis camadas diferentes que atingiram em sua totalidade 75 centímetros de profundidade (Figura 63). Até 35 centímetros foram encontrados materiais relacionados à ocupação dos pescadores e diversas telhas, provavelmente resultado do colapso do telhado do prédio. Entre 35 e 55 centímetros de profundidade diversos fragmentos de faiança portuguesa foram encontrados associados a outros materiais, tais como conchas, ossos de animais e cerâmicas, indicando uma ocupação anterior ao período de funcionamento do antigo Recolhimento no século XVIII. Assim como no cômodo dois, nota-se um vazio estratigráfico entre a ocupação recente dos pescadores de Itaipu e uma ocupação anterior ao século XVIII.



Figura 63: Parede Norte C4/S1 chegando a 75cm de profundidade. Lucia Brito, 2022.

A segunda sondagem realizada nesse cômodo foi aberta em uma área onde verificou-se que haviam sido realizadas intervenções de obras que não estavam representadas na documentação consultada, não permitindo assim o avanço das escavações. Sabe-se que esse pequeno cômodo era telhado e estava na porção norte do Recolhimento, porém, sua função e uso durante a ocupação das mulheres enclausuradas não foi possível de ser delimitada (Figura 64). Cabe ainda destacar que esse cômodo dava acesso a um dos maiores cômodos do recolhimento, o C5.



Figura 64: Imagem do cômodo 4 a partir do lado de fora do Recolhimento, ainda telhado no período de ocupação desse cômodo por uma família. Arquivo geral do IPHAN, 1958.

### *Cômodo C5*

Um dos maiores espaços internos do antigo Recolhimento, o cômodo 5, está localizada na parte Oeste do prédio, o mais próximo do mar (Figura 65). Nesse espaço foram realizadas cinco sondagens tamanho padrão em diferentes pontos, o que revelou um comportamento estratigráfico bastante delimitado e satisfatório. Nesse cômodo, algumas áreas tiveram que ser evitadas por conta de intervenções recentes, tais como: a obra de implementação de um galpão logístico do Museu e obras de drenagem, ancoramento das ruínas e instalações elétricas (Figuras 66 e 67). Além dessas alterações, na área Leste da sala existiu uma residência dos pescadores, que foi demolida pelo IPHAN nos anos 1950.



Figura 65: Destaque para a parede externa Oeste com a areia chegando até as ruínas. Arquivo geral do IPHAN, 1958.



Figura 66: Cômodo 5, vista em direção Leste. Lucia Brito, 2022.



Figura 67: Comodo 5, vista em direção Oeste, destaque para o galpão em branco. Lucia Brito, 2022.

As sondagens um e dois apresentaram um comportamento similar: sedimento de coloração castanha escura composto por cascalho na primeira camada e sedimento arenoso a partir da segunda camada. Ambas as sondagens estavam na área onde uma antiga casa de pescadores foi demolida, por conta disso, foram encontrados materiais referentes ao século XX, tais como plásticos, metais, cerâmicas e vidro. Abaixo dessa camada não foram identificados materiais associados a outras ocupações (Figura 68).



Figura 68: Sondagem 1 na camada estéril. Ao Norte da sondagem a contenção das ruínas em cimento e pedras brita. Lucia Brito, 2022.

As sondagens quatro e cinco, por sua vez, apresentaram uma camada escura com bastante matéria orgânica e diversos materiais arqueológicos até aproximadamente 65 cm de profundidade, tais como vidros, telhas, ossos de peixe, louças e materiais construtivos. Em seguida a essa primeira camada densa, uma camada cascalhosa e de pedras brita indicou a exaustão da sondagem, que no caso de S5 foi de encontro a uma tubulação de drenagem (Figura 69).



Figura 69: Camada de pedras brita e tubulação de drenagem do solo em aproximadamente 75 cm de profundidade, S5. Lucia Brito, 2022.

Dentro desse cômodo destacam-se as sondagens 3A e 3B, que chegaram até um metro de profundidade e apresentaram uma estratigrafia bastante delimitada, com indícios de ocupação humana (Figura 70). Ambas as sondagens apresentaram quatro camadas, uma primeira até cerca de 30 centímetros com a presença de materiais mais recentes, tais como vidros, plásticos e louças. Já a segunda camada apresentou um solo rígido, de coloração castanho claro/amarelada, com cerca de 15 cm de profundidade. Após 40 cm a composição do solo gradativamente atingiu uma textura arenosa de coloração acastanhada. Nessa profundidade, foram encontradas telhas capa e canal, líticos, metais, faianças e ossos de peixe até cerca de 80 centímetros. Por fim, a última camada escavada apresentou concentrações de materiais na porção nordeste, tais como carvões, vértebras de peixe e seixos rolados. Já na porção Sul, foram encontradas faianças portuguesas fragmentadas e no Noroeste uma concentração de ossos de peixe queimados estavam associados a ossos humanos (falanges proximais, distais e rádio articulado) indicando um possível enterramento em 97 cm de profundidade (Figura 71). Quanto a esse

enterramento, vale destacar que foi o único encontrado no espaço interno do antigo recolhimento de Santa Tereza de Itaipu. Além disso, os ossos ainda estavam em sua posição anatômica articulada, indicando a possível existência do restante do esqueleto. Por conta da sua profundidade e materiais associados, certamente não está atrelado ao período de funcionamento do Recolhimento e falta de outros elementos também não permitem associações diretas aos Sambaquis da região. Até o momento de produção dessa dissertação não existem indícios a que grupo cultural ou cronologia os ossos estão associados.



Figura 70: C5/S3A e B, profundidade de cerca de 90 cm. Lucia Brito, 2022.



Figura 71: Possível enterramento sondagem 3B. Beto Barcellos, 2022.

Por não estar diretamente vinculado aos objetivos do projeto e também por questões de ordem de tempo de produção e execução das atividades, optou-se por coletar apenas as falanges distais que se desarticularam no momento da evidência e não expandir as escavações no entorno dos ossos encontrados. Dada a situação, os ossos que não coletados foram devidamente protegidos, registrados e sinalizados segundo orientações de especialistas em antropologia física do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro para posteriores pesquisas (Claudia Carvalho e Sheila Mendonça, Com. pess. maio de 2022) (Figura 72).



Figura 72: Pesquisadora Lucia Brito realizando a cobertura dos ossos humanos seguindo as orientações dos profissionais em antropologia biológica. Luan Ouverney, 2022.

Seguindo o comportamento observado nos cômodos dois e quatro, este cômodo também apresentou duas camadas predominantes de ocupação. Uma primeira referente ao século XX, com a ocupação dos pescadores, caracterizada por materiais plásticos, vidros, louças recentes e o chão de terra batido. Mais profundamente uma segunda camada mais antiga, relativa a uma ocupação anterior ao século XVIII, com materiais líticos, ossos de peixe e cerâmicas.

#### *Cômodo C6*

Localizado na parte Sul do edifício esse cômodo foi o espaço interno identificado que menos sofreu intervenções no subsolo (Figura 73). Ainda que abrigue um prédio de pequeno porte usado pela administração do Museu e evitando possíveis áreas impactadas,

foram possíveis de serem realizadas seis sondagens e duas trincheiras, que notavelmente apresentaram uma organização estratigráfica delimitada. Dentro desse espaço foram recuperados diversos materiais associados às diferentes ocupações da área onde está hoje o Museu.



Figura 73: Vista do cômodo 6 em direção Leste. Lucia Brito, 2022.

Ao todo, quase todas as sondagens apresentaram uma estratigrafia semelhante, com uma primeira camada de materiais recentes, referentes aos pescadores, uma segunda camada mais antiga com faianças finas, cerâmicas, metais, vidros, etc. e uma última camada mais profunda chegando até um metro de profundidade com líticos, cerâmicas e ossos de peixe. Entretanto, notou-se que entre a primeira e a segunda camadas ocorreram intrusões e uma falta de clareza entre as ocupações arqueológicas.

O substrato de todo o antigo Recolhimento de Santa Tereza é composto majoritariamente por um solo arenoso. Esse tipo de solo é propenso aos processos naturais de erosão eólica e hídrica, que podem levar a mistura de camadas ao longo do tempo. Além disso, o alto fluxo de pessoas caminhando na área interna das ruínas até os dias atuais e de raízes de árvores e plantas também podem perturbar a estratigrafia, causando a intrusão de materiais recentes em camadas mais antigas e vice-versa.

Dentro do cômodo 6 pode-se destacar as sondagens 4A e 4B, presentes na porção norte da sala. Até aproximadamente 20 centímetros, materiais da ocupação do século XX e de uma ocupação do século XIX apareceram de maneira mesclada, tais como: plásticos; materiais construtivos; faianças finas, vidros, cerâmicas vidradas e ossos de animais. Essa miscelânea de materiais pode ser justificada pelas inúmeras reformas no subsolo e pelas

obras de instalação de grama, que revolveram muitas vezes as áreas internas. Porém, foi na segunda camada identificada, entre 20 e 43 centímetros, composta por um solo argiloso alaranjado, que inúmeros artefatos relacionados aos séculos XVIII e XIX foram encontrados (Figura 74). Uma concentração de materiais sobrepostos e pouco fragmentados como faianças finas, porcelanas, garrafas de vidro, cerâmicas, muitos ossos de animais, metais e materiais construtivos emergiram em um pacote selado, sem intrusões de outras camadas. Após essa camada, medindo aproximadamente 20 centímetros, tomou espaço um solo castanho arenoso sem ocorrência de materiais arqueológicos. Essas quadrículas se tornaram os únicos pontos escavados onde se identificaram uma área de refugio segura para as análises de datação relativa dos materiais arqueológicos históricos. Esses artefatos serviram como referência na identificação da datação média relativa dos vidros e das faianças finas por conta da sua integridade.



Figura 74: C6/S4A, destaque para a porção noroeste da quadrícula com uma concentração de faianças finas e um solo alaranjado. Lucia Brito, 2022.

Entre as faianças finas foram encontradas decorações como: edge neoclássico, transfer printing floral, transfer printing estilo vista exótica, transfer printing estilo borrão azul, royal rim, e pintada à mão estilo faixas e frisos (Figura 75) (Tabela 1). Dentre os 69 fragmentos de faiança fina, 60% foram identificados como pearlware e 35% como creamware. Utilizando a data média seguindo South (1977) o período de deposição dessa área foi entre 1820 e 1828 (Tabela 2), datas posteriores à ocupação como recolhimento feminino, já que sua ocupação findou em 1815.

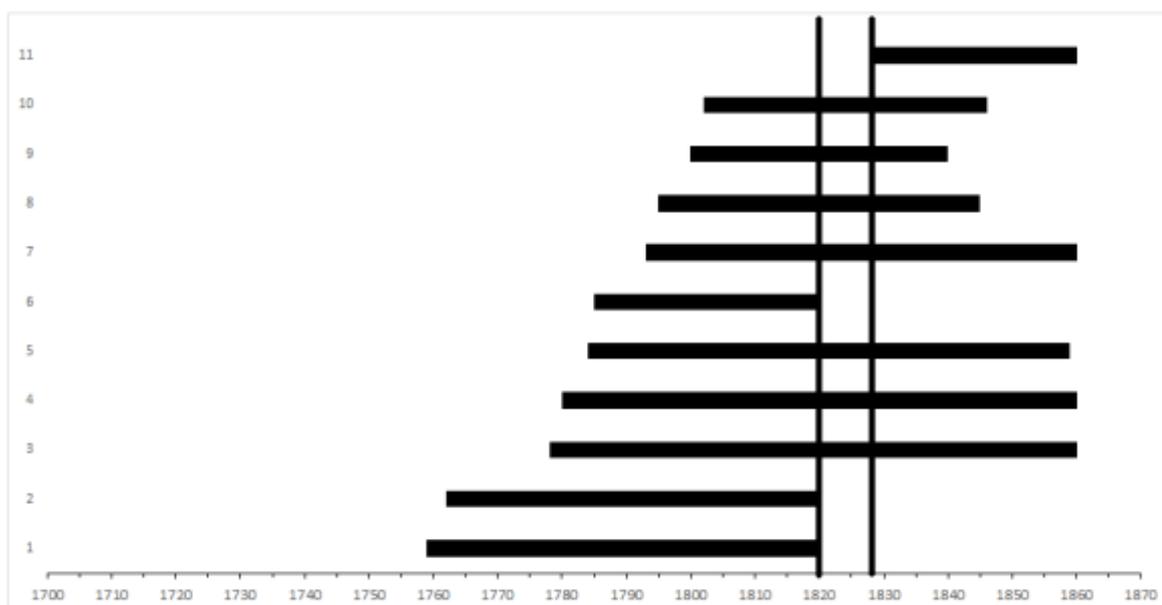


Tabela 1: Datas de produções das faianças finas de C6/A1, seguindo tipo de esmalte, forma e estilo decorativo, com destaque para a data média entre 1820 e 1828.

- |   |   |
|---|---|
| 1- Esmalte Creamware;                                     | 7- Decoração Transfer Printing. Vista exótica em preto; |
| 2- Decoração Royal Rim com esmalte Creamware;             | 8- Decoração Edge-Neoclássico em azul;                  |
| 3- Esmalte Pearlware;                                     | 9- Decoração Edge-Neoclássico em verde;                 |
| 4- Decoração faixas e frisos;                             | 10- Decoração Transfer Printing em xícara tipo London;  |
| 5- Decoração Transfer Printing sob glasura em azul médio; | 11- Decoração estilo borrão azul;                       |
| 6- Decoração Transfer Printing sob glasura em preto;      |   |



Figura 75: Faianças finas, faianças portuguesas e porcelanas analisadas provenientes da área 1, cômodo 6. Lucia Brito, 2023.

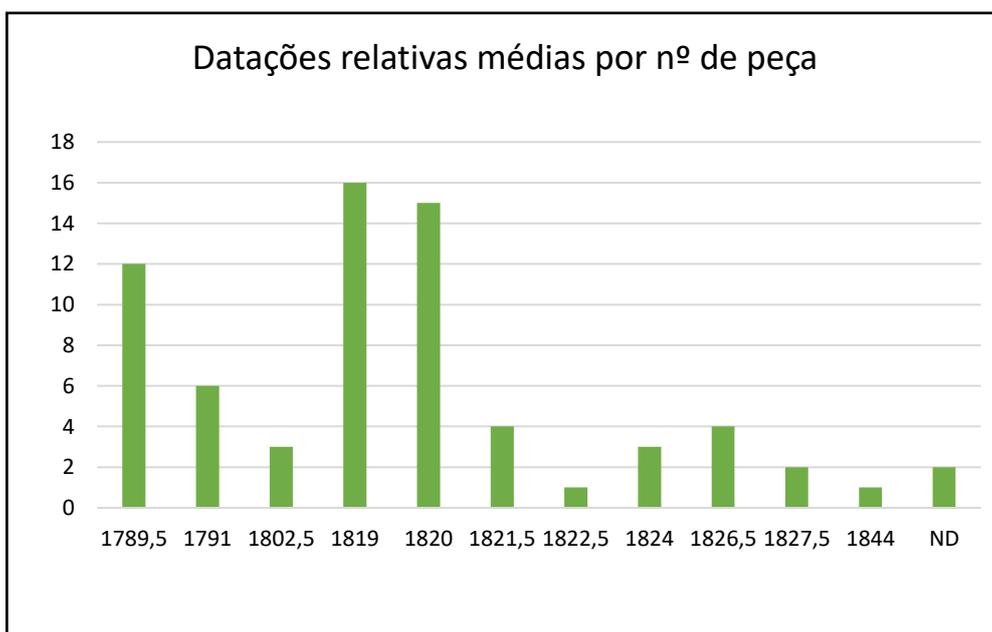


Tabela 2: Tabela das datações relativas médias por número de peças.

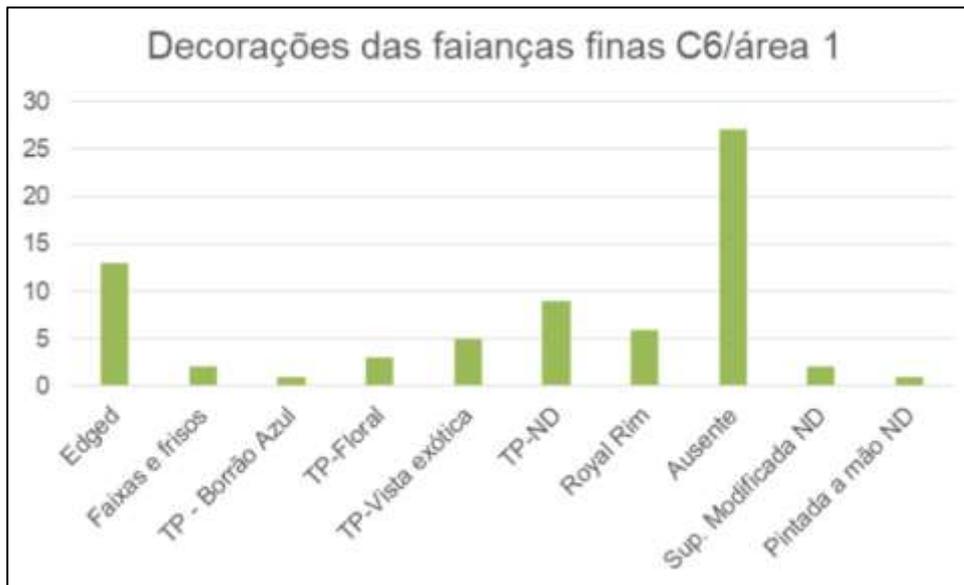


Tabela 3: Gráfico dos tipos de decoração encontradas nas faianças finas de área 1.

Dentro da área 1 foram recuperados ossos de animais bovinos, aves e peixe (Figura 76). Essa pluralidade de espécies de animais é um diferencial dessa área, indicando que durante o período de ocupação desse refugio, os moradores tinham uma variedade de fontes de proteínas, exposta pela diversidade de restos faunísticos. Outro diferencial dos restos de animais encontrados nessa área é seu melhor estado de preservação quando comparado aos ossos de animais encontrados em outras áreas do sítio arqueológico.



Figura 76: Ossos de animais provenientes da área 1, cômodo C6. Lucia Brito, 2023.

Além desses ossos de animais, 19 fragmentos cerâmicos foram analisados provenientes da área 1 (Figura 77). Seguindo os índices de preservação colocados anteriormente, pode-se destacar que nessa área foram identificados fragmentos em maiores proporções, nos quais foram observados resquícios de fuligem, indicando assim a exposição ao fogo.



Figura 77: cerâmicas analisadas provenientes da área 1, cômodo C6. Lucia Brito, 2023.

Ness

Nessa área, foram encontrados um total de 22 artefatos de vidro (Figura 78), e, por conta da sua fragmentação, apenas 9% tiveram sua forma identificada (Tabela 3). Em sua totalidade as peças remeteram às garrafas de bebidas alcoólicas, diretamente vinculadas ao consumo do vinho (Tabela 4). No conjunto, a data média mais frequente foi de 1817,5, onde 40% da amostra dessa área se enquadrou. Acerca desses recipientes, vale destacar que de imediato remetem ao consumo de vinho, no entanto, levando em consideração as práticas de ciclagem comuns à época, podem ter contido outros líquidos e até mesmo sólidos (Ouverney, 2021, p. 120).



Figura 78: Vidros analisados provenientes da área 1, cômodo C6. Lucia Brito, 2023.

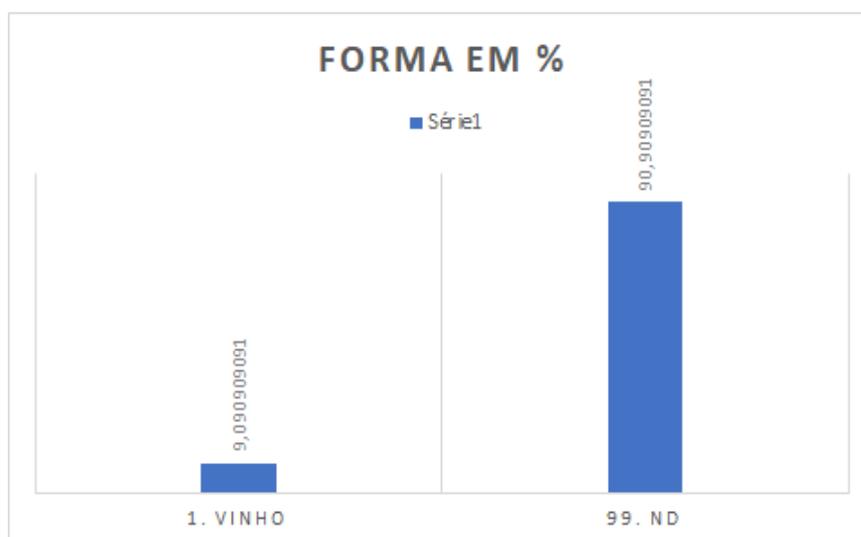


Tabela 4: Tipos de forma dos vidros encontrados na área 1.

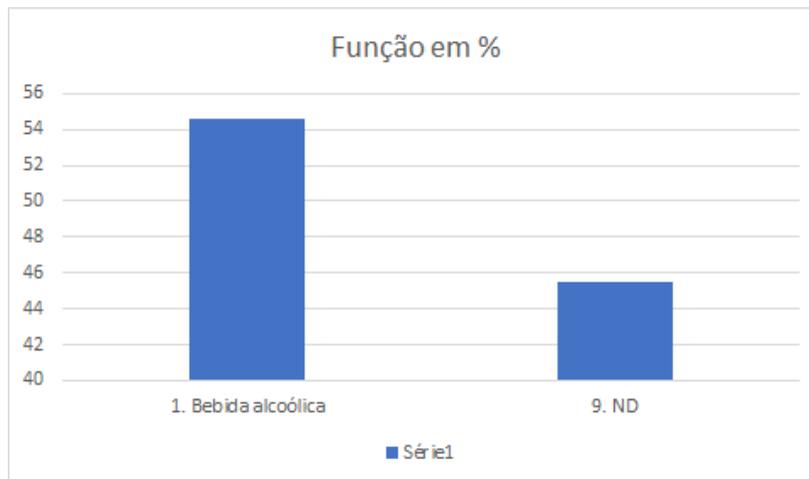


Tabela 5: Tipos de função dos objetos em vidro da área 1 em porcentagem.

A partir desses dados, conclui-se que as faianças finas e os vidros, majoritariamente, fazem parte de uma faixa temporal posterior ao fechamento do recolhimento, colocado aqui como ocorrido no ano de 1815.

Além dos artefatos encontrados contíguos à parede norte foi identificada, a 20 cm de profundidade, uma estrutura de pedras organizadas que remetem à forma de um piso medindo cinco metros de comprimento por um metro de largura (Figura 79). Esse piso foi encontrado ao lado da pequena área de refugio mencionada anteriormente, contendo uma alta densidade de material arqueológico (sondagens 4A e 4B). A associação entre a estrutura encontrada, os materiais arqueológicos e o entorno do piso indicam que o mesmo não era dotado de telhado, sugerindo assim uma área funcional tal como uma dependência da área interna da instituição intramuros.



Figura 79: Piso encontrado na parede Norte de C6. Lucia Brito, 2022.

Junto à parede norte desse cômodo, foram encontrados artefatos típicos de áreas funcionais, tais como panelas, potes cerâmicos, louças, etc.; quanto a parede leste, esta apresentou um diferencial na sua composição estratigráfica. As sondagens 1, 11A, 14 e a trincheira 2 revelaram uma concentração de materiais históricos, especialmente de cachimbos cerâmicos (Figura 80) e botões de roupas (Figura 81).



Figura 80: Cachimbos cerâmicos recuperados na escavação da parte interna do antigo Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu. Lucia Brito, 2024.

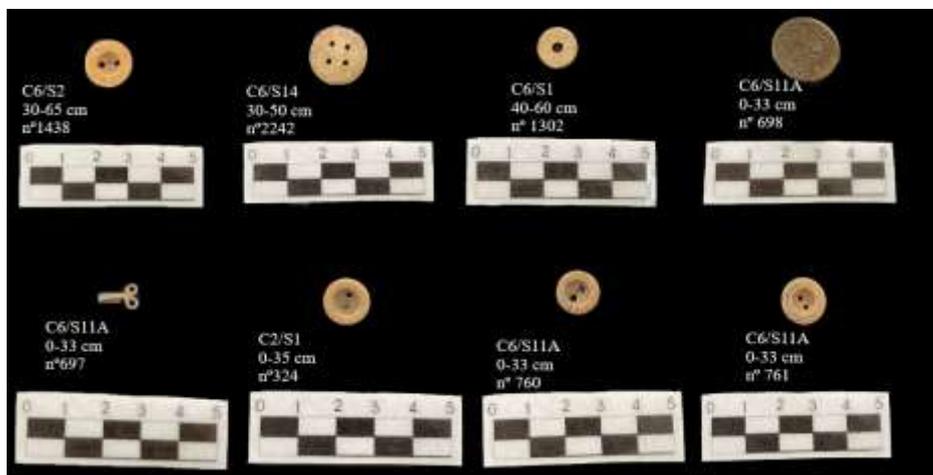


Figura 81: Botões de roupa recuperados durante a escavação arqueológica do antigo Recolhimento de Santa Tereza. Do topo a partir da esquerda: botão em osso com dois furos; botão em osso de quatro furos; botão em osso com um furo; botão de metal com decoração de ancora ND. Fileira de baixo a partir da esquerda: Fecho metálico; e três botões em osso de dois furos. Lucia Brito, 2024.

Os 11 cachimbos cerâmicos encontrados no sítio arqueológico Recolhimento de Santa Tereza de Itaipu se concentraram apenas no cômodo 6. O acúmulo nesse pátio indica uma possível área de sociabilidade, já que cachimbos eram objetos de interação social, principalmente entre homens e mulheres de origem africana (Souza e Lima, 2022, p.28).

Dentre os cachimbos escavados alguns merecem destaque pela sua tipologia e decoração (Figura 80). O cachimbo nº 1529 possui uma decoração de linhas incisas, caracterizado por uma linha contornando o forninho e duas linhas trespassadas e foi modelado. Como dissertado por Souza e Lima (2022, p.16), “trata-se de um padrão que surgiu no século XVIII, ao que tudo indica, no Rio de Janeiro, tendo ficado, ao que parece, restrito a esse estado”, relacionado à cultura centro-africana.

Os fragmentos de cachimbos 713 e 616, por sua vez, apresentaram uma decoração em faixas ovaladas/peroladas delimitadas por linhas e haste curta, também modeladas. Esse motivo decorativo é de origem europeia e está presente em diferentes materialidades oitocentistas como vidros, metais e madeiras além dos cachimbos de barro (Souza e Lima, 2022, p.16).

Os fragmentos 712, 2113, 1237, 1238 e 1239, são cachimbos angulares moldados, de haste curta e representam efigies, que como comentado por Souza e Lima (2022, p.22), remetem a figuras policiais, com quepes tipo militar. Infelizmente, nenhum dos fragmentos encontrados apresentaram a parte referente à face frontal do cachimbo, com as feições dos rostos. Já o fragmento 1303 pode ser destacado como um exemplar de forninho único, com coloração enegrecida e motivo decorativo singular. A sua decoração é em linhas côncavas pontilhadas.

Sabe-se que, em 1812, o antigo recolhimento abrigava duas mulheres escravizadas que poderiam usar o cômodo funcional (C6) como área de sociabilidade. Entretanto, pela falta de clareza estratigráfica não é possível assegurar que esses objetos estavam sendo utilizados por tais mulheres, já que cachimbos também poderiam estar associados a indivíduos livres e de baixa condição financeira que poderiam ter ocupado o prédio após o abandono do Recolhimento, em 1815. Ainda assim, é muito comum que cachimbos de barro sejam encontrados em abundância em sítios com presença de escravizados, além de inúmeras iconografias que associam os africanos e afrodescendentes a esses cachimbos (Souza e Lima, 2022), fazendo potente a correlação entre as mulheres escravizadas do Recolhimento de Itaipu às práticas de fumo.

Já os botões feitos em osso são artefatos intrigantes que proporcionam insights valiosos sobre a cultura material do século XIX. Confeccionados a partir de ossos de animais, especialmente de gado bovino ou ovino, esses botões eram uma parte essencial do vestuário da época, utilizados em uma variedade de peças como camisas, casacos e vestidos, podendo estar relacionados a diferentes gêneros. Como explícito por Beaudry (2006), esses botões feitos em ossos eram funcionais, acessíveis e de alta durabilidade, se tornando populares em diferentes classes sociais oitocentistas. Em contrapartida os botões metálicos, frequentemente produzidos com ligas de latão, cobre e ferro tinham um significado simbólico e estético refletindo um status social mais elevado. A presença de somente um botão de cobre em contrapartida a seis botões em osso pode ter inúmeras

justificativas como: produtividade, acessibilidade, durabilidade, preferências estilísticas e status social de quem circulava na área interna do Recolhimento.

Quanto à escavação da trincheira 2, com dimensões de 160 centímetros de comprimento por 70 centímetros de largura, revelou uma estrutura de alicerce de 44 centímetros na direção norte, construída com rochas e tijolos ordenados, tendo sido encontrados, na sua lateral, materiais arqueológicos (Figura 82). Essa estrutura não pode ser identificada, mas ampliou as possibilidades que esse cômodo tivesse divisões internas durante o período de funcionamento do Recolhimento ou durante uma ocupação posterior.



Figura 82: Trincheira 2 com estrutura em pedra. Lucia Brito, 2022.

### *Cômodo C7*

Uma das áreas mais impactadas por conta das obras de conservação e reparo da estrutura do prédio, o cômodo 7 é considerado o pátio central da instituição de Recolhimento feminino (Figura 83). Nele foram realizadas cinco sondagens que revelaram diversas alterações no subsolo, além de nenhum material arqueológico anterior ao século XX. Seu destaque se dá pela sua posição arquitetônica estratégica, localizada à frente da porta principal da instituição dando acesso à área interna do Recolhimento de Santa Tereza e à capela da instituição. Esse pátio possui 14,72 metros por 11,71 metros de comprimento e além das alterações em subsolo foi possível identificar a alteração estrutural nas paredes que provavelmente foram realizadas após o fechamento do

Recolhimento, como criação de janelas para o exterior e abertura de outras portas para o cômodo 1 e 4.



Figura 83: Cômodo 7, vista e direção Oeste e em direção noroeste com o portão principal em verde, respectivamente. Lucia Brito, 2022.